

CAMILA MARIA TORRES MEDEIROS

**Rádio Debate: a greve e as estratégias discursivas do debate
radiofônico**

Fortaleza

2012

CAMILA MARIA TORRES MEDEIROS

**Rádio Debate: a greve e as estratégias discursivas do debate
radiofônico**

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, sob a orientação do Professor Mestre Raimundo Nonato de Lima.

Fortaleza

2012

CAMILA MARIA TORRES MEDEIROS

Rádio Debate: a greve e as estratégias discursivas do debate radiofônico

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora:

Prof. Ms. Raimundo Nonato de Lima (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof. Ms. José Ronaldo Aguiar Salgado (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Ms. Andrea Pinheiro Paiva Cavalcante (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Fortaleza

2012

Para Rogério e Célia.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Raimundo Nonato de Lima, pela orientação cuidadosa e pelo compromisso. Além de orientador e professor, é também um amigo.

A todos que fazem ou fizeram o programa Rádio Debate, especialmente ao mestre Agostinho Gósson, ao jornalista Paulo Mamede, à produtora Raquel Chaves, ao jornalista Daniel Fonsêca e à bolsista Rachel Gomes.

A todos os professores e professoras do curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará, em especial a Riverson Rios, Ronaldo Salgado, Inês Vitorino e Andrea Pinheiro, pelos ensinamentos e pela amizade.

Aos colegas do Jornal da Educação, da Rádio Universitária FM, Marina Rosas, Alissa Carvalho, Juscelino Filho e Gabriela Alencar, pela compreensão e pelo incentivo.

A todos que fazem ou fizeram parte do Programa de Educação Tutorial do Curso de Comunicação Social (PETCom – UFC) e do Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Adolescência e Mídia (Grim – UFC).

À Gabriela Ramos e à Amanda Souto Maior, pelos conselhos, pelas longas discussões sobre o futuro e, principalmente, pela amizade.

A todos os amigos da turma de Jornalismo da UFC de 2008.2, em especial a Cinara Sá, Crissie Teixeira, Débora Duarte, Felipe Almeida, Liana Dodt e Lygia de Azevedo. Na nossa heterogeneidade, fizemos um belo caminho. Quatro anos de convivência que sempre serão lembrados com carinho e saudade.

Ao Paulo Ernesto, pelo amor, companheirismo e entendimento.

Aos meus pais, pois não seria possível sem eles. Agradeço ao meu pai, Rogério, em especial, por me apresentar a Rádio Universitária quando eu nem imaginava cursar Jornalismo e pela ajuda incomensurável com o árduo trabalho de transcrição. Agradeço também à minha mãe, Célia, pelas risadas partilhadas, pelo amor e pela compreensão, elementos fundamentais para a conclusão desta monografia.

O desejo diz: “Eu não queria ter de entrar nesta ordem arriscada do discurso; não queria ter de me haver com o que tem de categórico e decisivo; gostaria que fosse ao meu redor como uma transparência calma, profunda, indefinidamente aberta, em que os outros respondessem à minha expectativa, e de onde as verdades se elevassem, uma a uma; eu não teria senão de me deixar levar, nela e por ela, como um destroço feliz”.

(Michel Foucault)

RESUMO

O presente estudo tem como objeto o programa Rádio Debate, da Rádio Universitária FM 107,9 MHz, de Fortaleza, e analisa como o discurso é construído pelas diversas vozes que constituem o debate radiofônico a partir da temática greve. Duas edições do programa foram selecionadas para compor o *corpus*: uma que trata sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza e outra que debate a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará. Para a análise do *corpus*, são utilizados os dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso e da Análise da Conversação, através dos estudos de Orlandi (2000), Brandão (1997), Maingueneau (1997; 2001), Marcuschi (1998) e Koch (1997). Para compreender o programa como algo contextualizado no âmbito da emissora e da sociedade, é feito um resgate histórico do Rádio Debate, através de arquivos e entrevistas com pessoas que participaram ou participam da construção do programa. Também são refletidas as rotinas produtivas e a inserção do programa numa rádio educativa, bem como o papel do mediador no debate radiofônico.

PALAVRAS-CHAVE: Rádio Debate. Debate Radiofônico. Greve. Análise do Discurso. Análise da Conversação.

SUMÁRIO

Resumo	6
1 Introdução	9
2 Rádio, gêneros, conversação e discurso	11
2.1 Rádio: possibilidades e limitações.....	11
2.2 Uma questão de gênero	15
2.3 A conversa como parte do debate radiofônico	20
2.4 Análise do Discurso.....	23
3 Rádio Debate em contexto	30
3.1 Atuação numa rádio educativa	30
3.2 O programa	36
3.3 Rotinas produtivas	43
3.4 Papel do mediador	48
4 A greve e as estratégias discursivas do debate radiofônico	51
4.1 Percurso metodológico	51
4.2 Greve dos professores da rede municipal	53
4.3 Greve dos professores da rede estadual.....	55
4.4 Análise do discurso sobre a greve	57
4.4.1 A greve no discurso do 1º programa	58
4.4.2 A greve no discurso do 2º programa	74
4.5 Análise da conversação no debate sobre a greve.....	84
4.5.1 A conversação no 1º programa	85
4.5.2 A conversação no 2º programa	92

5 Considerações Finais99

Referências bibliográficas103

Anexos107

Anexo 1108

Anexo 2114

Anexo 3181

1 Introdução

A ideia da pesquisa surgiu durante o início de um estágio na Rádio Universitária FM. O Jornal da Educação, programa em que estagiávamos, dividia a sala de produção com o Rádio Debate, o que possibilitou um contato próximo das rotinas do programa. Quando o relógio marcava 11h10, os convidados do debate começavam a chegar. Quem estava na sala já recebia uma prévia de como seria o programa daquele dia.

O Rádio Debate é um programa de debate radiofônico que vai ao ar desde 1996, de segunda a sexta-feira, na Rádio Universitária FM 107,9 MHz. Antes, das 11h às 12h. Hoje, das 11h30 às 12h30. Durante esses anos, tornou-se um importante espaço de debate no Ceará, trazendo abordagens a questões da atualidade que não seriam possíveis na mídia tradicional. O Rádio Debate é um programa que não segue a lógica comercial e atua numa rádio educativa. Sem fins lucrativos, possibilita uma discussão sem proibições em relação a temáticas e a convite de entrevistados.

Com a ajuda da produção, foi possível ter acesso aos arquivos do Rádio Debate, o que possibilitou a seleção do *corpus*. Foram selecionadas duas edições do programa: uma sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza e outra sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará. Ambas as greves ocorreram em 2011. A temática foi escolhida por compor uma relação de forças com posições político-ideológicas, *em tese*, opostas. De um lado, os trabalhadores, representados pelos sindicatos. De outro, os patrões, representados, aqui, pelos governos. O debate seria, então, palco dessas diferentes posições.

Emílio Prado (1989, p. 93) diz: “O debate é a forma mais viva da polêmica”. Essa polêmica é, principalmente, provocada pela palavra e tudo aquilo que vem junto com ela: as vivências, o trabalho, os lugares, os afetos, os desafetos, as concepções, as leituras e aquilo que está esquecido em algum lugar do inconsciente. Para além do que a psicanálise pode explicar, fica posição ideológica de cada sujeito social. Por mais que se tente exprimi-la, ela não é palpável, exata e mensurável, mas está inscrita no que é dito, no que não é dito e noutros muitos atos.

O objetivo deste trabalho é compreender como o discurso sobre a greve é construído pelas diversas vozes que constituem o debate radiofônico. A partir daí, vamos refletir sobre o sentido da greve em cada edição selecionada do programa e sobre a relação de força mantida entre os diferentes locutores que participam dos debates.

No primeiro capítulo, serão expostas características do rádio que vão ajudar a compreender a condução da conversação no debate. Também vão ser discutidas as formações dos gêneros jornalísticos, bem como a do debate radiofônico. Logo após, serão introduzidos conceitos da Análise da Conversação e Análise do Discurso, que darão suporte às análises do último capítulo.

Para contextualizarmos as análises, o segundo capítulo é destinado ao entendimento do Rádio Debate em diferentes aspectos. Primeiro, será feito um resgate histórico do programa. Para isso, foram realizadas entrevistas com pessoas que participaram e/ou participam da sua construção. Depois, foram observadas as rotinas produtivas e pensado o papel do mediador e a inserção do programa numa rádio educativa.

No terceiro capítulo, será utilizado o aporte teórico da Análise do Discurso (AD), que vai analisar o *corpus* no âmbito das estratégias discursivas, e da Análise da Conversação, que vai trabalhar a conversa/polêmica mantida durante o debate e como ela influencia ou é influenciada pelo discurso.

2 Rádio, gêneros, conversação e discurso

Neste capítulo, considerou-se importante expor algumas características do rádio. No debate radiofônico, o roteiro é flexível e os convidados não são fixos. No caso do Rádio Debate, os participantes podem provir de diversos segmentos sociais. Por essas razões e pelos aspectos da conversação, essas características ganham destaque no debate radiofônico. Para entender a formação do debate, serão feitas reflexões sobre gêneros no campo midiático. Para realizarmos a análise do *corpus*, serão lançados fundamentos e conceitos da Análise da Conversação e da Análise do Discurso.

2.1 Rádio: possibilidades e limitações

No começo do século passado, mais precisamente no dia 7 de setembro de 1922, acontecia a primeira transmissão radiofônica do Brasil, na ocasião do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro. Após 90 anos de existência no País, o rádio continua se significando e se resignificando. Com a chegada da televisão, as produções radiofônicas tiveram de se renovar. Com o surgimento e a modernização da internet, o rádio continua se renovando, mas nunca perdendo a essência.

Para Eduardo Meditsch (2001, p. 27), “a comunicação radiofônica possui vários componentes que remetem a um universo fora do alcance da racionalidade”. O pesquisador considera que fatores como a distância, a invisibilidade, o poder encantatório da palavra e da música são efeitos que continuam a desafiar o imaginário social.

Meditsch afirma que no senso comum está estabelecido que “os dias do rádio estão contados”, numa época considerada por muitos como a “era das imagens”. No entanto, o autor afirma que o senso comum está enganado e que, apesar de sua invisibilidade, a informação no rádio cresce em importância nos anos 90 (Meditsch, 2001, p.28).¹

Ainda que tenha ocorrido esse crescimento, Meditsch afirma que o rádio é o meio de comunicação menos estudado nas últimas décadas.

A produção científica existente é escassa, relativamente à disponível sobre a imprensa e o audiovisual. A bibliografia é dispersa e de difícil acesso, e as obras mais significativas nunca foram traduzidas para o português. Sobre o rádio informativo em particular, foram publicados sobretudo textos técnicos e a análise teórica se resume a capítulos em obras de interesse mais geral e a pouquíssimos livros. (Meditsch, 2001, p. 29)

Mario Kaplún (2008) considera o rádio como sendo um instrumento que promove educação e cultura popular, e não um veículo de comunicação. No texto *A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio*, publicado originalmente em 1978, o autor afirma que o rádio é cheio de possibilidades, no entanto, entre elas, existem algumas limitações.

A primeira limitação proposta por Kaplún (2008) é a unisensorialidade, uma característica óbvia do rádio. O unisensorial é o que se vale de apenas um sentido, no caso, a audição. O visual não existe. Aqui, outro senso comum é resgatado por Kaplún e é traduzido na frase: “uma imagem mostra mais que mil palavras”. A unisensorialidade do rádio pode apresentar algumas consequências, segundo o autor, como o risco de a produção radiofônica ficar monótona ou o risco da distração dos ouvintes.

(...) os ouvintes do rádio precisam concentrar-se mais para prestar atenção na mensagem (...), porém, a capacidade humana de concentração tem seus limites. Essa “cegueira”, a qual o rádio submete o público, pode produzir no ouvinte distração sensorial, sobretudo visual. Se a emissão não for interessante e não captar rapidamente sua atenção, o ouvinte pode facilmente distrair-se ou deixar de escutar. (Kaplún, 2008, p. 84)

¹ A publicação de Meditsch traz dados sobre esse crescimento.

No entanto, o pesquisador também considera a unisensorialidade como uma possibilidade:

Se estamos privados de imagens visuais, o rádio dispõe, em troca, de uma rica gama de imagens auditivas. (...) Ser sugestivo no rádio é uma possibilidade (...). É quase uma exigência, já que a eficácia da mensagem radiofônica depende, em grande medida, da riqueza sugestiva da emissão, de sua capacidade de sugerir, de alimentar a imaginação do ouvinte com uma variada proposta de imagens auditivas. (Kaplún, 2008, p. 87)

A ausência do interlocutor é outra limitação proposta por Kaplún. No entanto, de acordo com o autor, é uma limitação comum a todos os meios de comunicação de massa.

No rádio, estamos sós. O interlocutor está do outro lado do receptor, não pode intervir. (...) No rádio, o comunicador não pode perceber a reação dos ouvintes (...). Os ouvintes, por sua vez, não podem fazer qualquer pergunta nem pedir-lhe que repita alguma frase que não entenderam bem, nem colocar a velocidade da exposição. (...) (Kaplún, 2008, p. 85)

Como tais considerações foram publicadas originalmente em 1978, podemos dizer hoje que essa afirmação não corresponde integralmente ao rádio contemporâneo. Atualmente, a internet traz possibilidades de interação das mais diversas, inclusive ações que englobam a televisão, o rádio e a mídia impressa, no que se denomina convergência de mídia. O Rádio Debate, programa que será analisado nesta monografia, faz uso dessas novas possibilidades das tecnologias, trazendo uma melhor interação com o público. Os ouvintes do programa enviam perguntas e sugestões por telefone ou pela rede social *Twitter*.

A terceira limitação considerada por Kaplún (2008) é a fugacidade. Ele afirma que a mensagem radiofônica é efêmera, inscreve-se no tempo: “Não é possível, ao receptor, voltar atrás e reler o que não conseguiu apreender, como se sucede na mensagem escrita. O que se diz já está dito, já passou” (Kaplún, 2008, p. 85).

Em decorrência dessa efemeridade, o autor afirma que é gerada outra limitação. Para ele, o rádio deve se limitar a poucas ideias de cada vez e não tentar expor muitos conceitos. Kaplún explica:

(...) Através de uma mensagem efêmera e inscrita no tempo, não é possível desenvolver muitas delas. O ouvinte não pode retê-las. Porque cada conceito deve ser exposto de forma insistente e reiterada, e isto leva tempo. (...) E este tempo que vamos redundar, é o tempo ao qual devemos renunciar ao acréscimo de mais informações. (Kaplún, 2008, p. 86)

É verdade que Kaplún subestima a compreensão dos ouvintes, considerando-os incapazes de compreender conceitos com um nível mais avançado de complexidade. No entanto, vale a pena contextualizar as opiniões contidas nessa publicação de 1978. Na época, segundo Meditsch e Betti (2008), “o rádio alcançava 61% da população latino-americana, a televisão 34% e a imprensa apenas 21%” (Meditsch; Betti, 2008, p. 91). Também deve ser levada em consideração a situação socioeconômica dos países latino-americanos na década de 1970, bem como o então nível de escolaridade da população.

A última limitação do rádio que Kaplún propõe é o condicionamento do público. Segundo o autor, o público está acostumado a mais ouvir do que escutar rádio. Para ele, é baixo o nível de concentração e atenção ante a mensagem radiofônica. Kaplún afirma: “Na América Latina, o rádio é muito ouvido. Porém, o público (...) se habituou – e as próprias emissoras contribuíram para isso – a estabelecer com o aparelho de rádio uma relação cômoda e passiva” (Kaplún, 2008, p. 86).

Esse condicionamento do público é bastante percebido mais de 30 anos após a publicação do texto de Kaplún. Grande parte das rádios de Frequência Modulada (FM) se resume a programas musicais que pouco oferecem conteúdo jornalístico ou alguma contextualização sobre as canções veiculadas. Na atualidade, os ouvintes de rádio geralmente fazem outras atividades enquanto escutam a programação radiofônica: deslocam-se, dirigem, cozinham, arrumam a casa etc.

Por essas características abordadas por Kaplún, a produção de um programa radiojornalístico deve compreender todas essas particularidades do meio. No debate

radiofônico, o roteiro é flexível e os convidados não são fixos. No caso do Rádio Debate, os participantes podem provir de diversos segmentos sociais. Por essas razões e pelas características da conversação (abordadas nos próximos capítulos), a compreensão dos aspectos da unisensorialidade, da fugacidade e do condicionamento do público é essencial para a condução do debate por parte do apresentador.

2.2 Uma questão de gênero

Afinal, o que seria um gênero? A pergunta, aparentemente fácil, possui várias respostas diferentes e ampla discussão numa extensa literatura. Segundo o jornalista e pesquisador André Barbosa Filho (2003),

falar em gêneros implica, invariavelmente, incursões nos debates que o tema suscitou ao longo da história. A literatura, a comunicação social (principalmente o jornalismo e o rádio), a arquitetura utilizam o termo gênero para definir tipologias específicas. Dimensionar seu conceito tautológico é uma questão que vem atormentando os filólogos ao longo dos tempos. (Barbosa Filho, 2003, p.51)

Patrick Charaudeau (2007) conta que a noção de gênero já vem sendo debatida há certo tempo e agrega vários usos, incluindo a categorização de textos midiáticos, que engloba os suportes impressos, televisivos e radiofônicos.

Originária da retórica antiga e clássica, abundantemente utilizada pela análise literária com múltiplos critérios, retomada pela linguística do discurso a propósito de textos não literários, essa noção [de gênero] também está presente na análise das mídias, acompanhada de qualificativos que a especificam segundo o suporte midiático: os gêneros jornalísticos (entenda-se a imprensa escrita), os gêneros televisivos, os gêneros radiofônicos. (Charaudeau, 2007, p. 203)

O professor e pesquisador Arlindo Machado, na obra *A Televisão Levada a Sério*, afirma que, nas últimas décadas, a noção de gênero tem sido questionada por estruturalistas e pós-modernos, para os quais, segundo o autor, “esse tipo de discussão se tornou uma coisa anacrônica, quando não irrelevante” (2001, p. 67). Machado ressalta que isso, geralmente, é atribuído a gêneros literários. O autor, então, se pergunta:

Acabaram-se realmente os gêneros (e, por extensão, todas as classificações que nos permitiam vislumbrar um pouco de ordem na selva da cultura) ou os nossos conceitos de gênero já não são mais suficientes para dar conta da complexidade dos fenômenos que agora enfrentamos? (Machado, 2001, p. 68)

Machado prefere recorrer a um conceito adaptável, que pode se adequar a um mundo em expansão e de rápida mutação. Ele cita um conceito de Mikhail Bakhtin e o considera a teoria do gênero mais aberta e mais adequada ao nosso tempo, ainda que Bakhtin tenha se referido ao campo linguístico e literário.

Para o pensador russo, gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar ideias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa cultura, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junto às comunidades futuras. (Machado, 2001, p. 68)

A partir do conceito de Bakhtin, Machado considera que o gênero orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, “pois é nele que se manifestam as tendências expressivas mais estáveis e mais organizadas da evolução de um meio, acumuladas ao longo de várias gerações de enunciadores” (2001, p. 68).

No entanto, Machado (2001) ressalta que o gênero não deve ser considerado conservador por guardar características de várias gerações. O autor argumenta que, por estarem inseridas na dinâmica de uma cultura, as tendências que preferencialmente se manifestam num gênero não se conservam para sempre: elas estão em contínua transformação no mesmo instante que buscam garantir uma certa estabilização.

Para Maria Margarita Velez,

(...) um determinado texto, literário ou jornalístico, só pode ser reconhecido como tal se tem outros textos anteriores e paralelos a ele, com os quais possa ser comparado, se se tem um panorama de textos ante os quais seja possível seu reconhecimento. Assim: um drama é um drama porque não se parece com uma comédia, mas com outro drama. (*apud* Barbosa Filho, 2003, p. 58)

De acordo com André Barbosa Filho, a dinâmica do processo comunicativo sugere que os gêneros sejam transitórios e que exista criação em cima da produção de textos. O autor afirma que na literatura há um consenso entre os teóricos de que os gêneros mudam conforme a época, bem como o enunciado do texto e o público receptor. No entanto, ele mostra que o mesmo não se aplica ao jornalismo, cujo movimento é muito lento e os gêneros são recorrentes nas formas, quase invariáveis no percurso da história.

A premissa mostra que na literatura o novo é festejado e recebido como vanguarda; ao contrário do jornalismo, que dá indícios de receber o novo com receio, mesmo quando os textos se modificam na rotina de produção da notícia e os rótulos que os identificam, ficam sem sentido. (Barbosa Filho, 2003, p. 206)

Barbosa Filho atribui a invariabilidade dos gêneros jornalísticos ao tradicionalismo, ratificado pelos manuais de redação, pelos pesquisadores respeitáveis e pelos jornalistas, que na prática profissional do dia a dia não percebem que estão fazendo o texto de maneira diferente.

Patrick Charaudeau, que se dedicou a estudar os gêneros dentro do contexto comunicacional, define o gênero de informação midiática como “o resultado do cruzamento entre um tipo de *instância enunciativa*, um tipo de *modo discursivo*, um tipo de *conteúdo* e um tipo de *dispositivo*” (2007, p. 206).

Segundo Charaudeau, a *instância enunciativa* caracteriza-se pela origem do sujeito falante e seu grau de implicação. O sujeito poderia fazer parte da própria mídia (um jornalista, por exemplo) ou não (um político, um especialista, uma personalidade

convidada a falar/escrever na mídia), identificado como autor do texto, de maneira escrita ou oral (2007, p. 206-207).

Já o *modo discursivo*, segundo o autor, transforma o acontecimento midiático em notícia, atribuindo-lhe propriedades que dependem do tratamento geral da informação. São três os modos discursivos categorizados por Charaudeau: “relatar o acontecimento”, “comentar o acontecimento” e “provocar o acontecimento”. Nessas categorias, por exemplo, a reportagem seria um “acontecimento relatado”, o editorial um “acontecimento comentado” e o debate um “acontecimento provocado” (2007, p. 207).

O *conteúdo temático* constitui o macrodomínio abordado pela notícia, como um acontecimento de política nacional ou estrangeira, um acontecimento esportivo, cultural etc (Charaudeau, 2007, p. 207). Para o Charaudeau, é da combinação entre modo discursivo e tema que se pode distinguir subgêneros.

Por último, o *dispositivo*, que traz especificações para o texto e diferencia os gêneros de acordo com o suporte midiático (imprensa, rádio, televisão), devido a sua materialidade, segundo o autor. Essa diferenciação permite, por exemplo, distinguir uma entrevista radiofônica de uma entrevista televisionada.

O filósofo russo Mikhail Bakhtin, quando fala sobre os gêneros do discurso em *Estética da Criação Verbal*, afirma que o enunciado reflete as condições específicas e as finalidades das várias esferas da atividade humana (2000, p. 279). De acordo com Bakhtin, três elementos fundem-se indissoluvelmente no todo do enunciado e são marcados pela especificidade de uma esfera de comunicação: conteúdo temático, estilo e construção composicional.

O filósofo afirma: “Qualquer enunciado considerado isoladamente é, claro, individual, mas cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso” (Bakhtin, 2000, p. 279).

Fazendo a mesma analogia que Nonato Lima (2002, p. 24) utilizou para a notícia radiofônica, podemos dizer que o debate radiofônico reúne os três elementos citados acima: conteúdo temático, estilo e construção composicional, constituindo, portanto, um tipo de enunciado estável, formando, no âmbito do radiojornalismo, um gênero cuja função básica é aprofundar os acontecimentos veiculados pelas notícias, trazendo as ideias e os pensamentos de pessoas diferentes diretamente envolvidas com a temática.

Para resumir as ideias em relação aos gêneros jornalísticos em geral, cabe o pensamento de André Barbosa Filho (2003):

(...) os gêneros, relacionados à área de comunicação, podem ser entendidos como unidades de informação que, estruturadas de modo característico, diante de seus agentes, determinam as formas de expressão de seus conteúdos, em função do que representam num determinado momento histórico. (Barbosa Filho, 2003, p. 61)

2.3 A conversa como parte do debate radiofônico

O programa Rádio Debate é constituído por dois gêneros: o debate e a entrevista. No entanto, o formato original do programa é o debate. A entrevista só é realizada eventualmente, quando há a pretensão de alcançar um aprofundamento maior do que o possibilitado pelo debate. Ambos os gêneros possuem uma característica que os une fortemente: a conversação. Para melhor estudá-la, utilizaremos a Análise da Conversação, proposta por Luiz Antônio Marcuschi (1998) e Ingedore Villaça Koch (1997).

Marcuschi considera a conversação a prática social mais comum no dia a dia do ser humano. Para o autor, ela desenvolve o espaço privilegiado para a construção de identidades sociais no contexto real, sendo uma das formas mais eficientes de controle social imediato. Ele afirma que para realizar uma conversação, exige-se uma grande coordenação de ações que exorbitam a simples habilidade linguística dos falantes (Marcuschi, 1998, p. 5).

Koch considera a conversação de maneira ampla, abrangendo não só os eventos de comunicação cotidiana, mas também os que fazem parte do exercício de uma profissão ou ocorrem no interior das instituições (1997, p. 67). Ela destaca algumas características próprias da interação face a face. Esse tipo de interação seria: “relativamente não planejável de antemão”, devido a sua natureza interacional; o texto falado se apresentaria em processo de construção; o fluxo discursivo apresentaria descontinuidades frequentes; e, por fim, o texto falado apresentaria uma sintaxe característica (1997, p. 69).

A autora ressalta que, ao contrário do que ocorre com os textos escritos, o texto falado emerge no próprio momento da interação. No texto escrito é possível ter maior

tempo de planejamento, fazer rascunho e proceder a revisões. Já no texto falado, ele é o próprio rascunho (Koch, 1997, p. 69).

Com pensamento que seria plenamente aplicável ao debate radiofônico, Koch afirma:

(...) Em situações de interação face a face, o locutor não é o único responsável pela produção do seu discurso: trata-se, como diz Marcuschi, de uma atividade de co-produção discursiva, visto que os interlocutores estão juntamente empenhados na produção do texto: eles não só colaboram um com o outro, como “co-negociam”, “co-argumentam”, a tal ponto que não teria sentido analisar separadamente as produções individuais. (1997, p. 69)

Koch acrescenta que, muitas vezes, o locutor vê-se obrigado a “sacrificar” a sintaxe em favor das necessidades da interação. No texto falado, esse sacrifício se traduz na presença de falsos começos, anacolutos, orações truncadas, repetições e paráfrases. As duas últimas, segundo a autora, são utilizadas com o intuito de garantir a compreensão aos outros participantes da interação (Koch, 1997, p. 70).

Para Koch (1997), a conversação é organizada em turnos, que consistem em cada intervenção de um dos participantes no decorrer da interação. Marcuschi (1998) afirma que a conversação é baseada na regra básica de “fala um por vez”. Ele sugere uma distribuição linear e sequenciada dos falantes, do tipo A-B-A-B. Ou seja, um falando de cada vez de maneira alternada. No entanto, ressalta que essa regra é violada frequentemente.

Koch (1997, p. 70 - 71) considera que há interações simétricas e assimétricas. As simétricas seriam as conversas do dia a dia, em que todos os participantes têm igual direito ao uso da palavra. Já as interações assimétricas ocorreriam quando um dos participantes detém o poder da palavra e a distribui de acordo com a sua vontade. Para Koch, entrevistas, consultas e palestras seriam exemplos de interações assimétricas.

No presente trabalho, o debate radiofônico também será considerado um exemplo de interação assimétrica. Por mais que o gênero possa ser confundido com uma interação simétrica, já que em diversas ocasiões se assemelha a conversas do dia a dia, na verdade, o debate é uma conversa mediada. O mediador conduz a interação e distribui os momentos de fala a cada participante.

O debate é composto por convidados e por um mediador que vão discutir sobre um determinado tema, com o objetivo de realizar uma conversação que exponha os diversos pontos de vista sobre a temática. Para André Barbosa Filho (2003, p. 103), o debate é um espaço de discussão coletiva em que os participantes apresentam ideias diferenciadas entre si. Robert McLeish (2001, p. 107) considera que o debate deve fazer o ouvinte ficar a par de argumentos e contra-argumentos expressos em forma discursiva por pessoas que de fato sustentam suas opiniões com convicção sobre um tema de interesse público.

Para Alda de Almeida, o debate radiofônico deve ir além das notícias: “não basta martelar o ouvinte com notícias o tempo todo, criando inclusive o risco de o ‘intoxicar’” (Almeida, 2004, p. 48). Ela considera que é necessário estabelecer conexões com o cotidiano, mostrar os fatos dentro do contexto em que aconteceram. Sem esse tipo de programa, Almeida afirma que há um real empobrecimento de conteúdo no veículo, transformando-o “em uma espécie de ‘papagaio’, repetindo notícias, sem levar a nenhuma reflexão sobre elas” (2004, p. 48).

Conforme Emílio Prado (1989, p. 91), o objetivo do debate radiofônico é fornecer dados à opinião pública sobre temas que a afetem diretamente. O autor considera que o gênero pode apresentar quatro formatos: mesa-redonda, debate, documentário e entrevista. Neste trabalho, só vamos abordar a *mesa-redonda* e o *debate* propriamente dito, pois são os dois formatos predominantes no Rádio Debate. Como já dito, o programa também realiza a entrevista usualmente, mas não vamos abordá-la neste trabalho.

Por *mesa-redonda*, Prado (1989) a conceitua como “a fórmula mais completa, dinâmica, ágil e atraente de polemizar no rádio”. Nela participam representantes de diversos pontos de vista, que podem ser contrapostos ou complementares (Prado, 1989, p. 91). Vamos considerar a *mesa-redonda* como uma categorização para aqueles debates que em que não há posições contrárias. Já o *debate* propriamente dito é o formato da polêmica. É nele que se produz o enfrentamento aberto de posturas opostas (Prado, 1989, p. 93). Os dois programas que constituem o *corpus* são essencialmente *debates*, predominando o acirramento e a diferença de interesses.

2.4 Análise do Discurso

Para estudar o discurso do programa Rádio Debate, será utilizada a teoria e a metodologia da Análise do Discurso (AD). O estudo do discurso fez-se necessário para tentar compreender as estratégias discursivas empregadas no debate radiofônico. Para isso, nesta seção, será mantido diálogo com os seguintes autores: Eni Orlandi (2000), Helena Nagamine Brandão (1997), Dominique Maingueneau (2001), Mikhail Bakhtin (2010) e José Luiz Fiorin (1993).

De acordo com Brandão (1997, p. 18), a Análise do Discurso é formada por dois conceitos nucleares que aliam o linguístico ao sócio-histórico: o de ideologia e o de discurso. Ela afirma que a AD nasceu da necessidade de superar o quadro teórico de uma linguística frasal que não dava conta do texto em toda sua complexidade.

Segundo Eni Orlandi, a AD é lugar de articulação de três regiões do conhecimento: Psicanálise, Linguística e Marxismo, no entanto

(...) não o é de modo servil e trabalha numa noção – a de discurso – que não se reduz ao objeto da Linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise. Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o Materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade, trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele. (Orlandi, 2000, p. 20)

De acordo com Courtine (*apud* Brandão, 1997, p. 84), a AD é dividida entre uma função crítica e uma função instrumental,

(...) ela se apresenta como uma disciplina não acabada, em constante construção, problematizante, em que o linguístico é o lugar, o espaço, o território que dá materialidade, espessura a ideias, conteúdos, temáticas de que o homem se faz sujeito; não um sujeito ideal e abstrato, mas um sujeito concreto, histórico, porta-voz de um amplo discurso social. (Brandão, 1997, p. 84)

O discurso é uma das instâncias em que a materialidade ideológica se concretiza (Brandão, 1997, p. 37). Para analisar a articulação da ideologia com o discurso, é necessário dois conceitos tradicionais da AD: o de formação ideológica (FI) e o de formação discursiva (FD). A formação ideológica tem como um de seus componentes uma ou várias formações discursivas interligadas. Já as formações discursivas, em uma formação ideológica específica e levando em conta uma relação de classe, são compreendidas como determinações do que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (Brandão, 1997, p. 38).

Para Brandão, é a FD que permite dar conta do fato de que os sujeitos falantes, situados numa determinada conjuntura histórica, possam concordar ou não sobre o sentido a dar as palavras, “falar diferentemente falando a mesma língua” (1997, p. 39). De acordo com Orlandi,

O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. (Orlandi, 2000, p. 43)

Orlandi afirma que é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Segundo ela, as FDs são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações (Orlandi, 2000, p. 44).

A partir daí, Orlandi chega à noção de metáfora, que, na AD, significa basicamente “transferência”, estabelecendo o modo como as palavras significam. Segundo Orlandi, em princípio não há sentido sem metáfora, pois as palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade (2000, p. 44).

Para Brandão, o discurso é o ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos e é o efeito de sentido construído no processo de interlocução, que se opõe a uma concepção de língua como mera transmissão de informação (1997, p. 12 e 89). A autora cita Orlandi, que diz que “o discurso não é fechado em si mesmo e nem é do domínio exclusivo do locutor: aquilo que se diz significa em relação ao que não se diz, ao lugar social do qual se diz, para quem se diz, em relação a outros discursos” (*apud* Brandão, 1997, p. 89).

Conforme Mikhail Bakhtin (*apud* Brandão, 1997, p. 10), a palavra é o signo ideológico por excelência. De acordo com o filósofo russo, enquanto produto da interação social, ela se caracteriza pela plurivalência, sendo lugar privilegiado para a manifestação da ideologia. A palavra retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam, e também é dialógica por natureza, transformando em arena de luta de vozes que, situadas em diferentes posições, querem ser ouvidas por outras vozes (Bakhtin *apud* Brandão, 1997).

Dominique Maingueneau (2001) dá algumas características ao que se entende por discurso. De acordo com ele, o discurso: é uma organização situada para além da frase; é orientado; é uma forma de ação; é contextualizado; é assumido por um sujeito; é regido por normas; e é considerado no bojo de um interdiscurso (Maingueneau, 2001, p. 52 – 56).

Para Maingueneau, o discurso se constrói em função de uma finalidade, querendo dirigir-se para algum lugar. No entanto, o autor afirma que o percurso pode ser desviado (através de digressões, por exemplo), depois pode retornar ao curso inicial, depois pode desviar novamente etc. (Maingueneau, 2001, p. 53).

Ele destaca que o desenvolvimento linear do texto se processa em condições diferentes, caso o enunciado seja proferido por um enunciador que o controla do início ao fim (enunciado monologal), ou se inscreva em uma interação na qual possa ser interrompido ou desviado a qualquer momento pelo interlocutor (enunciado dialogal) (Maingueneau, 2001, p. 53).

Maingueneau acrescenta que, nos casos de interação oral, ocorre constantemente de as palavras “escaparem”, de ser necessário recuperá-las ou torná-las mais precisas, em função das reações de outro. A situação apontada pelo autor é bastante percebida nas conversações do dia a dia, bem como em programas televisivos e radiofônicos de entrevistas e debates, como o Rádio Debate.

Ele aponta que falar é uma forma de ação sobre o outro e não apenas uma representação do mundo. O autor afirma que toda enunciação constitui um ato (por exemplo, prometer, sugerir, afirmar, interrogar etc.) que tem o objetivo de modificar uma situação. Quando esses atos elementares se integram em discursos de gêneros determinados, como num panfleto ou num telejornal, eles visam produzir uma modificação nos destinatários. De maneira mais ampla, ele coloca que a própria atividade verbal encontra-se relacionada com atividades não verbais (Maingueneau, 2001, p. 53).

O autor afirma que a conversação é a manifestação mais evidente da interatividade, em que os dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito de suas palavras sobre o outro. Ele não considera a conversação como discurso, mas sim como umas das formas de manifestação da interatividade essencial do discurso. Maingueneau compreende que

(...) toda enunciação, mesmo produzida sem a presença de um destinatário, é, de fato, marcada por uma interatividade constitutiva (fala-se também de dialogismo), é uma troca, explícita ou implícita, com outros enunciadores, virtuais ou reais, e supõe sempre a presença de uma outra instância de enunciação à qual se dirige o enunciador e com relação à qual constrói seu próprio discurso. (Maingueneau, 2001, p. 54)

Por locutor, entende-se como a função enunciativa que o sujeito falante exerce, ou seja, é o ser responsável pelo dizer (Brandão, 1997). Já o enunciador é entendido como “a figura da enunciação que representa a pessoa cujo ponto de vista é apresentado”. Ou seja, é a perspectiva que o locutor constrói e de cujo ponto de vista narra (Brandão, 1997, p. 90).

Na concepção de Maingueneau, não existe discurso senão contextualizado: “o ‘mesmo’ enunciado em dois lugares distintos corresponde a dois discursos distintos” (2001, p. 54). Para ele, além disso, o discurso contribui para definir o contexto, podendo modificá-lo no curso da enunciação. Ele também afirma que um discurso só é um discurso enquanto remete a um sujeito “que se coloca como fonte de referências pessoais, temporais, espaciais e, ao mesmo tempo, indica que atitude está tomando em relação àquilo que diz e em relação a seu co-enunciador” (Maingueneau, 2001, p.55).

Maingueneau acrescenta que a atividade verbal se inscreve na instituição da fala e é regida por normas como todo comportamento. Para o autor, nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem haver uma justificativa para apresentar-se da forma como se apresenta. Ele ressalta que

(...) o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, lugar no qual ele deve traçar seu caminho. Para interpretar qualquer enunciado, é necessário relacioná-lo a muitos outros – outros enunciados que são comentados, parodiados, citados etc. Cada discurso tem sua maneira de tratar a multiplicidade das relações interdiscursivas: um manual de filosofia não cita da mesma maneira, nem cita as mesmas fontes que um promotor de venda promocional... (Maingueneau, 2001, p.55 – 56)

Por interdiscursividade entende-se a relação de um discurso com outros discursos. Ao tomar o interdiscurso como objeto, procura-se apreender não uma

formação discursiva, mas a interação entre formações discursivas diferentes. Nesse sentido, pode-se dizer que a interdiscursividade é constitutiva de todo discurso e que todo discurso nasce de um trabalho sobre outros discursos (Maingueneau *apud* Brandão, 1997, p. 90).

Para Eni Orlandi, “um dos pontos fortes da Análise do Discurso é re-significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem” (2000, p. 45). A autora afirma que o fato de não haver sentido sem interpretação, garante a presença da ideologia. Ela afirma que o trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (Orlandi, 2000, p. 45 – 46).

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a única marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados. Pela língua, pelo processo que acabamos de descrever. (Orlandi, 2000, p. 47)

A autora ressalta que a ideologia não é vista como conjunto de representações, visão de mundo ou ocultação da realidade. Ela acrescenta que, na verdade, não há realidade sem ideologia.

Enquanto prática significativa, a ideologia aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história para que haja sentido. E como não há uma relação termo-a-termo entre linguagem/mundo/pensamento essa relação torna-se possível porque a ideologia intervém com seu modo de funcionamento imaginário. São assim as imagens que permitem que as palavras “colem” com as coisas. (Orlandi, 2000, p. 48)

Para Bakhtin (2010), um produto ideológico faz parte de uma realidade e “reflete e refrata” outra realidade que não a dele.

Um produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, instrumento de produção ou produto de consumo; mas, ao contrário destes, ele também reflete e refrata uma outra realidade, que lhe é exterior. Tudo o que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. (Bakhtin, 2010)

Já José Luiz Fiorin (1993) traz os conceitos de ideologia de Marx e afirma que o termo ideologia é comumente atribuído ao conjunto de ideias e representações que servem para explicar a ordem social, as condições de vida e as relações que o homem mantém com outros homens. Fiorin fala que todo conhecimento estaria comprometido com os interesses sociais. A partir da afirmativa, ele confere uma visão mais ampla do conceito de ideologia: “ela é (...) o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social. Daí podemos deduzir que há tantas visões de mundo numa dada formação social quantas forem as classes sociais” (Fiorin, 1993, p. 28 – 29).

Fiorin acrescenta que a ideologia é constituída pela realidade e também constituinte da realidade. Ele destaca que a ideologia não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente de alguns pensadores, mas determinada por uma série de fatores, como as formas políticas das lutas de classes e seus resultados, as formas jurídicas, as teorias políticas, filosóficas, jurídicas e as concepções religiosas. Entretanto, o autor ressalta que a ideologia é determinada em última instância pelo nível econômico.

Determinação em última instância significa que o modo de produção determina as ideias e os comportamentos dos homens e não o contrário. É preciso, no entanto, (...) não ver o nível ideológico como simples reflexo do econômico, pois ele tem seu conteúdo próprio e suas próprias leis de funcionamento e de desenvolvimento. Isso significa que não existe determinação direta e mecânica da economia, mas uma determinação complexa. (Fiorin, 1993, p. 30)

3 Rádio Debate em contexto

Algumas características e particularidades do programa Rádio Debate serão abordadas neste capítulo. No primeiro tópico, será pensado como o Rádio Debate atua numa rádio essencialmente educativa. Faremos reflexões sobre os objetivos e propostas da emissora e do programa como forma de compreendê-lo como algo contextualizado no âmbito da emissora e da sociedade.

No tópico seguinte, será feita uma contextualização histórica da trajetória do Rádio Debate, principalmente do seu surgimento. Logo após, discutiremos as rotinas produtivas do programa e o papel do mediador no debate radiofônico. As questões vão auxiliar na compreensão das formações discursivas das edições do programa que serão analisadas no próximo capítulo.

3.1 Atuação numa rádio educativa

A Rádio Universitária FM se configura como uma rádio educativa, conforme o artigo 3º do Regimento da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC) em que consta a fundação da rádio: “A emissora dedicar-se-á, sem finalidades comerciais, a uma programação de caráter sócio-educativo-cultural” (Anexo 1).

De acordo com Marlene Blois (2003), em 1995, das 44 rádios educativas em operação no Brasil, 18 eram rádios universitárias, ou seja, ligadas a uma Instituição de

Ensino Superior. Dessas 18 rádios universitárias, 12 eram vinculadas a uma universidade pública federal.

Para Blois (2003), os vínculos institucionais de uma rádio educativa podem ser com órgãos nacionais ou locais e também com entidades da iniciativa privada, desde que seus objetivos estejam voltados para ações que privilegiem a cultura e a educação, nos seus aspectos formativos e informativos.

A programação de uma emissora educativa é a grande marca que a difere de uma rádio comercial. As formas utilizadas para concretizar seus propósitos e chegar aos ouvintes vão desde as mais didáticas - os cursos e séries instrucionais - até realizações menos formais, mas não menos educativas, como o radiojornalismo, séries e spots culturais ou de utilidade pública, seleções musicais, a prestação de serviços à comunidade, propostas descompromissadas de interesses comerciais e modismos fabricados. É a educação aberta e continuada se realizando em linguagem coloquial e com forte apelo afetivo. (Blois, 2003, p. 10)

Sandra de Deus (2003) considera que as rádios universitárias funcionam como veículos do saber científico, cultural, político, filosófico, musical e verbal produzido dentro da universidade. Consideramos, no entanto, que todos esses tipos de saberes produzidos fora da comunidade acadêmica também devem fazer parte da programação de uma rádio pública educativa universitária. O Rádio Debate é um projeto de extensão da Universidade Federal do Ceará, portanto tem a função de também se estender para além da academia.

Segundo Spenthof (*apud* De Deus, 2003, p. 8), “divulgar a produção universitária difere de utilizar a rádio universitária como política de extensão. A extensão significa envolver a sociedade ativamente, buscando entender suas necessidades e transformando o rádio em um meio de discussão e difusão”.

A página da internet da Pró-Reitoria de Extensão da UFC traz a seguinte definição de extensão para a Universidade:

A Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação

transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da praxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a Extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social.²

Dentro da perspectiva sócio-educativo-cultural, o regimento da fundação da RUFM aponta que a emissora deve buscar os seguintes objetivos:

- a) estimular, na Comunidade, a memória e o registro das manifestações culturais do Ceará, no intuito de gerar soluções criativas para a resolução dos problemas comunitários, em consonância com a tradição cultural;
- b) provocar, na Comunidade, por meio da informação e do debate crítico, sobre os problemas que a afligem ou os eventos a que ela assiste, atitudes de reflexão e criatividade que a induzam a mudanças de comportamento;
- c) prestar à população, principalmente à carente sob o prisma sócio-educativo, informações sobre técnica e condutas de utilidade social, produzidas com a orientação de especialistas das Instituições de Ensino Superior do Estado Ceará. (Anexo 1)

O programa Rádio Debate está em alinhamento com projeto que a Rádio Universitária se propõe, principalmente provocando a comunidade por meio da informação e do debate crítico e dando voz à população em situação de vulnerabilidade ou às camadas da sociedade que não encontram espaço nos veículos da mídia tradicional. Como exemplo, podemos citar programa que tratou sobre uma disputa de terra no bairro Serviluz, em Fortaleza, exibido no dia 19 de abril de 2012. Os moradores do bairro debateram sobre a invasão do campo de futebol da comunidade. O campo teria sido invadido por homens operando tratores a mando do suposto dono do terreno, utilizado pela população há 24 anos. Em relação ao estímulo à memória e ao registro das manifestações culturais do Ceará, o Rádio Debate traz programas que abordaram a

² Disponível em: <www.prex.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=106&Itemid=99>. Acessado em: 17 de maio de 2012.

temática, ainda que de maneira pontual. Pode-se citar o programa do dia 15 de março de 2012, sobre o Festival Ceará das Rabecas, e o programa do dia 14 de outubro de 2011, sobre os 30 anos da própria Rádio Universitária.

No documento Formulário de Ação de Extensão de 2012 do Rádio Debate, registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UFC, o projeto é apresentado como “realização de entrevistas visando à opinião pública”. Já o público é definido pela faixa etária de 21 a 60 anos, com atenção aos segmentos sociais em vulnerabilidade.

Para Arendt (*apud* De Deus, 2003, p. 2), “a noção de público está ligada aquilo que é comum a todos, mas um ‘todos’ entendido sob a condição da cidadania, na qual existe igualdade de direitos e responsabilidades”. Adotando esse significado de público, Sandra de Deus, considera que uma rádio universitária pode realizar suas funções de acordo com um modelo de radiodifusão com interesse público. Deste modo, uma das primeiras características das emissoras universitárias públicas é o reconhecimento da pluralidade cultural através de espaços destinados a diferentes públicos (De Deus, 2003).

Para Huérfano (*apud* De Deus, 2003), a função social de uma rádio universitária é oferecer uma produção que cubra a maior parte dos setores da população. Sandra de Deus, no entanto, considera que não significa somente atingir o maior número de ouvintes, mas oferecer uma programação que corresponda aos interesses de diferentes setores da população, e não às necessidades particulares de um pequeno segmento de ouvintes privilegiados.

Outra função que as rádios universitárias devem adotar, de acordo com Sandra de Deus (2003) e Marlene Blois (2003), é o compromisso laboratorial. De Deus afirma que “a importância das rádios universitárias públicas na formação dos graduandos em Comunicação é parte da missão que a universidade deve ter, de uma maneira geral, na formação de todos seus estudantes” (2003, p. 5). Blois ainda acrescenta que esse compromisso deve se estender também a estudantes da área de Educação.

A atividade laboratorial pode ser entendida como um exercício de experimentação, de aplicação de conhecimentos e de atividades práticas, concluindo na realização de notáveis operações e transformações na formação e no mundo do estudante (Spenthof, 1998 apud De Deus, 2003). Fazendo uso das rádios universitárias, os estudantes de Comunicação ultrapassam os espaços da sala de aula e da avaliação do professor, acabando por dividir com a sociedade o seu fazer e a sua avaliação (De Deus, 2003).

O Rádio Debate cumpre com a função laboratorial proposta por Blois e De Deus. Por ser um projeto de extensão, o programa possui, desde a criação, um bolsista do curso de Jornalismo da UFC. Daniel Fonsêca, produtor do programa entre 2005 e 2011, atualmente licenciado, conta que as atribuições do bolsista na produção do programa não se reduzem a meras funções instrumentais.

O bolsista do Rádio Debate não é um auxiliar instrumental, no sentido de elaborar clippings, redigir apenas o roteiro, auxiliar na condução do estúdio, na recepção dos convidados, na organização dos microfones, na recepção dos telefonemas... (...) Eu mantinha de forma bem mais rotineira uma reunião com o bolsista pra gente pensar temas, discutir, abordar as divergências que a gente tinha, tentar explorar outras abordagens... Já cheguei até mesmo a deixar com ele ou com ela a produção de determinados dias, que é um elemento interessantíssimo de fazer. (...) (DANIEL FONSECA, depoimento do dia 10/05/2012)

Marlene Blois e Sandra de Deus concordam que as rádios educativas operam com recursos escassos. Blois afirma que a maioria não possui receita advinda da comercialização de espaços publicitários na programação e sobrevivem com recursos reduzidos, captando verbas de apoios culturais, além de “muita criatividade e dedicação”.

O decreto Nº 5.396 de 21 de março de 2005 determina que:

Art. 1º As organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa podem receber recursos e veicular publicidade institucional de entidades de direito público ou privado a título de:

I - apoio cultural à organização social, seus programas, eventos ou projetos; e

II - patrocínio de programas, eventos ou projetos.

Art. 2º A publicidade institucional poderá ser veiculada nos intervalos de programas, eventos ou projetos, bem assim nos intervalos da programação, conforme o que for estabelecido em prévio ajuste entre o patrocinador e o patrocinado.

Art. 3º No caso de apoio cultural a determinados programas, eventos ou projetos, é facultada a indicação da entidade apoiadora no seu início ou fim.

(...)

Art. 6º É vedada às organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa a veiculação remunerada de anúncios ou outras práticas que configurem comercialização de seus intervalos.

Art. 7º A publicidade institucional veiculada por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa deverá observar o atendimento, exclusivamente, da finalidade social da atividade educativa e cultural da organização.³

Atualmente, o Rádio Debate possui três apoiadores, que colaboram com o programa desde o surgimento: Associação dos Docentes da UFC (Adufc), Sindicato dos Médicos do Estado do Ceará e Expressão Gráfica. A indicação do apoio dessas entidades é veiculada no início e no final de cada programa, nas vinhetas de abertura e encerramento.

Outras entidades já apoiaram o programa em outros momentos, mas não seguiram com a contribuição durante o desenvolvimento desta pesquisa, dentre as quais

³ O decreto Nº 5.396 de 21 de março de 2005 regulamenta o art. 19 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre o recebimento de recursos e a veiculação de publicidade institucional por organizações sociais que exercem atividades de rádio e televisão educativa, e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5396.htm>. Acessado em: 17 de maio de 2012.

estão: Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará (Sindjorce) e Sindicato dos Eletricitários do Estado do Ceará.

3.2 O programa

O Rádio Debate é um programa de debates e entrevistas radiofônicas que vai ao ar desde o ano de 1996 pela Rádio Universitária FM 107,9 MHz, de Fortaleza. A emissora é vinculada à Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura (FCPC), entidade de apoio à Universidade Federal do Ceará (UFC).

Atualmente, o programa vai ao ar de segunda a sexta-feira, das 11h30 às 12h30, sendo que na segunda-feira é reprisada uma edição da semana anterior. As temáticas abordadas são variadas: política, economia, cultura, arte, meio-ambiente, direitos humanos, saúde, educação, entre outros. Todos os assuntos são atuais, mas não necessariamente factuais. Cada edição possui de 1 a 4 convidados.

O programa é apresentado pelo professor e jornalista Agostinho Gósson⁴. Desde 2011, a produtora do programa é a jornalista Raquel Chaves. Durante esses 16 anos, os seguintes jornalistas passaram pela produção: Sandra Nunes, Ana Rita Fonteles, Paola Vasconcelos, Cristiane Bonfim, Célia Jacome, Raimundo Madeira, Daniel Fonsêca, Katharine Magalhães e, por fim, Raquel Chaves.⁵ Além do jornalista, o programa,

⁴ Professor aposentado do curso de Comunicação Social da UFC. Atualmente, é ouvidor da mesma instituição. Foi diretor da Rádio Universitária FM entre os anos de 1996 e 2006. Também foi presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará (Sindjorce) entre os anos de 1989 a 1992. Apresenta o programa desde o surgimento.

⁵ Tentou-se reunir todos os nomes que passaram pela produção, entretanto, como não há registro, é possível que faltem alguns. Os nomes não estão organizados em ordem cronológica de atuação.

durante quase toda existência, contou com um bolsista do curso de Jornalismo da UFC que auxilia na produção.

Pensado pelo então assessor de imprensa da Associação dos Docentes da UFC (Adufc)⁶, jornalista Paulo Mamede⁷, o programa foi criado, segundo ele, em meio a um “processo intenso de sucateamento da Universidade”. Na época, a Adufc estava sob a gestão do professor Francisco José Pinheiro, presidente da Associação entre os anos de 1995 e 1997, enquanto a Universidade Federal do Ceará tinha como reitor o professor Roberto Cláudio Frota Bezerra, que exerceu o mandato entre 1995 e 2003.

Eu era assessor de imprensa da Adufc e propus à diretoria da Associação fazer um programa, patrocinado pela Adufc. Mas um programa aberto, um programa que pudesse discutir os grandes temas da atualidade, colocar pesquisadores, com autoridades, com lideranças trabalhistas, um programa que a pauta fosse livre, que você pudesse inserir a universidade dentro das grandes questões estaduais e nacionais e, muitas vezes, inclusive, questões internacionais. O Rádio Debate preencheu uma lacuna que, depois que o programa acontece, você não sabe como uma rádio universitária não tinha um programa dessa natureza. (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

Na proposta inicial, o Rádio Debate possuía um formato diferente: teria duração de uma hora, sendo 15 minutos destinados a notícias e 45 minutos dedicados ao debate. O programa seria dirigido por um âncora e contaria com a participação de dois jornalistas, um locutor (para o noticiário) e dois debatedores (convidados)⁸. Na época, o Rádio Debate seria provisoriamente chamado de *Debates da Academia*⁹.

Os objetivos iniciais do programa, de acordo com o documento *Rádio Universitária FM – proposta programa de debate* (ca. 1995), eram: “debater as grandes questões socioeconômicas e políticas da atualidade”; “debater os problemas da cidade,

⁶ Sindicato dos docentes da UFC.

⁷ Atualmente, o jornalista é coordenador de Comunicação Social e Marketing Institucional da UFC. Também já foi presidente do Sindjorce.

⁸ *Rádio FM Universitária – proposta programa de debate*. Fortaleza, ca. 1995. (Documento pertencente aos arquivos da Rádio Universitária FM).

⁹ Mamede, Paulo. *Assessoria de imprensa – uma proposta para ousar*. Fortaleza, 1995. (Documento pertencente aos arquivos da Rádio Universitária FM).

do estado e do país numa perspectiva plural e democrática”; e “incentivar o desenvolvimento de um processo democrático de comunicação na sociedade”. Já no documento *Assessoria de Imprensa – uma proposta para ousar* (1995), há um objetivo a mais, além dos apresentados, que seria: “divulgar informações e a iniciativa da Adufc e entidades afins, do movimento docente e do movimento sindical”.

Na proposta original, a justificativa para a veiculação do programa era a seguinte:

O programa proposto visa preencher uma lacuna no rádio cearense, carente de uma opção sociocultural, científica e política que priorize o debate, o confronto de ideias e a pluralidade de opiniões. O programa se justifica pela necessidade de uma tribuna livre e independente no rádio cearense que consiga veicular e debater os desafios para o aprimoramento democrático de nossas instituições, contribuindo para o desenvolvimento sociocultural de nosso povo e para a construção da cidadania. (*Rádio FM Universitária – proposta programa de debate, ca. 1995, p. 1*)

Agostinho Gósson conta que o Rádio Debate surge num contexto em que, segundo ele, a atividade acadêmica estava sendo desvalorizada pelo Governo Federal.

(...) O conjunto da universidade, ensino, pesquisa e extensão, tudo ia num processo só de desvalorização por parte do Governo Federal. Então, a Adufc pensa na criação do projeto do Rádio Debate nessa perspectiva, de ser um espaço de rádio que fosse porta-voz dessas mobilizações contra o governo Fernando Henrique Cardoso, sobretudo da questão da privatização e das ameaças à privatização da universidade, da redução de verbas para educação e tudo mais. (AGOSTINHO GÓSSON, depoimento de 20/04/2012)

Segundo Paulo Mamede, o surgimento do programa deu-se num período em que estudantes, professores e servidores reagiam às más condições das universidades públicas federais.

(...) Era um momento em que as associações, que o movimento sindical estava crescendo. Estava se colocando como uma força social, nacional, novamente, porque a ditadura, o golpe militar de 64, praticamente exterminou as lideranças sindicais, lideranças estudantis, lideranças trabalhistas. (...) O movimento sindical estava num período também de efervescência e se colocando como uma força social, política, na vida nacional. Então, tinha essa grande contradição. O processo de redemocratização do país não trouxe melhorias no financiamento da universidade, na questão da autonomia universitária. Pelo contrário, agravou

a situação das universidades públicas federais. E houve uma reação de estudantes, professores, servidores... (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

De acordo com Corbucci (2000, p. 8), em estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o gasto total com as 39 universidades federais então existentes variou apenas 7,7% entre os anos de 1995 e 1998, passando de R\$ 5,4 bilhões, em 1995, para R\$ 5,8 bilhões, em 1998. No entanto, se for avaliado apenas os gastos com despesas de capital (aqueles destinados a bibliotecas e aparatos tecnológicos), percebe-se uma brusca redução. Entre o início e o final desse período, essas despesas foram reduzidas em 81,9%. De cerca de R\$ 173 milhões gastos, em 1995, reduziram-se para pouco mais de R\$ 31 milhões, em 1998 (Corbucci, 2000, p. 16-18).

Ainda de acordo com Corbucci (2000, p. 18),

A tendência assumida em relação aos investimentos em capital pode conduzir a inferências sobre o possível sucateamento do aparato tecnológico das universidades, na medida em que mesmo a sua simples manutenção em funcionamento requer a reposição de peças e componentes, quando não sua completa substituição. Entretanto, a realidade tem mostrado que várias instituições universitárias têm buscado mecanismos alternativos de financiamento dessas e de outras de suas demandas, por meio de fundações de apoio à pesquisa. Não fosse esse artifício, é bastante provável que a situação das UF fosse bem mais precária do que aquela que apregoam atualmente seus defensores.

Esse processo de sucateamento das universidades federais apontado por Corbucci (2000), Gósson e Mamede, em meados da década de 1990, também atingia a Rádio Universitária, de acordo com Paulo Mamede.

Nós tínhamos uma situação aqui na universidade, no período em que o Rádio Debate foi criado, um processo muito intenso de sucateamento. Para você ter ideia, quando eu procurei a professora Ivonete Maia¹⁰, que era diretora da Rádio, para propor o programa, (...) a Rádio tinha um transmissor que só atingia um raio de dois quilômetros. (...) Era um momento muito difícil, era

¹⁰ Ivonete Maia foi professora do curso de Comunicação Social da UFC, diretora da Rádio Universitária e editora das Edições UFC. Foi também a primeira mulher a presidir a Associação Cearense de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará. Faleceu no dia 14 de fevereiro de 2012.

muito difícil você arranjar patrocínio para o Rádio Debate, porque às vezes o programa não ia para o ar, porque caía o transmissor ou caía energia ou caía não sei o quê. (...) (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

De acordo com a jornalista Lúcia Helena Pierre, atual diretora executiva de jornalismo da RUFM, a emissora passava por uma situação difícil na época:

Tava meio abandonada e também tinha pouco equipamento. (...) Era muito ruim a recepção e a Rádio vivia saindo do ar. Vivia saindo do ar. Era horrível, às vezes passava dias. (...) Tinha época que era direto. Aí passava um tempo bem, depois começava de novo. [...] Não tinha uma direção de jornalismo. Era mais ou menos cada um fazia a sua tarefa. Não é como agora, [que tem] uma coordenação. Não tinha nada planejado, era só fatos do dia a dia, não tinha uma série especial, uma reportagem, para fazer alguma coisa planejada com antecedência. (LÚCIA HELENA PIERRE, depoimento de 11 de junho de 2012).

Esse contexto influenciou diretamente na linha editorial do programa na época da criação. Gósson afirma que o Rádio Debate tinha três objetivos naquele momento: ser porta-voz dos movimentos sociais organizados; defender a universidade pública, gratuita e de qualidade; e articular o pensamento e a produção científica e cultural da Universidade. Com o início do mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, Gósson afirma que a linha editorial do programa se transforma:

(...) Com a eleição do Lula houve todo um redesenho das linguagens dos meios de comunicação, sobretudo àqueles que estavam vinculados ao movimento social organizado. Já não se tratava de combater o neoliberalismo, mas de fazer defesa a uma política de governo na área educacional que tivesse na direção de recuperar o patrimônio das universidades públicas. (...) (AGOSTINHO GÓSSON, depoimento de 20/04/2012)

Na opinião de Paulo Mamede, o governo Lula não provoca mudança na linha editorial do programa, mas muda a conjuntura política da época:

Eu acho que governo Lula muda tudo. Houve uma grande mudança, por exemplo, com o Reuni. Nós tivemos o primeiro programa de Reestruturação das Universidades Públicas Federais¹¹. (...) Nós deixamos de discutir a falta

¹¹ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) é um programa do governo federal que visava adotar uma série de medidas para acelerar o crescimento do

de verbas para o ensino superior e a gente começou a discutir se essas verbas eram suficientes ou não. (...) A eleição do Lula muda mesmo, muda a conjuntura política nacional. Eu não percebo uma mudança na linha editorial do programa. O programa continua discutindo política, economia, ambiente, ciências, tecnologia... Eu não vejo uma mudança. Eu acho que talvez tenha se tornado menos oposição, se é que a gente pode dizer isso, porque [antes] tanto tinha convidado do governo quanto oposição. (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

Por mais que ambos tenham opiniões divergentes em relação às possíveis transformações na linha editorial do Rádio Debate, de acordo com as concepções da Análise do Discurso, um programa produzido na época do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso seria completamente diferente de um programa produzido no período do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, ainda que discutissem a mesma temática e mantivessem os mesmo convidados. Logo, os discursos também seriam diferentes, pois dependem das condições de produção (o contexto histórico-social; os interlocutores; o lugar de onde falam; a imagem que fazem de si, do outro e do referente) (Brandão, 1997, p. 89).

Para Mamede, a linha editorial do Rádio Debate preza pela pluralidade e é totalmente livre de tabus.

Nós discutimos tudo. Discutimos desde salário, comportamento, cultura, questões ambientais... As minorias têm um espaço para se manifestar. Essa questão da pluralidade, não haver censura, não botar casca de banana para convidados. Lá, autoridades, representantes do governo são recebidos da mesma forma que são recebidos as lideranças trabalhistas, sociais, os setores marginalizados da população... (...) (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

A jornalista Raquel Chaves, atual produtora do programa, define a linha editorial do Rádio Debate como “completamente livre”. Ela conta que o programa não possui um público segmentado, o que garante mais liberdade, pois não é preciso adotar uma

ensino superior público. Iniciado em 2003, a conclusão está prevista para este ano. Dentre as ações estariam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas. O programa já foi uma questão polêmica dentro das instituições de ensino superior, gerando uma série de opiniões divergentes. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acessado em: 12 de maio de 2012.

linguagem específica. A produtora também considera que o programa não possui amarras nem com os apoiadores nem com a própria UFC.

Para Daniel Fonsêca¹², produtor do Rádio Debate entre os anos de 2005 e 2011, o programa não mudou de forma substancial a linha editorial. Ele afirma que o respeito aos procedimentos jornalísticos é, na verdade, a linha editorial do programa:

Eu acho que esse espírito, que eu identifico e conceituo o Rádio Debate, para além da linha editorial, é a própria metodologia de trabalho (...) da produção, da redação do roteiro, da escolha dos entrevistados e da forma como se dá a apresentação. O respeito, sobretudo durante essas etapas de constituição do programa, é, na verdade, a própria linha editorial. (...) O procedimento industrial do jornalismo, às vezes, não permite isso, sobretudo do radiojornalismo. Eu desconheço programas e emissoras que tenham esse cuidado, de manter o respeito aos procedimentos jornalísticos que dão essa dignidade ao programa, tanto profissional, política, filosófica... O respeito mesmo à diversidade que tem o Rádio Debate. (DANIEL FONSECA, depoimento de 10/05/2012)

Como mencionado, os atuais apoiadores do programa são: Adufc, Sindicato dos Médicos e Expressão Gráfica. Para Agostinho Gósson, os atuais parceiros não prejudicam a liberdade do programa. O professor afirma que, se um dia essa liberdade for posta em xeque, é preciso abrir mão dos apoiadores.

Com todo respeito a todos os patrocinadores que a gente tem (...), mas em primeiro lugar vem o Rádio Debate. E se a gente tiver que sacrificar qualquer um desses apoiadores, a gente sacrifica, mas o Rádio Debate continua, porque a gente acredita que há uma necessidade de um espaço como esse. O Rádio Debate já não é uma marca só da Rádio Universitária, porque quando você cria um espaço desses, a sociedade se apropria dele, porque ela precisa desse espaço para dar vazão a esses questionamentos que ela quer fazer, que em outros planos isso não ocorre. Na mídia tradicional, isso não pode ocorrer como ocorre aqui. (...) É um espaço da sociedade cearense. (AGOSTINHO GÓSSON, depoimento de 20/04/2012)

¹² Atualmente, está licenciado.

3.3 Rotinas produtivas

Para a pesquisa, foram observadas as rotinas produtivas do Rádio Debate durante dois dias: 13 e 20 de abril de 2012. A rotina de produção permite ao jornalista estruturar o dia a dia de trabalho de acordo com as necessidades do produto jornalístico que é desenvolvido.

Antes de iniciar as observações, considerou-se necessário pedir permissão à produção do programa e agendar previamente a visita. Nos dias marcados, os dados de interesse à pesquisa foram recolhidos no ambiente de trabalho da produção, através de pequenas conversas e observações sistemáticas. Também foram realizadas entrevistas mais extensas em outras ocasiões.

De acordo com Venício A. de Lima (*apud* Adghirni, 2002, p. 449-450),

nos últimos anos consolidou-se uma linha de pesquisa sobre a produção das notícias que vai além do antigo mecanicismo do conceito de manipulação ou distorção deliberada, embora não o abandone, e trabalha com a ideia da distorção involuntária ou inconsciente da informação e da notícia. Essa nova perspectiva, na verdade muito mais radical do que a anterior, tenta relacionar a imagem da realidade social fornecida pela mídia às práticas profissionais dos jornalistas, às rotinas produtivas e aos valores partilhados e interiorizados pelos jornalistas acerca de como devem acompanhar a função de informar.

Ainda que muitas vezes as notícias sejam o ponto de partida para o debate, o programa não produz o gênero notícia. O conteúdo informacional produzido pelo Rádio Debate depende diretamente da escolha dos convidados e da compreensão dessas notícias para pautar o programa, que são responsabilidades da produção, ou seja, do jornalista que assume essa função. A partir da afirmação de Venício, percebe-se que a “realidade social” fornecida pelo Rádio Debate depende das rotinas produtivas e da prática profissional e dos “valores partilhados e interiorizados” pelo produtor acerca da função de informar.

Adghirni (2002, p. 451) afirma que o processo informativo compõe-se de diversas fases que variam segundo a organização do trabalho de cada redação e de cada meio de comunicação. Para Mauro Wolf (apud Adghirni 2002, p. 451), essas fases são: a coleta, a seleção e a apresentação das notícias. Para o autor, cada uma delas tem rotinas articuladas e processos próprios de funcionamento.

As fases mencionadas por Wolf dizem respeito ao processo de construção da notícia. Para o debate radiofônico, a partir das observações das rotinas produtivas do Rádio Debate, pode-se dizer que as fases que compõe o processo informativo são: escolha das temáticas, seleção dos convidados e momento do debate.

A escolha das temáticas do Rádio Debate acontece a partir da decisão do produtor, que mantém uma troca de ideias com o apresentador Agostinho Gósson.

É muito amplo (...). Não tem uma política de definição de temática. Acho que tem a ver com a bagagem dos próprios jornalistas que estão à frente. Às vezes, o Agostinho chega aqui com um tema que ele gosta, “Raquel, por que a gente não fala disso? É um tema tão legal”. (...) Eu tenho que ter um pouquinho de cuidado para não colocar só coisas que a gente acha que são importantes, mas ver o que está sendo discutido nos outros veículos. Ver o que a cidade está discutindo. Nas redes sociais... Sugestões de pauta, a gente recebe muito. Como as pessoas sabem que é um programa que não tem essas amarras, que talvez tivessem em outros lugares, muitas vezes as pessoas veem no Rádio Debate um canal em que é mais fácil conseguir [a veiculação de] algumas pautas. (RAQUEL CHAVES, depoimento de 19/04/2012)

A produtora afirma que muitas vezes surgem pautas durante um programa, quando os convidados sugerem ou quando o apresentador e a produção percebem que dentro de um determinado assunto podem ser discutidas outras questões. O programa também recebe muitas sugestões de pautas de ouvintes, colegas jornalistas e assessorias de imprensa por *e-mail*. De acordo com a produtora, o público sugere principalmente por telefone e pela rede social *Twitter*. Ela conta que o programa também é pautado pela mídia tradicional, assim como a mídia tradicional se pauta pelo Rádio Debate. Raquel afirma: “A gente pauta e se pauta. (...) Eu acho que todo veículo tinha que fazer isso”.

Na seleção de convidados é percebida uma tentativa de se manter neutro na escolha. Às vezes, essa neutralidade pode não ser alcançada por diversos motivos dentro da lógica de produção do programa: o convidado não pode (por motivos de agenda) ou não quer participar (por compreender o contexto não-comercial em que o programa atua) e, até mesmo, a vontade da produção de diferenciar a abordagem em relação à imprensa tradicional, dentre outros.

Raquel Chaves afirma que a escolha é pensada de acordo com a temática:

Se for um tema polêmico, como o do Acquário Ceará¹³, a gente não pode pensar nesse tema sem trazer a Secretaria de Turismo do Estado (...). A gente pode, por exemplo, se for um tema polêmico assim, a gente tenta adiar o programa o máximo que puder, pensando na agenda da pessoa principal que teria que estar, porque enriquece o debate. Mas a gente não vai deixar de fazer um programa porque tem tido esse que não vai querer participar. A gente tenta até onde pode. Agora, assim, temas que são mais fáceis de lidar, que várias pessoas também podem opinar, que você pode fazer a qualquer hora, não precisa esperar por ninguém. Vai depender de quem pode falar e da pertinência daquela pessoa, de como aquela pessoa pode contribuir para o debate. (RAQUEL CHAVES, depoimento de 19/04/2012)

Quando uma fonte é essencial para o bom andamento do debate (geralmente em temáticas que dizem respeito ao poder público de maneira negativa), mas recusa o convite, independentemente do motivo alegado, a produtora esclarece no roteiro do programa que a pessoa foi convidada, mas que não pôde comparecer. Em questões que não giram em torno de uma pessoa chave, a produção não precisa informar o ouvinte sobre a recusa, apenas convida outro debatedor.

Chaves afirma que é sempre importante informar os convidados sobre quem são os outros nomes que vão compor o debate:

(...) Você tem que dizer pra todos os entrevistados quem é que vem, porque dependendo de quem está aqui, ele participa ou não. (...) Com respeito também ao entrevistado, é bom que ele saiba, não é legal ter um entrevistado

¹³ O Acquário Ceará é um empreendimento turístico que está sendo construído pelo Governo do Estado do Ceará. A questão tem causado polêmica principalmente pelas paralisações das obras pelo Ministério Público Federal e pelas opiniões divergentes da população acerca da sua construção. O programa sobre o tema foi exibido no dia 24 de abril de 2012.

de surpresa. A gente, na medida do possível, procura sempre avisar. (RAQUEL CHAVES, depoimento de 19/04/2012)

Em relação aos tipos de convidados selecionados, percebe-se que a produção tenta manter um equilíbrio. No próximo capítulo, serão analisadas duas edições do programa, uma sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Fortaleza e outra sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual do Ceará. Na primeira, estiveram presentes o procurador geral do município, o coordenador de Participação Popular da Prefeitura de Fortaleza, um membro da direção do sindicato da categoria e o advogado do sindicato. Na segunda, foram convidados um membro do sindicato dos professores, a secretária de Educação Básica do Ceará e uma professora autônoma, sem vínculos com o governo.

Raquel Chaves afirma que os convidados escolhidos “podem ser de qualquer ordem”:

(...) Não tem limite para você entrevistar alguém. Se a pessoa pode dar um depoimento, ótimo. Num programa sobre aleitamento materno, veio uma pessoa que não era especialista sobre doação de leite humano. Você não precisa entrevistar só enfermeiro, médico, pode entrevistar alguém que está na ponta, como uma mãe doadora. Naquele tema sobre formação de leitores... Por que não chamar crianças para falar sobre isso? Acho que foi a primeira vez que entrou criança no Rádio Debate. Entraram duas crianças de 6 anos, mas óbvio que com os responsáveis. Elas estavam acompanhadas pelos professores que fizeram um projeto na escola. (...) Deixa o programa diferente e é bom você ter a voz de quem está na ponta, por mais que sejam crianças. (...) O debate não iria perder porque tinha duas crianças. Acho que ficou mais rico. (RAQUEL CHAVES, depoimento de 19/04/2012)

Dependendo do tipo de entrevistado, a produtora ressalta que o apresentador e a produção devem ter um cuidado em relação à linguagem utilizada pelos convidados. Como o programa acontece num ambiente radiofônico, esse cuidado deve ser ainda maior do que em outros suportes jornalísticos pelas características particulares do rádio, mencionadas por Kaplún (2008) no capítulo anterior: unisensorialidade, fugacidade e condicionamento do público.

Às vezes, tem debate que só tem acadêmico. (...) Vamos supor [que] tenha quatro pós-doutores... A gente conversa antes, pede para eles usarem a

linguagem mais didática possível e não utilizar termos técnicos. Quando utilizam, porque é inevitável, o Agostinho já começa o programa dizendo: “olha, vamos fingir que eu não sei, que sou completamente ignorante nesse assunto, vamos começar explicando o que é isso”. Aí a pessoa começa a destrinchar pra facilitar pra quem tá ouvindo e para o próprio entrevistador. (RAQUEL CHAVES, depoimento de 19/04/2012)

Ao chegar à sala de produção, Agostinho Gósson cumprimenta os convidados que já estão no local e lê rapidamente o roteiro elaborado pela produção. O roteiro do Rádio Debate é composto por uma “cabeça”, ou seja, uma breve introdução sobre o tema do dia e a apresentação dos convidados. Anexo ao roteiro, a produção seleciona três textos de apoio sobre a temática que vai ser discutida. Comumente, esses textos são notícias veiculadas na imprensa tradicional.

Durante o programa, o bolsista aguarda perguntas dos ouvintes, que são feitas por telefone e pela rede social *Twitter*. Tanto a produtora quanto o bolsista também postam no *Twitter* sobre o que está sendo discutido naquele momento no Rádio Debate. Raquel Chaves também fotografa momentos no estúdio durante o debate para compartilhar na rede social. Para a produtora, o *Twitter* é uma ferramenta que ajuda na divulgação das pautas e amplia o número de ouvintes. Ela afirma que a rede social ajuda o ouvinte a lembrar de que está na hora do programa e o informa sobre qual é o tema do dia. Como a programação da Rádio Universitária também é transmitida via internet, facilita a escuta do ouvinte que já está conectado.

Raquel Chaves conta que há três tipos de realização do Rádio Debate: entrevistas, debates entre participantes com opiniões divergentes e debates em que todos os participantes possuem linhas de pensamento semelhantes. De acordo com Prado (1989, p. 91 - 94), como foi mostrado no capítulo anterior, o último tipo de realização, na verdade, se configura numa *mesa-redonda*, enquanto o segundo é um *debate*, de fato.

Comparado à quantidade de debates e mesas-redondas, poucas são as entrevistas que ocorrem no Rádio Debate. Raquel afirma que a entrevista só é realizada quando há a pretensão, num determinado tema, de atingir um nível de aprofundamento que não seria possível no debate, mas que é evitada por não ser o formato original do programa.

3.4 Papel do mediador

Como já mencionado, o Rádio Debate é um programa formado essencialmente por debates. No entanto, por vezes, ocorrem entrevistas. Neste trabalho, discutiremos apenas o papel do mediador, e não o do entrevistador. Na literatura da área, que aborda o gênero, há um grande impasse sobre a função de cada sujeito no momento do debate, principalmente no que diz respeito ao mediador.

Para Barbosa Filho, “o debate pressupõe a presença de defensores de ideias que possam expor valores sem a presença, no ar, de assessores, especialistas e comentaristas”. O autor ressalta: “O debatedor está sozinho para defender seus princípios” (2003, p. 103).

Patrick Charaudeau (2007) refere-se ao mediador como um representante da instância midiática e o nomeia “animador”. Segundo ele, o mediador ou “animador” possui uma forte presença no debate, que por vezes é marcada por atitudes controversas e por um desempenho, de certa forma, canastrão. Charaudeau atribui ao “animador” o papel de “gestor da palavra”.

Ele faz perguntas, distribui os turnos de fala, tenta atenuar as intervenções mais agressivas, pede explicações e chega mesmo a provocar reações ao funcionar como advogado do diabo, forçando o traço dramático ou emocional de uma acusação ou representando o confidente. Além disso, constrói um plano de tratamento do tema através de uma grade de leitura que se baseia, em parte, sobre documentos e pesquisas, mas cuja organização é centrada em pontos-chave (escândalos, vítimas) suscetíveis de provocar reações de revolta ou de compaixão. Assim, o animador se acha preso, por sua vez, nas exigências de seu papel, na medida em que o quadro de questionamento que deve desenvolver é o oposto da representação idealizada do questionamento que ajudaria o cidadão a melhor compreender os fenômenos sociais: ele está mais voltado para a criação de uma cena polêmica ou ultra-intimista, dramatizante, que preencha uma função de catarse social e não de conhecimento dos temas tratados. (Charaudeau, 2007, p. 219-220)

Já para Robert McLeish, a posição do mediador do debate é bem diferente da pensada por Charaudeau. Ela deve ser mais contida e prezar pela imparcialidade. Para o papel de mediador, McLeish considera que, além de uma boa voz para o rádio e um aguçado senso de *timing*, “o ideal é que seja uma pessoa culta, firme, sensível, de raciocínio rápido, imparcial e educada. Ele ou ela deverá estar interessado em quase tudo e precisará ter senso de humor” (2001, p. 109).

De acordo com Agostinho Gósson, o mediador do debate radiofônico não deve emitir a própria opinião. Ele afirma que o mediador só deve colocar sua opinião quando discordar em “essência e princípio” do convidado:

Em essência e princípio, o mediador tem que concordar com os seus interlocutores. No varejo, não tem importância o que o apresentador tem [ou pensa] para o programa. Se alguém vem aqui atacar os direitos humanos, aí o mediador diz assim, “não, aqui nesse programa nós defendemos [os direitos humanos]...”. Não tiro a palavra da pessoa, mas passo a discordar dela. Se o cara vai defender a redução penal para prisão de adolescentes, [aí o mediador deve dizer], “não, nós concordamos aqui com o Estatuto da Criança e do Adolescente”. (AGOSTINHO GÓSSON, depoimento de 20/04/2012)

Gósson tem uma postura bastante informal na apresentação do Rádio Debate. Segundo ele, “um programa de rádio busca a informalidade, (...) é uma linguagem coloquial, próxima do ouvinte. Você tem esse conforto de conversar intimamente com o ouvinte”. É comum, até mesmo, o apresentador falar com a produção ou com o técnico de áudio enquanto o programa está no ar.

Uma das principais funções do mediador é distribuir os turnos de fala. Para isso, Gósson tem duas possibilidades usuais: esperar a pessoa terminar a fala e passar para outra ou tomar o turno e conceder a palavra a outro participante.

O meu ponto de vista é menos importante. Não é que eu não tenha, eu tenho minhas convicções, opiniões, mas, para o ouvinte, (...) se eu trago alguém pra falar, ele quer ouvir o que a pessoa tem pra falar. Eu tento manter esse distanciamento em relação àquilo que eu penso e defendo, e deixo os interlocutores falarem. E tento, na medida do possível, estabelecer de uma maneira intuitiva a participação de cada um no que diz respeito à formação

das vozes do programa. (AGOSTINHO GÓSSON, depoimento de 20/04/2012)

Quando há alguma eventualidade que impede Gósson de apresentar o programa, o jornalista Paulo Mamede o substitui desde o surgimento do Rádio Debate. Mamede tem uma postura diferente da de Agostinho Gósson, expondo com mais frequência seu ponto de vista.

Eu faço um jornalismo muito opinativo. Eu faço uma autocrítica, porque eu acho que você tem mais é que mediar, e não opinar. Dependendo do tema, uma autocrítica que eu faço como profissional, é que às vezes eu sou muito opinativo, mais do que deveria ser. O Agostinho não, ele conduz o programa de uma forma mais calma. Eu gosto de programa mais de confronto, de debate de ideias mesmo, de embates, mas o bom embate, do aprofundamento político... Eu já vi várias pessoas chegarem para mim e dizerem “gosto do estilo que você apresenta o programa”, outras dizem que preferem o Agostinho. Eu, pessoalmente, prefiro o Agostinho. (PAULO MAMEDE, depoimento de 03/05/2012)

4 A greve e as estratégias discursivas do debate radiofônico

4.1 Percurso metodológico

O *corpus* deste trabalho foi selecionado a partir de pesquisa nos arquivos de 2011 do Rádio Debate, cedido pela produção do programa, na Rádio Universitária FM. Os programas estão organizados por mês e cada pasta possui cópia do roteiro utilizado pelo apresentador no dia da exibição. De 161 edições do programa em 2011, foram selecionadas duas: a exibida no dia 17 de junho, sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza (1º programa), e a do dia 6 de outubro, que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará (2º programa). A temática foi escolhida porque “no âmbito da luta sindical, a greve é o momento de maior radicalidade desta luta de classes” (Oliveira, 1995, p. 89).

O debate radiofônico, em suas diversas formas, tem por objetivo fornecer dados à opinião pública sobre temas que a afetem de maneira direta, principalmente naquelas ocasiões em que a polêmica gira em torno de um tema da vida cotidiana (Prado, 1989, p. 91). Como já foi dito nos capítulos anteriores, “o debate é a forma mais viva da polêmica”, pois nele se produz um enfrentamento aberto de posições opostas (Prado, 1989, p. 93).

O objetivo principal deste trabalho é compreender como o discurso do debate radiofônico é construído pelas diversas vozes que compõem a produção de sentido sobre o tema polêmico. De acordo com as características do debate expostas por Prado (1989), a escolha do *corpus* foi pensada de maneira em que haja o enfrentamento

explícito de posições opostas e opiniões divergentes num tema que envolve toda a sociedade.

A escolha dos programas leva em conta a grande repercussão social das greves que envolveram o ensino público municipal e estadual, além do fato de a Prefeitura possuir cerca de 450 escolas, divididas nas seis regionais do município, enquanto o Estado dirige cerca de 660 escolas em todo o Estado, fazendo com que as greves somadas atinjam diretamente cerca de 700 mil alunos.

Para a análise, serão utilizados os dispositivos teórico-metodológicos da Análise do Discurso e da Análise da Conversação. Através de um conjunto de recortes discursivos referentes à construção de sentidos sobre a greve nos dois programas, será pensada a atuação das diferentes formações discursivas presentes no *corpus*.

Os trechos dos recortes podem ser consultados na transcrição completa dos programas (Anexo 2). Os recortes são divididos em partes que correspondem às falas de diversos locutores¹⁴ e vão ser analisados de acordo com a lógica temporal do debate completo. Neste capítulo, optou-se por não explicitar o nome de cada locutor, numa forma de facilitar a organização dos exemplos em análise e, sobretudo, é uma maneira de entender tais falas como posições em jogo no discurso. Muito mais do que atuação pura e simplesmente de sujeitos individuais, eles representam posições diferentes no embate sócio-político-discursivo. O que mais importa para esta análise é a posição no debate assumida ou representada pelos locutores, em função do cargo que cada um exerce, o que geralmente explica o motivo do convite para o debate. Na transcrição completa, os nomes dos locutores não foram omitidos.

Para contextualizar as análises, será feita, nas próximas seções, uma breve explanação sobre os principais acontecimentos de cada greve. As informações foram captadas de jornais, portais noticiosos e nas páginas de internet dos sindicatos e dos órgãos governamentais.

¹⁴ Locutor, neste trabalho, é o termo aplicado àquele que tem a palavra no debate, não se restringindo à função profissional de comunicação no rádio.

4.2 Greve dos professores da rede municipal

Os professores da rede municipal de ensino de Fortaleza entraram em estado de greve¹⁵ no dia 10 de fevereiro de 2011, em decisão aprovada em assembleia geral. A principal reivindicação da categoria era o pagamento do piso salarial nacional, instituído em lei¹⁶, questionada judicialmente por governadores de alguns estados, inclusive o do Ceará, mas declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Também estavam sendo reivindicadas eleições diretas para diretores das escolas municipais, correção do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), um terço da jornada dedicada à atividade extraclasse e prestação de contas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A greve, no entanto, só foi deflagrada por tempo indeterminado no dia 26 de abril de 2011. A paralisação se iniciava no dia seguinte, 27, que marcava o início do ano letivo de 2011 no calendário da Secretaria Municipal de Educação (SME). De acordo com o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sindiute), o piso salarial mantido pelo STF, principal reivindicação, era fixado em R\$ 1.597, 87.

Naquele dia, o então secretário da Administração Municipal, Vaumik Ribeiro, confirmou à imprensa que receberia representantes dos professores para negociação e afirmou estranhar o início da greve com as negociações em andamento. Ele também afirmou que a categoria havia recebido reajuste de 6,47% na data base, em janeiro daquele ano.

No dia 7 de junho de 2011, a Câmara Municipal de Fortaleza aprovou a emenda substitutiva sobre a revisão salarial da categoria. A proposta passou por três votações.

¹⁵ Alerta para uma possível paralisação.

¹⁶ Lei Nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acessado em: 4 de junho de 2012.

Os professores com ensino médio passariam a ter vencimento-base de R\$ 1.187,97, enquanto os graduados receberiam R\$ 1.439,03. Na ocasião, em frente à sede do Poder Legislativo, a categoria realizava manifestação contra a aprovação da proposta. O protesto acabou em tumulto e confronto físico, quando a Guarda Municipal tentou impedir o ingresso dos professores nas dependências da Câmara Municipal.

Foram arremessadas bombas de gás lacrimogêneo e borrifado spray de pimenta na aglomeração, que era formada por grevistas, jornalistas e vereadores. O chefe da Guarda Municipal justificou que a ação foi uma forma de defesa e alegou que os manifestantes jogaram telhas, pedras e paus contra os guardas. Na ocasião, oito manifestantes saíram feridos. Naquela data, a Guarda Municipal, que faz a segurança da Câmara, aumentou o efetivo de 18 para 100 guardas.

No dia 15 de junho, a imprensa veiculou que a Justiça teria declarado a ilegalidade e a abusividade da greve. O pedido de ilegalidade foi movido pelo município, no dia 10 de junho, contra o Sindiute e a União dos Trabalhadores em Educação do Ceará (UTE). No pedido, a Prefeitura de Fortaleza alegou que não foi cumprido o aviso prévio da paralisação, que a educação é um serviço público essencial, que mais de 220 mil alunos estariam sendo diretamente afetados pela greve e que o movimento não vinha ocorrendo de forma pacífica. Em caso de descumprimento da decisão, a Justiça determinou a aplicação de multa diária de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) até o fim do julgamento da ação.

Em 24 de junho, os professores, em assembleia extraordinária, decidiram suspender a paralisação. No entanto, o estado de greve ainda continuava. Desde o dia 20 de junho, parte dos professores ia aos poucos retomando as aulas.

4.3 Greve dos professores da rede estadual

A greve dos professores da rede estadual foi aprovada em assembleia geral no dia 2 de agosto de 2011. Após as 72 horas, previstas por lei, do comunicado oficial ao Governo do Estado, no dia 5 de agosto, a categoria iniciou a paralisação por tempo indeterminado.

Os professores reivindicavam a implantação do piso nacional da categoria, estabelecido no valor de R\$ 1.587,00 (mil quinhentos e oitenta e sete reais) para a carreira inicial de professor com formação de nível médio; a equiparação do percentual de reajuste para os educadores com graduação e pós-graduação; a implantação de um terço da jornada voltada para atividade extraclasse; e a valorização de professores especialistas, mestres e doutores.

Em meados do mês de agosto, uma suposta declaração do governador Cid Gomes, que teria sido feita em um evento em Natal, no Rio Grande do Norte, gerou grande repercussão nas redes sociais e maior indignação nos grevistas: "Quem quer dar aula faz isso por gosto e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado. Eles pagam mais? Não. O corporativismo é uma praga".¹⁷ A categoria já estava descontente com o governador desde 2008, quando foi aprovada a Lei do Piso. No mesmo ano, Cid Gomes, juntamente com governadores de outros estados da Federação, entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) alegando a inconstitucionalidade da lei, que, então, foi julgada constitucional.

O Tribunal de Justiça do Ceará determinou a suspensão da greve dos professores da rede estadual no dia 26 de agosto. A categoria deveria retornar às atividades em até 48 horas, sob pena de pagar multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por dia de

¹⁷ Disponível em:

<ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/professor+deve+trabalhar+por+amor+nao+por+dinheiro+diz+cid/n1597184673225.html>. Acessado em: 4 de junho de 2012.

descumprimento. O Estado havia ingressado com um processo judicial contra o Sindicato dos Professores do Ceará (Apeoc), requerendo que fosse declarada a ilegalidade do movimento ou a suspensão da greve.

No dia 29 de setembro, a Assembleia Legislativa aprovava a Lei Nº 15.009 que estabelecia piso salarial de R\$ 1.187 para 270 professores com nível médio. Dos 40 deputados presentes, apenas quatro votaram contra. Na ocasião, professores grevistas que tentavam acompanhar a votação de perto foram impedidos de entrar na Assembleia pela Polícia Militar. Houve confronto, duas pessoas ficaram feridas e quatro professores foram detidos. Três dos professores detidos faziam greve de fome. O ocorrido ganhou destaque na imprensa nacional e grande repercussão na sociedade cearense.

Após 64 dias de greve, a maior da história da categoria, os professores decidem suspender a paralisação por 30 dias, no dia 7 de outubro, retomando as atividades no dia 10. Com o encerramento, o Sindicato Apeoc retomou as negociações com o governo. As principais pautas eram: as diretrizes e os princípios da Lei Nº 15.009; ganho real para toda a carreira, com destaque para o salário inicial do professor e para a valorização dos que estão em início de carreira; valorização dos professores especialistas, mestres e doutores, com a manutenção da proporcionalidade entre todos os níveis; implementação de um terço da jornada para atividade extraclasse, de forma escalonada, a partir de 2012; e realização de concurso, em 2012, para contratação de novos educadores.

De acordo com o sindicato, as negociações tinham como parâmetro inicial: a Lei Nº 12.066, atual Plano de Cargos e Salários dos Professores; a regência de classe seria baseada no vencimento base de cada nível incidindo em termos percentuais e retorno da gratificação de incentivo profissional; e o interstício entre os níveis seria anual com percentual a ser definido em negociação.

4.4 Análise do Discurso sobre a greve

Nos dois programas, o recorte discursivo que vai ser analisado gira em torno da pergunta “o que é a greve?” e vai englobar a posição de cada locutor. Cada recorte possui formações discursivas próprias. Neste trabalho, formação discursiva será chamada de FD.

Michel Foucault definiu formação discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (*apud* Maingueneau, 1997, p. 14). Já Orlandi (2000, p.43) define formação discursiva como aquilo que determina o que pode e deve ser dito por um sujeito em determinado contexto. É uma espécie de lugar assumido pelo sujeito na interlocução social.

No primeiro programa, exibido no dia 17 de junho de 2011, que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, destacamos as formações discursivas constituídas pelo governo (no caso, a Prefeitura de Fortaleza), pelo sindicato (Sindiute) e pela instância midiática (Rádio Universitária, representada pelo Rádio Debate).

No segundo programa, foi debatida a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará, no dia 6 de outubro de 2011. As formações discursivas que o compõe são as seguintes: instância midiática (Rádio Universitária, representada pelo Rádio Debate), governo (Governo do Estado do Ceará), sindicato (Apeoc) e professores ligados ou não à rede estadual de ensino.

4.4.1 A greve no discurso do 1º programa

O programa exibido no dia 17 de junho de 2011, que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza, possui os locutores e as respectivas formações discursivas representadas a seguir:

Locutores	Papel Social¹⁸	Formação Discursiva
L1	Mediador	FD1 (Emissora)
L2	Procurador Geral do Município	FD2 (Prefeitura)
L3	Coordenador de Participação Popular da Prefeitura de Fortaleza	FD2 (Prefeitura)
L4	Membro da Direção do Sindicato	FD3 (Sindicato)
L5	Advogado do Sindicato	FD3 (Sindicato)

L1 representa o mediador do programa e faz parte da FD1, constituída pela Rádio Universitária. L2 representa o procurador geral do município e L3, o coordenador de participação popular da Prefeitura de Fortaleza. Ambos fazem parte da FD2, que é constituída pela Prefeitura de Fortaleza. Já L4 representa um membro da direção do

¹⁸ Entende-se por *papel social* a atividade exercida pelo sujeito na sociedade.

sindicato, enquanto L5 representa o advogado do sindicato. Os dois fazem parte da FD3, constituída pelo sindicato.

O trecho seguinte ocorre logo no início do debate. L4, representante do sindicato, é o primeiro a ser questionado por L1, o mediador:

(1) L1: O valor que vocês estão reivindicando?

L4: O valor do piso real. O que é o valor do piso? O valor do piso é 950 em 2008, e os reajustes custo-aluno de 2009, 2010 e 2011. Então, nós estamos **lutando** por uma lei que foi aprovada pelo presidente Lula e reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Então, a gente não está **lutando** por um reajuste comum, a gente tá **lutando** por uma lei e que é uma lei do Partido dos Trabalhadores, porque eu também sou do Partido dos Trabalhadores. Então, assim, **a gente não entende porque a prefeita, que é do Partido dos Trabalhadores, ela nega esse direito aos professores.** E tá acontecendo que cada vez que ela ameaça os professores, **tá ficando igual a bolo, quanto mais ela bate, mais aparece gente, mais incha.** Porque que a gente não entende o que ela está querendo fazer. Mais um desmando dela.

Para o sindicato, representado por L4, o valor do piso salarial da categoria dos professores não está sendo pago pela Prefeitura de acordo com a lei. Em poucos segundos, L4 fala três vezes “lutando”, o que leva à percepção da reafirmação do que seria a ação do sindicato, a “luta”, característica própria do discurso sindical, que é marcado fortemente pela formação discursiva do contexto sindical, a FD3.

Ao afirmar que *a prefeita nega o piso aos trabalhadores*, L4 personifica a instituição Prefeitura de Fortaleza em um só indivíduo, dando a entender que a *negação* do possível piso seria uma vontade de uma pessoa, no caso a prefeita. Então, a crítica não é feita à prefeitura, mas à prefeita diretamente. L4 também diz que o sindicato (*a gente*) *não entende a negação do piso pelo fato de a prefeita fazer parte do Partido dos Trabalhadores* (PT). A afirmação se justifica pelo histórico do PT em atuação sindical no Brasil, que é resgatado pelo próprio nome do partido: “dos trabalhadores”.

Para L4 (representante do sindicato), a greve *tá ficando igual a bolo, que quanto mais bate, mais incha*. A palavra *incha* possui vários sinônimos que explicam a expressão do locutor: dilata, engrossa, cresce. Pode-se, até mesmo, dizer *une*, ainda que

não seja sinônimo de *incha*. Percebe-se também que há uma relação de sinonímia entre dois enunciados: *mais incha e mais aparece gente*. Em relação ao verbo *bater*, o locutor sugere atitude que massacra e comete injustiça: *quanto mais bate, mais incha*. Portanto, percebe-se que, para L4, *quanto mais a prefeitura injustiça os professores, mais a categoria cresce, engrossa, se dilata e se une*.

O segundo trecho é a voz de L2, procurador geral do município, após a fala de L4, quando o mediador o questiona sobre as reivindicações do sindicato. L2 introduz sua fala com os seguintes dizeres:

- (2) L2: (...) Uma greve num estado autoritário de serviço público como nós tínhamos há 20 anos atrás e, que eu mesmo, quando militante do PT, ajudava e os próprios militantes do PT, tem um significado, porque é uma greve contra o estado autoritário, então a **greve, ela tinha esse significado positivo para a democracia**. Uma greve do servidor público, na verdade, num estado democrático como o nosso, diligente, intervencionista, onde se tem uma Constituição com força dirigente nesse sentido, **ela adquire uma outra conotação**, além do mais em governos eleitos com ampla liberdade de manifestação, de pensamento, de ideias e de associação. (...)

Em (2), L2 (procurador geral do município) diz que *a greve **tinha um significado positivo para a democracia há 20 anos***. Para Orlandi, o dizer tem relação com o não dizer. Ducrot (*apud* Orlandi, 2000, p. 82) afirma que o não dizer possui duas formas, o pressuposto (aquilo que deriva da instância da linguagem) e o subentendido (aquilo que se dá em contexto social). Ao dizer que *a greve tinha um significado positivo para a democracia há 20 anos*, pressupõe-se que, para L2, *a greve **tem um significado negativo para a democracia na atualidade***.

Logo após, ele afirma que *uma greve do servidor público num estado democrático adquire uma **outra conotação***. No entanto, L2 silencia e não acrescenta qual seria essa outra conotação. Antes ele havia afirmado que *a greve tinha um significado positivo*, portanto subentende-se que essa *outra conotação* significa que *a greve tem um significado negativo*.

Orlandi afirma que o silenciamento é outra forma em que o não-dito se apresenta (2000, p.83). Existem três formas de silêncio: o silêncio fundador (faz com que o dizer signifique), o silêncio constitutivo (para dizer é preciso não dizer) e o silêncio local (censura – proibido dizer em uma determinada conjuntura).

Na frase *a greve tinha um significado positivo para a democracia há 20 anos*, percebe-se o silêncio constitutivo. Ou seja, se digo *tinha um significado positivo há 20 anos*, não digo que *hoje tem um significado negativo*. Foi silenciada a segunda opção, mas ela já estava pressuposta na primeira frase, que foi dita de uma maneira mais suave e eufêmica. É o não dito que vem pelo dito.

Já na frase *uma greve do servidor público num estado democrático adquire uma outra conotação* é encontrado o silêncio fundador. Ou seja, L2 optou por não esclarecer qual era a *outra conotação* numa forma de atenuar o dito. No entanto, o silêncio apontou que havia a intenção de dizer que essa *outra conotação* era, na verdade, uma *conotação negativa*. O silêncio fundador indica que o sentido pode sempre ser outro (Orlandi, 2000, p.83).

Após a última fala apresentada, L2 (procurador geral do município) foi interrompido pelo mediador (L1) que fez a seguinte pergunta, que já havia realizado anteriormente, utilizando outras palavras:

(3) L1: Agora, (...) o piso que a Prefeitura quer pagar, qual é o valor?

L2: Calma, eu vou chegar lá, porque essa inclusive faz parte da argumentação do pedido de ilegalidade de greve formulado pela Procuradoria Geral do Município, pelo Município de Fortaleza. É baseado nesse critério e baseado no critério, sobretudo, de que num estado democrático, como o nosso, o **interesse público prevalece**, na verdade, **sobre o interesse localizado**. Portanto, não tem nada absolutamente de anormal, ou seja, era até esperado, o sindicato, os advogados sabem disso e aqueles que observam sabem disso, de **quando existe esse eventual choque de conflito, o interesse público prevalece**. Então, esse é o momento, esse é o motivo, fundamento, na verdade, do requerimento do município de Fortaleza, sobre a legalidade da greve.

Quando, em (3), L2 fala que *é baseado nesse critério*, ele se refere ao critério apontado em sua fala anterior, no texto (2), na qual afirma que *num estado democrático, diligente, intervencionista, com uma Constituição com força dirigente, em governos eleitos com ampla liberdade de manifestação, de pensamento, de ideias e de associação, uma greve do servidor público adquire uma conotação negativa*. Por essa razão, ele afirma que *o interesse público prevalece sobre o interesse localizado*.

Logo depois, em (2), L2 afirma que *quando existe esse eventual choque de conflito, o interesse público prevalece*. Por *choque de conflitos* entende-se como o provocador da greve. Ou seja, ele afirma que *quando há greve, o interesse público prevalece*. A discussão sobre o que seria interesse público é extensa na área do Direito. Aqui, no entanto, entenderemos num sentido amplo, de que consiste no interesse comum a todos os cidadãos.

No caso, há diversas compreensões do que seria esse *interesse público*. Por exemplo, o que é de maior *interesse público*: a solução das demandas dos professores ou a volta às aulas sem a solução dos problemas? Depende do ponto de vista. Pelo que foi mostrado, o entendimento de *interesse público* de L2, na verdade, não tem o sentido de solucionar as questões levantadas pela categoria dos professores como uma forma de beneficiar toda a sociedade.

No trecho (4), L5 (advogado do sindicato) é questionado por L1 (mediador) sobre qual é o entendimento do sindicato em relação ao cálculo do piso apresentado em posições divergentes entre L4 e L2.

- (4) L5: (...) **O que tá em jogo**, na verdade, se a gente for esmiuçar, n'ê nem o valor do piso, **é qual é o índice de reajuste do piso**, é aí que tá o **nódulo da questão**. Então, você tem que em 2008, o valor do piso é 950 reais e este piso, criado pela União, foi confirmado pelo Supremo, no sentido que compete à União criar o piso. Bom, 950, esse é o valor válido a partir de janeiro de 2009. O reajuste do piso está previsto onde? Na lei do piso... **Tá no artigo 5º, parágrafo 2º da lei do piso**. Lá tá a regra que é básica, que qualquer pessoa leiga, não precisa ser advogado, para compreender lendo, vai compreender isso.

L1: E o que é que diz o...?

L5: Diz o seguinte: que o piso será reajustado em janeiro de cada ano. Então, a data base de janeiro de cada ano tá na lei federal, e pelo que? Pelo reajuste do índice do valor aluno... E este índice do valor aluno é publicado pelo MEC. A competência do MEC é para publicar até 31 de dezembro qual é o índice do valor aluno. Aí você tem as portarias do MEC, então quando você pega a portaria de 2008, de dezembro de 2008, e a última portaria que fixou o valor aluno pra 2011, o valor aluno que você diminui pra ver qual é a variação do valor aluno é 52,72%. Aí você atualiza o piso, a regra tá lá. Agora, o que que acontece, não sabemos porque o MEC não se limita a fazer o que é da sua competência, inclusive, o poder do MEC, a portaria... O poder que dá competência ao MEC pra emitir a portaria tá no **artigo 15 da lei do Fundeb, lei federal 11.494. Eu até desafio o procurador, que eu admiro e respeito como jurista**, não é, a dizer qual é a lei, qual é a norma que diz que o MEC tem competência pra fixar piso. (...)

Em (4), para L5 (advogado do sindicato), *o que tá em jogo e nóculo da questão* significam qual é a real motivação da greve, que seria *qual é o índice de reajuste do piso*. Até então, o debate, através das falas de L4 e L2, mostrava que a principal motivação da greve era o valor do piso. O advogado do sindicato, então, mostra que o impasse estava, na verdade, no índice de reajuste do piso.

O discurso de L5 (assim como o de L2 e, por vezes, o de L3) é marcado por elementos do discurso jurídico, baseando os argumentos em leis, artigos e parágrafos, em diversas ocasiões. No final do trecho, percebe-se um índice de polidez muito praticado pelo discurso político e jurídico: L5 elogiou, disse que admirava e respeitava L2 (procurador geral do município), e depois o desafiou *a dizer qual é a lei*, em tom de enfrentamento.

De acordo com Oliveira (2005, p. 2), por polidez entende-se “o uso de estratégias verbais e não-verbais a fim de manter a interação livre de problemas”. Como objetivo inicial da interação, as estratégias ligadas à polidez visam a transmitir uma imagem positiva do usuário com a finalidade de obter um retorno favorável para o propósito em questão (Oliveira, 2005, p. 2).

No próximo trecho, L2 (procurador geral do município) contrapõe o que foi exposto por L5 (advogado do sindicato).

- (5) L2: **O problema, eu vou... Com todo respeito, doutor... A nossa divergência, ao doutor (...)**... Claro, **qualquer argumentação é legítima, nós estamos num debate, num ambiente democrático** e de dizer: ora, se a legislação diz que a União Federal é competente para isso, na verdade nesta forma, a qual é o órgão da União Federal responsável pela execução da política educacional, no nível do chamado ensino infantil e ensino fundamental e ensino médio e ensino superior até a graduação, é o MEC, na pós-graduação, claro, o Ministério da Educação tem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Então, esses não são órgãos da União? É a União se manifestando a respeito disso. Então, **nos causa estranheza a argumentação do doutor (...), ou seja, de repudiar aquilo que o MEC estabelece**, porque o MEC é o órgão responsável pela política, pela definição da política de educação.

L2 afirma que *como está num debate em um ambiente democrático, qualquer argumentação é legítima*. Ora, *qualquer* denota algo entre insignificância e mediocridade, e marca que as argumentações de L5 teriam essas características, indo de encontro às opiniões de L2.

Novamente se referindo às argumentações do advogado do sindicato (L5), o procurador (L2) afirma que *nos causa estranheza a argumentação do doutor de repudiar aquilo que o MEC estabelece*. O uso da 1ª pessoa do plural, *nos*, além da ideia de possível compartilhamento com os demais participantes, representa um índice de polidez para amenizar o tom negativo da palavra *estranheza* e do verbo *repudiar*, que foi usado de maneira hiperbólica por L2, numa tentativa manter a superioridade nas argumentações.

No início da fala do procurador (L2) em (5), ocorre um mecanismo chamado por Marcuschi (1998) de *autocorreção autoiniciada*. L2 se autocorrigiu em: *O problema, eu vou... Com todo respeito, doutor... A nossa divergência, ao doutor...* Na verdade, no caso, não se trata de uma correção de informação, mas de uma modificação da estrutura da frase com o intuito de alcançar a polidez. Isso acontece porque, quando se fala, não se pode modificar o que se falou, como na escrita. É uma forma de o falante encontrar o estilo e a ideia adequada rapidamente. Por consequência, a frase pode truncar, criando redundâncias, repetições, encaixamentos etc (Marcuschi, 1998, p. 31). No entanto, o fato não é aleatório nem caótico, mas ordenado (Schegloff *apud* Marcuschi, 1998, p. 31).

(6) dá sequência ao trecho anterior. L1 (mediador) questiona L2 (procurador) sobre os argumentos expostos em (4) e (5).

(6) L1: Agora, quem é que vai intermediar essa diferença de pensamento do...?

L2: Bom, agora, no atual momento, **eu gostaria de deixar claro**, é... Desde, praticamente, quando a Prefeita Luizianne Lins assumiu, desde 2005, nós já temos aí mais de 220 dias de greve dos professores. **Nós entendemos que a greve é um instrumento perfeitamente legítimo, isso aí não é problema nenhum, como também o sindicato tem todo direito de fazer suas manifestações.** Nesse, nesse... Durante esse período todo, a **Prefeitura, até onde se sabe, sempre negociou**, a Secretaria de Educação, de Administração, de Finanças, sempre negociou com o Sindiute, não só com o Sindiute, mas com as outras categorias. E quando não foi possível a um consenso, a construção de um consenso de acordo, as questões foram pra justiça como várias que nós temos de toda ordem, que foi pro poder judiciário. Então, nesse caso, no que pese... Nós tivemos várias negociações, **ainda estamos abertos a várias negociações** e temos falado isso nas nossas ações, **mas agora o impasse, eu creio que vai ser resolvido pelo poder judiciário.**

No trecho, o mediador, na sua pergunta, afirma que há uma diferença de pensamento entre os locutores. L2, por sua vez, inicia sua argumentação dizendo: *eu gostaria de deixar claro que, desde 2005, nós já temos mais de 220 dias de greve dos professores* (vamos chamar essa enunciação de A). Logo após, ele afirma que *a prefeitura entende que a greve é um instrumento legítimo e que o sindicato tem todo direito de fazer suas manifestações* (chamamos de B). Percebe-se que entre B e A (se a ordem fosse invertida), L2 silenciou um operador que contrapõe argumentos orientados para conclusões contrárias (Koch, 1997, p. 35), como: *mas, porém, contudo, todavia etc.*

Ficaria assim: *A prefeitura entende que a greve é um instrumento legítimo e que o sindicato tem todo direito de fazer suas manifestações, **mas**, eu gostaria de deixar claro que, desde 2005, nós já temos mais de 220 dias de greve dos professores.* Ou seja, se a ordem assim fosse, L2 afirmaria que o fato de a greve ser um *instrumento legítimo* não justificaria os *mais de 220 dias de greve*.

Aqui, é encontrado o que Pêcheux (*apud* Orlandi, 2000, p. 78) chamou de efeito metafórico, que é um fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual.

Segundo Orlandi, a metáfora não é considerada, como na retórica, como uma figura de linguagem. Ela é aqui definida como a tomada de uma palavra por outra. “Na análise do discurso, ela significa basicamente ‘transferência’, estabelecendo o modo como as palavras significam” (Orlandi, 2000, p. 44). Ou seja, o deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y (Orlandi, 2000, p. 78).

No final do trecho, L2 afirma: *ainda estamos abertos a várias negociações, mas agora o impasse, eu creio, vai ser resolvido pelo poder judiciário*. Nota-se uma contradição na fala do locutor: se a prefeitura ainda está aberta a negociações, por que a questão tem de ser levada ao poder judiciário? Então, percebe-se que o enunciado *estamos abertos a várias negociações*, juntamente com *eu creio*, aparece de maneira a atenuar *o impasse vai ser resolvido pelo poder judiciário*.

Em (6), também é percebido a forte influência da formação discursiva (FD2) no procurador. Ao dizer que *a prefeitura, até onde se sabe, sempre negociou*, o sempre marca a defesa que L2 faz à prefeitura. Na tentativa de se distanciar da afirmação, por incerteza ou por polidez, já que seus interlocutores afirmavam o contrário, L2 se utiliza da impessoalidade *se sabe* e da expressão *até onde*, para ter condições de afirmar que *a prefeitura sempre negociou*. Além do distanciamento, é também uma forma de tornar conhecida do público essa informação sobre a prefeitura.

No trecho (7), L3 (coordenador de participação popular da Prefeitura de Fortaleza), que chegou 30 minutos atrasado ao debate, é questionado sobre eleições de diretores nas escolas. Ele afirma que estava escutando a primeira parte do debate dentro do carro, a caminho da RUFM, e, de início, sem responder a questão, L3 coloca os pontos de vista da prefeitura sobre os assuntos que foram debatidos enquanto ele não estava presente:

- (7) L3: (...) O MEC diz o custo aluno de 2009 para 2010 foi tanto, foi 15%, foi 10%... Portanto, ele dá este referencial percentual pra que os estados e os municípios, ao elaborar suas leis orçamentárias, para o ano seguinte, garantam esse reajuste e é isto que o sindicato não admite. E, **infelizmente**, de maneira **irresponsável**, disse pra sua categoria que o piso era 1.450 e **sabe que não é verdade** e por uma disputa interna dentro do sindicato, pra saber

quem é o mais radical, fica a dizer que é 1.450, porque **não tem coragem de dizer** que é 1.187. A Prefeitura não paga 1.187, a Prefeitura paga para 95% entre 1.942 e 4.255 e isso não é o fim da carreira, isto é professor que está em referência concreta. O fim da carreira em Fortaleza hoje, no plano, pra quem tem mestrado é 5.397, pra quem tem doutorado é 6.274. É maior do que um professor da Universidade Federal do Ceará.

Em (7), L3 parece ter se envolvido na tensão da discussão que já estava sendo realizada e inicia o debate utilizando nenhum recurso de polidez em relação aos locutores da FD3, que representa o sindicato. São várias as marcas de impolidez, que refletem, principalmente, acusações de L3 em relação a L4 (representante do sindicato) e L5 (advogado do sindicato): *de maneira irresponsável; sabe que não é verdade; disputa interna dentro do sindicato; saber quem é o mais radical; e não tem coragem de dizer.*

Para Oliveira (2005), a polidez, como “norma” social, reflete o conjunto de prescrições que cada sociedade possui e que fixa comportamentos, estado de coisas ou maneiras de agir em determinadas situações. Há uma expectativa por parte do interlocutor de que as ações do "outro" sejam polidas, e essa motivação tem uma base social, cultural e, principalmente, política (Oliveira, 2005, p. 2).

Na afirmação: ***Infelizmente***, o sindicato disse para a categoria, ***irresponsavelmente***, que o piso era 1.450, o termo *Infelizmente* indica a atitude com que o locutor se representa diante dos enunciados que produz (Koch, 1997, p. 50). Já *irresponsavelmente*, que é sinônimo de *maneira irresponsável*, indica a atitude subjetiva do locutor em face de seu enunciado, que pode ser traduzido como uma avaliação ou valoração dos fatos, estados ou qualidade atribuídas a um referente (Koch, 1997, p. 50).

Logo, L3 (coordenador de participação popular) diz se mostrar *infeliz* ao fazer uma avaliação (que pode ser entendida como acusação) de que *o sindicato agiu sem responsabilidade ao dizer para a categoria que o piso era 1.450*. L3 também acusou o sindicato de *saber que o piso era de 1.187 e de não ter coragem de dizer*, além de afirmar que *o sindicato possui disputas internas que consistem em saber quem é o participante mais radical*.

Em (7), percebe-se que, para L3, *a greve foi iniciada de maneira irresponsável*, já que uma das principais motivações era a conquista do piso de 1.450, calculado pelo sindicato. Também se pode dizer que, para L3, *a greve foi impulsionada por disputas internas dentro do sindicato que consistem em saber quem é o participante mais radical*.

Em (8), L5 (advogado do sindicato) responde L3 (coordenador de participação popular da prefeitura):

(8) L5: **Eu lamento** muito o L3¹⁹ fazer um **juízo** assim... Por exemplo, o município defende que a tese é de 1.187. Eu tenho uma tese, a gente respeita, **mas num vamos em nenhum momento chamar essa tese de irresponsável**. (...)

(...)

L1: Certo, eu acho também que **houve um exagero** aí nessa questão da irresponsabilidade. **O clima tá tenso**. L2²⁰, o senhor quer falar sobre isso?

Em (8), as acusações de L3 são repreendidas por L5 (advogado do sindicato) e por L1 (mediador). L5 utiliza o verbo lamentar em: *Eu lamento muito L3 fazer um juízo assim*. Esse verbo é chamado de factivo, ou seja, ele é complementado pela enunciação de um fato, que, no caso, é pressuposto (Koch, 1997, p. 45). Então, a partir da afirmação de L5, pressupõe-se que L3 fez um *juízo*, que havia sido chamado anteriormente de *acusação*. Para L5, *o coordenador de participação popular fez um juízo assim*. O *assim* marca o conteúdo negativo do juízo lamentado pelo advogado.

O mediador do debate, L1, coloca sua opinião para os demais interlocutores, afirmando *eu acho também que houve um exagero aí nessa questão da irresponsabilidade*. Afirmer que *houve um exagero* é uma forma polida que L1 encontrou para falar aos demais participantes que acalmem os ânimos. Logo após, diz

¹⁹ Fala o nome do coordenador de participação popular.

²⁰ Fala o nome do procurador geral do município.

que *o clima tá tenso*, numa forma de mostrar que a tensão é essencial em debates em que a temática é polêmica.

O próximo trecho acontece no debate após a representante do sindicato (L4) responder sobre as acusações do coordenador de participação popular (L3) em relação às disputas internas do sindicato.

- (9) L4: (...) Se você fizer uma retrospectiva aí, você vai ver que nesses anos que a prefeita foi... As duas vezes que ela foi eleita, né, nós fizemos 5 greves. Agora, você acha que é importante pra gente fazer greve? **É um desgaste**, eu tô aqui com um problema respiratório...

L1: Respiratório, emocional, etc, é difícil.

L4: É um desgaste. Agora, **a gente não pode ver uma coisa que a gente lutou tanto, né, durante tanto tempo que é a lei do piso, sair pelos dedos**, esvair-se sem a gente nem conseguir pegar, né. Ela sabe que é lei, ela sabe que tem cumprir e ela tem o poder. A gente tá vendo, ela tá ameaçando, né, todo mundo. Eu tô com uma blusa aqui que você pode dizer, que tá dizendo aqui, que a gente tem família, a gente tem filho, né. Inclusive, eu tenho netos. Então, assim, como é que a gente pode deixar que ela chegue pra todo mundo ou compre todo mundo ou use o poder que ela tem e a gente ficar calado? **Os professores não querem mais aguentar os desmandos da prefeita**. Ela tem cumprir, é uma lei. **Nós, nós, trabalhadores, a única coisa que a gente acredita ainda é na lei.**

Ao perguntar *você acha que é importante pra gente fazer greve?*, L4 não se refere a um interlocutor específico, mas a todos, inclusive aos ouvintes. A pergunta foi lançada em resposta a L3, que julgou a greve como *produto de disputas internas no sindicato para saber quem era o mais radical*. L4 afirmou e reafirmou que a greve era um desgaste e que ainda lhe causava problema respiratório.

O mediador concorda com L4, e acrescenta que, além de respiratório, a greve também causa *problemas emocionais* e que *é difícil*. A concordância ocorre, principalmente, pelo representativo passado sindical do mediador do programa, que é ex-presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Ceará (Sindjorce).

Para L4, portanto, greve significa *desgaste e maneira de conseguir uma coisa pela qual se lutou tanto*. Ela afirma que *a categoria* (formada por *nós, trabalhadores e professores*) *não quer mais acreditar nos desmandos da prefeita*. Por *desmandos* entende-se que são todas as ações que não são benéficas para a categoria dos professores.

L4 também abre mão da polidez ao fazer acusações em relação à prefeita, que não está participando do debate, mas se faz presente em forma de interdiscurso na FD2, representada por L2 e L3. Dentre as marcas de impolidez, pode-se citar: *ela sabe que é lei, ela sabe que tem cumprir e ela tem o poder; a gente tá vendo, ela tá ameaçando todo mundo; e os professores não querem mais aguentar os desmandos da prefeita*.

A representante do sindicato (L4) também afirma que *a única coisa que a categoria acredita ainda é na lei*. Esse *ainda* aponta que a categoria já acreditou em outros governos ou outras instituições e que não foi correspondida. O *ainda* também indica que, se um dia a lei falhar, a categoria não vai mais acreditar em nada. Ou seja, subentende-se que, para L4, a lei é algo passível de falha.

Em (10), encontra-se a fala do coordenador de participação popular (L3) após responder a pergunta de um ouvinte que tratava sobre indicação de diretores nas escolas.

- (10) L3: (...) **Eu tenho 11 mil professores** que, nos últimos 5 anos do governo da prefeita Luizianne Lins, tiveram além da inflação algo em torno de 80% de aumento real. **Mas** há uma outra ponta, de **200 mil famílias, que tem seus filhos que, nos últimos 5 anos, tiveram um ano letivo a menos de aula em virtude das greves**. Portanto, nós temos que combinar o avanço dos direitos dos professores que, na ampla maioria, já estavam em sala de aula, não aderiram à greve, e combinar isso com a qualidade da escola, e não há como ter melhoria física, melhoria da alimentação escolar, como aconteceu em Fortaleza... Não há qualidade se não tiver o professor na sala de aula.

Na primeira linha de (10), L3 afirma que *tem 11 mil professores*. Na verdade, L3 quis dizer que *a prefeitura emprega 11 mil professores*, e não que *ele possui 11 mil professores*. O entendimento é obvio, no entanto, o uso do verbo *ter* marca a superioridade da fala do locutor perante os 11 mil professores.

L3 diz: *Eu tenho 11 mil professores que tiveram algo em torno de 80% de aumento real, mas os filhos de 200 mil famílias tiveram um ano letivo a menos em virtude das greves.* O *mas* é um operador que marca um argumento para conclusões contrárias e, nesse caso, tem sentido de *mesmo assim*. Logo, percebe-se a indignação de L3 que, na verdade, afirma que os professores não têm motivo para fazer greve, já que *tiveram 80% de aumento real*. Os números apresentados pelo coordenador de participação popular também reforça seu argumento, pois *11 mil professores* é muito inferior a *200 mil famílias*.

No último trecho, que ocorre no final do debate, L5 (advogado do sindicato) faz um pedido ao coordenador de participação popular (L3) e ao procurador (L2), representantes da prefeitura:

(11) L5: (...) Então, assim, o que a gente gostaria, assim, um pedido que eu faria ao L3, ao L2²¹, né... **Já tá demais acirrado, porque que a gente, pelo menos naquilo que não puder resolver, não acirre, porque a categoria tá muito firme e a gente não quer confusão**, né. Agora, é claro, assim que for intimado, L2, L3, nós vamos ter uma assembleia pra debater isso...

L2: Quer dizer que o senhor vai ainda discutir a decisão judicial numa assembleia?

L5: Não, não é que eu vou discutir. Eu vou levar pra assembleia, que eu nem recebi... Aí nós vamos dizer “olha vai acontecer isso, isso”...

L2: Mas... Então, a decisão judicial não será cumprida imediatamente?

L5: Não, não, nós não dissemos isso...

L2: Ham... Só para entender, L5²².

L5: Quem tem a palavra para dar início a greve e o fim... **Que se a categoria quiser diz assim, “nós vamos continuar, vamos pagar a multa”**. Isso é um problema nosso. **A palavra final é da categoria...**

L2: Ah, sim. Ah, perfeito.

²¹ Fala o nome do coordenador de participação popular e do procurador geral do município.

²² Fala o nome do advogado do sindicato.

Para L5, *a greve já está demais acirrada*. Ele pede que L2 e L3 não acirrem mais, porque *a categoria está firme e não quer confusão*. No final, L5 acrescenta que o termino ou não da greve depende da categoria: *A palavra final é da categoria*. Ou seja, para o advogado do sindicato, *a greve é da categoria* (e não do sindicato), *que está firme e não quer confusão*.

Ao perguntar *Então, a decisão judicial não será cumprida imediatamente?*, L2 utiliza *então*, que indica um processo de dedução dotado de tonalidade subjetiva (Maingueneau, 1997, p. 176). Ou seja, L2 deduz que *a decisão judicial não será cumprida imediatamente*. A dedução é prontamente negada por L5: *Não, não, nós não dissemos isso*, se utilizando da 1ª pessoa do plural como uma forma de polir a resposta negativa e de exprimir a abrangência social de sua fala, que também engloba sindicato e professores.

No enunciado *Que se a categoria quiser diz assim, “nós vamos continuar, vamos pagar a multa”*, L5 dá voz da categoria dentro de sua fala. Como o debate se trata de um texto radiofônico, as aspas entraram no texto apenas após o processo de transcrição, para marcar a intenção de L5 em dar voz à categoria. Então, aqui, as aspas indicam alteridade e constituem um sinal construído para ser decifrado por um destinatário (Maingueneau, 1997, p. 91). Na oralidade, o modo e o tom que se fala pode deixar clara a citação.

No programa analisado, percebeu-se a forte influência da formação discursiva no discurso de cada locutor, principalmente no que diz respeito a FD2 (prefeitura) e FD3 (sindicato). A prefeita de Fortaleza está presente nas falas de L2 e L3 como interdiscurso, que sempre falam em defesa e do ponto de vista da prefeitura. Já na FD3, constituída por L4 e L5, é bastante presente o interdiscurso da categoria dos professores. Na FD1, que representa a instância midiática através da figura do mediador (L1), foi percebida uma tentativa de neutralidade em relação a FD2 e FD3.

Para a formação discursiva que representa o sindicato (FD3), a greve é desgastante, mas é uma maneira de conseguir algo pelo qual se luta. Na FD3, a greve,

considerada muito acirrada, foi motivada pela falta de coerência no índice de reajuste do piso. A incoerência fez o sindicato defender um determinado cálculo para o valor do piso e a prefeitura, outro. Para os locutores dessa formação discursiva, a greve é da categoria, e não do sindicato. Para eles, a categoria estava firme, não queria confusão e só crescia e se unia a cada possível injustiça cometida pela prefeitura.

Para a formação discursiva que representa Prefeitura de Fortaleza (FD2), a greve de servidores públicos tem um significado negativo na atualidade, porque ela ocorre num estado democrático e em governos eleitos com ampla liberdade de manifestação. Nela, a greve teria sido impulsionada por disputas internas dentro do sindicato e foi iniciada de maneira irresponsável e sem justificativa. Os locutores da FD2 (L2 e L3) falam com ar de superioridade, fundamentam seus argumentos em leis e utilizam um discurso institucional.

4.4.2 A greve no discurso do 2º programa

O programa exibido no dia 6 de outubro de 2011, que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará, possui os locutores e as respectivas formações discursivas representadas a seguir:

Locutor	Papel Social	Formação Discursiva
L1	Mediador	FD1 (Emissora)
L2	Membro da Direção do Sindicato	FD2 (Sindicato)
L3	Secretária de Educação Básica do Estado do Ceará	FD3 (Governo do Estado)
L4	Professora Autônoma	FD4 (Todos os professores)

L1 representa o mediador e faz parte da FD1, constituída pela Rádio Universitária, assim como no primeiro programa. L2 representa um membro da direção do sindicato, constituindo a FD2. L3 representa a secretária de educação básica do estado, fazendo parte da FD3, composta pelo Governo do Estado do Ceará. Por último, L4 representa uma professora autônoma, sem vínculos com a rede estadual, e faz parte da FD4, representando todos os professores.

No trecho a seguir, L2 (membro do sindicato) é questionado por L1 (mediador) sobre que impasse resultou na greve, no início do debate.

- (12) L2: (...) Nós... O sindicato Apeoc tem uma proposta há dois anos, tá no site do sindicato, que é uma proposta que a gente quer o seguinte: **que o piso seja implantado no atual plano existente...**

L1: Sim.

L2: **É 12066, certo?** Então, nossa carreira é de 1 a 30, então de 1 a 12 é quem tem nível médio, 13 a 30 é o pessoal graduado e aí variando, quem é especialista, né...

L1: Você tá falando dos níveis, né, de progressão?

L2: **É, cada nível com 5% de interstício. Certo, então, a nossa proposta é... A gente defende o que a CNTE defende que é um piso de R\$ 1.597,87**, que ele fosse aplicado nessa tabela, certo?

L1: Sim.

L2: Porém, né, a L3²³ depois vai falar os problemas, né, o governo não concorda com essa proposta. E aí se criou um impasse, né. A gente, quando foi no final de julho, o governador apresentou uma tabela, que nós chamamos de **A Tabela Maldita 1, né, e que desencadeou todo o processo de greve**. E aí nós estamos há dois meses nessa greve tentando mediar alguma coisa e **nós avançamos em alguns pontos**, né, por exemplo, nas últimas reuniões com o governo a questão de 1/3 de planejamento, que está na lei do piso, o governador, no início, até antes da greve, e, até mesmo...

Em (12), o representante do sindicato (L2) afirma que a proposta do sindicato é que o piso salarial da categoria seja implantado de acordo com a Lei Estadual Nº 12.066, de 13.01.1993, e com o que propõe a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). L2, ao falar em *12066* e *CNTE*, pode não ter sido entendido pelo ouvinte, devido à característica fugaz do rádio (Kaplún, 2008). A linguagem e a interação humana são de naturezas dialógicas. Quando conversamos, o fazemos com perguntas e resposta, asserções e réplicas (Marcuschi, 1998, p. 14). Logo, quem fala

²³ L2 fala o nome da secretária de educação do Estado do Ceará.

quer ser compreendido e quem escuta quer compreender, ainda que estejam num diálogo assimétrico e não estejam numa conversa face a face.

Segundo L2, a motivação da greve foi a chamada *Tabela Maldita 1*, apresentada pelo governo, na qual não é aplicado o piso defendido pela CNTE. A partir do nome da tabela apresentado por L2, subentende-se que o proposto pelo governo ia de encontro com os interesses do sindicato. No entanto, para L2, a greve, que já durava dois meses, fez as negociações avançarem em alguns pontos de reivindicação.

Em (13), a secretária de educação do Estado de Ceará (L3) contrapõe-se aos argumentos expostos por L2 (representante do sindicato).

- (13) L3: (...) Eu quero, assim, eu quero começar por essa... Toda essa questão tem algo fundamental que nos une, **que une a todos, os bem intencionados**, né. Assim, **a categoria, os que defendem os legítimos interesses dos professores**. Nos une a importante pauta nacional que se coloca, né, com muito vigor, com relação a condição dos professores da educação básica, principalmente, né. Então, eu acho que esse é um momento importante que a gente vive, né, essa questão da lei, **da própria lei do piso com as suas questões pouco claras, com seus processos não tão, vamos dizer assim, republicanos** e tal, mas, de todo o modo, veio prá dar um incremento importante a essa condição. Só prá você ter uma ideia, Agostinho e aos ouvintes também, aos companheiros aqui, em torno de 60 professores no Brasil, considerando todas as redes públicas, muito especialmente às redes municipais, em torno de 60% não recebiam ainda aquele valor que foi estipulado como piso nacional, os 950 à época e tal. Pra você ver como realmente há disparidade e há condição difícil ainda com relação a essa questão. **O quê que são os desafios aí dessa comunicação e eu acho que gerou aí um conflito até bem maior do que o que, talvez, do que eu desejava**, do que o que... Não sei, **acho que alguns erros, de parte a parte**, e também, eu acho, que para **além da ação legítima do sindicato, o aproveitamento também político, politiquero, partidário**, que eu acho que, sem dúvidas, a gente vê isso acontecendo nesse momento. Mas, assim...

L1: **Mas isso todo movimento tem.**

L3: É, exatamente, mas **eu acho que contamina**, né, a questão... (...)

Para a secretária, *toda essa questão tem algo fundamental que nos une, que une a todos, os bem intencionados*. Considerando que *toda essa questão* significa todo o contexto da greve, L3 afirma que *a greve tem algo fundamental que une os bens*

intencionados. A partir da enunciação seguinte de L3, entende-se por bem intencionado a própria secretária, que utiliza a 1ª pessoa do plural, *a categoria e os que defendem os legítimos interesses dos professores*. Em relação ao *algo fundamental*, L3 diz se tratar da *importante pauta nacional sobre a condição dos professores da educação básica*. Logo, para L3, *a greve, através da importante pauta nacional sobre a condição dos professores da educação básica, une o governo, a categoria e os que defendem os legítimos interesses dos professores*.

L3 não especifica quem são *os que defendem os legítimos interesses dos professores*. Seria o sindicato? Há aqui um silenciamento. Encontra-se o silêncio fundador de Orlandi (2000), que indica que o sentido sempre pode ser outro. Também há um silenciamento ao afirmar, na enunciação seguinte, que a lei do piso possui *questões pouco claras e processos não tão republicanos*. É encontrado novamente o silêncio fundador, por não explicitar do que se tratam essas questões e esses processos.

Em *questões pouco claras*, há a presença de *pouco*, um operador argumentativo que funciona orientando para a negação total (Koch, 1997, p. 37). Ou seja, o locutor não chega a dizer que as *questões não são claras*, talvez até numa forma de buscar a polidez. O *não tão* exerce a mesma função de *pouco* em *não tão republicanos*. Por republicano, entende-se algo que é relativo à república, como a gestão dos interesses públicos como finalidade do poder público. Pode-se até mesmo dizer que republicano é algo que faz bem ao funcionamento da república. Portanto, ao afirmar que *a lei do piso tem processos não tão republicanos*, L3 diz que os processos da lei do piso não estão em total articulação com o funcionamento da república.

L3 também afirma que o desenrolar da greve gerou um conflito bem maior do que ela desejava. É provável que a secretária esteja se referindo ao conflito ocorrido na Assembleia Legislativa, mencionado anteriormente. L3 considera que houve alguns erros de ambas as partes, mas afirma que *para além da ação legítima do sindicato, [houve] o aproveitamento também político, politiquero e partidário*. Ou seja, ainda que L3 admita que o governo errou, considera que houve um erro maior em relação a aproveitamento político, politiquero e partidário, mas não deixa claro sobre quem o

praticou. O mediador pondera que esse tipo de aproveitamento existe em todo movimento, mas a secretária responde afirmando que *contamina a questão*.

Na verdade, L3, de maneira polida, acusa alguém de aproveitamento político, politiqueiro e partidário, mas utiliza novamente o silenciamento e não explicita quem praticou e como ocorreu esse aproveitamento. Teria sido o sindicato? As palavras *politiqueiro* e *partidário* trazem um sentido negativo que a palavra *político* não possui. *Politiqueiro* expressa algo que há de pior na política, por exemplo, quando se faz referência a alguém que se utiliza de métodos baixos e antiéticos na prática política. Já *partidário* tem seu uso formal na língua quando se refere a algo relacionado com partidos políticos, mas também pode conotar pejorativamente se referindo a algo que possui um interesse localizado.

No trecho (14), L3 expõe os argumentos da Secretaria de Educação novamente.

- (14) L3: (...) Na primeira semana, estávamos no contexto de negociação, pela primeira vez o governo estabelece um tipo de negociação com o sindicato com planilhas à mesa. Vamos conversar com números, com números de orçamento, e depois eu posso dizer o quê que é o investimento em educação deste governo do estado. E planilhas à mesa, o quê que é gasto com o quê. Hoje, a própria assessoria do sindicato tem e, hoje, assim, nós já temos um significativo sistema de transparência tanto a nível federal, como também estadual, que pra quem sabe procurar encontra, inclusive números de gastos e tal e tal e tal. Então, nesse contexto foi deflagrada a greve, e, na primeira semana, qual foi a posição do governo? **Retira-se a proposta, inclusive da boca do próprio governador, como se diz, ouviu-se assim, “vamos começar do zero”**. E nós, na Secretaria de Educação, numa audiência com o Ministério Público, com o sindicato, nós assinamos um termo de audiência comprometendo o governo, nos comprometendo com o não envio da proposta para a Assembleia Legislativa. O sindicato encaminharia imediatamente a suspensão da greve, pra que nós retomássemos a mesa de negociação. E, essa questão da suspensão da greve, Agostinho, ouvintes, pra nós é uma questão fundamental, sabe? **Porque, assim, reconhecemos, reconheço, não é, a questão da greve como instrumento legal, de luta das categorias e tal e tal, em contextos, né, que se apliquem**. O quê que nós vimos e o quê que nós procuramos, assim, inclusive com atores como o ministério público, outros atores inclusive, assim, quê que nós procurávamos? Apoio e diálogo pra isso. **O contexto que vivíamos não justificaria uma greve, porque tinha negociação. O que o estado, a forma como o estado vem tratando a pauta do sindicato junto às questões de melhorias para os professores, o portfólio que nós temos com relação a isso, não nos credencia para merecer descrédito não, muito pelo contrário**, sabe? Muito pelo contrário. Então, o contexto, nós tínhamos o contexto em que o sindicato poderia retomar essa questão, a suspensão da

greve, pra que nós não causemos prejuízos irrecuperáveis aos alunos, porque em certa medida eles são irrecuperáveis. (...)

L3, em articulação com sua formação discursiva, afirma que o governador quis recomendar as negociações no momento em que a greve foi deflagrada. A secretária conta que o governo se comprometeu a não enviar a dita *Tabela Maldita 1*, mencionada anteriormente por L2, enquanto o sindicato se comprometeria a suspender imediatamente a greve. De acordo com L3, a suspensão da greve seria uma questão fundamental para o governo.

Logo após, L3 afirma: *reconhecemos, reconheço, a questão da greve como instrumento legal, de luta das categorias e tal e tal, em contextos que se apliquem*. Num enunciado posterior, o locutor diz: *o contexto que vivíamos não justificaria uma greve, porque tinha negociação*. Ou seja, para L3, *greve é um instrumento válido em contextos que se apliquem*. No caso, é afirmado que *o contexto não justificava a greve*. Então, para L3, a greve em questão iniciou sem razão justa.

No enunciado seguinte, a secretária diz: *a forma como o estado vem tratando a pauta do sindicato junto às questões de melhorias para os professores, o portfólio que nós temos com relação a isso, não nos credencia para merecer descrédito não, muito pelo contrário, sabe?* A expressão *pelo contrário* é um operador argumentativo que indica polifonia, ou seja, traz “vozes” que falam de perspectivas diferentes com as quais o locutor se identifica ou não (Koch, 1997, p. 58). Ou seja, L3, na verdade, afirma: *a forma como o estado vem tratando a pauta do sindicato junto às questões de melhorias para os professores nos faz merecer crédito*.

Quando há polifonia, é possível distinguir enunciadores e locutores (Ducrot *apud* Maingueneau, 1997, p. 76). De acordo com Maingueneau (1997), os enunciadores são seres cujas vozes estão presentes na enunciação, sem que lhe possa ser atribuída a autoria. Ou seja, eles não falam, mas a enunciação permite expressar seu ponto de vista (Maingueneau, 1997, p. 77). Então, a partir da presença de *muito pelo contrário*,

percebe-se o interdiscurso do governador e de outras instâncias do governo, que defendem que *o estado merece crédito*.

L4 (professora autônoma) argumenta a respeito do anseio do governo de que haja a suspensão da greve para haver negociações.

- (15) L4: (...) Como dizer que os professores devem voltar para negociar? Isso é uma pressão, isso não deve ocorrer. Os diretores das escolas públicas do estado estão sendo chamados um a um para conversa com a Seduc. Isso não é correto, eles não tem poder de... O poder, claro, quando eles estão sozinhos, vai diminuir, o poder de argumentação. **Se os professores voltarem, a meu ver, eles não terão praticamente nada ganho, vai ser insignificante o que eles virão a ter.** Então, eu vim pra fazer um apelo, né, a sociedade toda tem que se comprometer com essa causa dos professores, a educação é a base do País. Países como a Coreia do Norte têm crescido significativamente, porque tem dado atenção à educação. É uma chaga a educação pública no Estado do Ceará. E não concordo, né, com as palavras da Isolda de que o governo tem realmente agido da melhor forma e de que tem sido atribuído palavras a ele que ele não chegou a dizer. É conhecido que muitas categorias já são insatisfeitas com o governo do estado. A categoria dos médicos, por exemplo, em diversos momentos, realmente, o governador não se conteve nas suas palavras, inclusive ele chegou a se desculpar, querendo dizer que o fato de nos mandar para escola privada foi uma força de expressão. O professor que quisesse ganhar mais deveria procurar o ensino privado, ou seja, nesse momento ele assina a incapacidade da escola pública de formar os alunos do Ceará. (...) **Ele não tem boa intenção de resolver do professor, tanto que ele poderia estar negociando antes do retorno do professor, mas ele está investindo em propagandas, tentando ludibriar as famílias,** ludibriar as pessoas, ludibriar os alunos, prometendo, por exemplo, computadores nesse momento.

Para L4, *se os professores voltarem, eles não terão praticamente nada ganho*. Ou seja, se os professores terminarem a greve, eles não terão nada de ganho. Percebe-se que L4 entende que *a greve é um instrumento que possibilita algum ganho para os professores*.

O locutor afirma que *o governador não tem boa intenção de resolver [os problemas] do professor*. L4 diz: *ele poderia estar negociando antes do retorno do professor, mas ele está investindo em propagandas, tentando ludibriar as famílias*. Aqui, além de deixar clara sua reprovação perante as atitudes do governador, L4 o acusa de *tentar ludibriar as famílias*.

Em (16), o representante do sindicato (L2) elenca alguns motivos que contribuíram para o acontecimento e para a manutenção da greve.

- (16) L2: Eu acho que é necessário a gente esclarecer à sociedade, até porque estão ouvindo agora, fazer um breve histórico, **porque chegamos até esse momento**. Em 2008, a lei do piso foi votada por unanimidade pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula. Isso em julho. Em outubro, logo após as eleições, 5 governadores entraram, né, no STF, contra, um deles o Cid. Então, o Cid Gomes se **posicionou contra a lei do piso naquele momento**, né. E isso causou uma greve, inclusive, no final de 2008, né, e logo depois ele criou o plano pirata, que nós chamamos, né, muito parecido com esse agora, que foi pra assembleia, para garantir o valor monetário para que aquelas pessoas que ganhavam abaixo, mas não repercutia pra todo mundo. E fez assim... **Durante a greve, fez diversas declarações, né, que deram combustível à greve**, né. E é o seguinte: nós fizemos diversas reuniões com esse governo, né. **Nós do sindicato Apeoc, a gente concorda que a greve é um instrumento legítimo, claro, mas nós primamos, né, por todas as negociações, esgotando todas as negociações para que iniciasse uma greve**. E nós, desde abril, quando o Supremo decidiu que a lei era constitucional, até o final de julho, nós fizemos várias reuniões. Às vezes, as reuniões eram canceladas, porque o governador simplesmente viajava, né. E aí a **categoria começou a ter raiva, porque ele marcava a reunião e viajava**, né. Então, a categoria começou a ter raiva. No final de julho, apresentou essa tabela. Essa tabela, ela, eu concordo com L3²⁴, que tinha um **ponto positivo que era essa questão do embarreiramento**. Acho que era a única coisa positiva nessa tabela, porque acabava com esse embarreiramento, acho que é algo que a gente tem que fazer nessa nova tabela que a gente tem que conseguir acabar com esse embarreiramento. **Agora, a regência de classe** que hoje é 10% do valor, né. Se o cara ganha mil reais, era mais 100. Se outro nível é 2 mil reais, era 200 reais, né. Fica fixa, era um valor fixo, era como se fosse do primeiro nível, 100. (...)

Para L2, os porquês pelos quais o sindicato chegou até *esse momento* são: o posicionamento de Cid Gomes contra a lei do piso, em 2008, juntamente com outros governadores; as *diversas declarações* que o governador fez durante a greve; o não comparecimento às reuniões agendadas; e a proposta da chamada *Tabela Maldita 1*, que apesar de trazer o fim do embarreiramento, não era considerada positiva pela categoria no tratamento da questão da regência de classe.

Para o sindicato, de acordo com L2, *a greve é um instrumento legítimo, mas que só é iniciada quando se esgotam todas as negociações*. A partir de (14) e (16), percebe-se que a concepção do representante do sindicato (L2) e da secretária de educação (L3) sobre greve é semelhante, no entanto divergem totalmente quando se trata da greve em

²⁴ Refere-se à secretária de educação, L3.

questão. Para L2, as negociações haviam se esgotado, por isso houve o início da greve. Já para L3, havia negociação, por isso a falta de razão para a greve ocorrer.

Em (17), o representante do sindicato (L2) fala sobre as conquistas com a greve e sem a greve.

- (17) L2: (...) E, assim, a gente, **mesmo sem fazer greve, a gente conseguiu muitas coisas mesmo**. Então, **não é porque nós gostamos de greve**, né, nós conseguimos progressões, duas progressões que o governo nos devia, conseguimos nivelamento do professor temporário, né, vai ganhar o mesmo que um probatório nível 13, porque quem é graduado já entra no nível 13, né. A questão do vale alimentação... Estamos agora pelejando também os 300 de Esparta, que nós brincamos, são os 300 concursados, que ainda não foram convocados ainda. Então, **nós conseguimos de fato muitas conquistas sem greve, mas nós fomos obrigados a fazer a greve por causa dessa tabela que o governador disse que ia mandar**. Então, **graças à greve é que ele não mandou**, né.

O sindicalista (L2) elenca uma série de pautas atendidas sem ter tido necessidade de realizar greve: *duas progressões que o governo devia, nivelamento do professor temporário e o vale alimentação*. No entanto, o locutor afirma que, apesar de terem alcançado muitas conquistas sem greve, foram obrigados a fazer por causa da *Tabela Maldita 1*. Por isso, L2 ressalta: *não é porque nós gostamos de greve*.

No próximo trecho, L1 (o mediador) finaliza o programa.

- (18) L1: Oh, são 12:31, eu vou encerrar o programa. **Eu quero fazer um convite ao governador Cid Gomes**, se pudesse marcar um debate com ele, aqui no Rádio Debate, gostaria de fazer uma grande entrevista com ele e **alguns pontos que alguns ouvintes levantam, né, ele é que tem que dar a resposta**. Eu acho que alguns momentos o temperamento por ação dele, por boatos que se cria...

L3: E por distorção.

L1: Por distorção...

L3: Bom, grande parte distorção.

L1: ...e algumas afirmações que foram feitas e que ficam pra responder. (...)

O mediador lança um convite ao governador Cid Gomes para participar de um programa na forma de entrevista, transferindo a responsabilidade na resposta de certas questões nas quais a secretária de Educação não teria domínio, como as referentes às declarações polêmicas feitas por ele durante a greve.

Nesta análise, assim como na anterior, fica claro o envolvimento de cada locutor com sua respectiva formação discursiva. L2 (representante do sindicato) não possui um discurso sindical estereotipado e faz a defesa às questões da categoria de forma calma, educada e sem grandes exaltações. A representante do governo (L3) está sempre fazendo defesa ao governo, porém utiliza uma linguagem polida e não ataca diretamente os participantes das demais formações discursivas. L4 (professora autônoma), que representa todos os professores, se dirige à L3 com mais agressividade do que o sindicato. Em relação à mediação, L1 manteve uma relação neutra perante as demais formações discursivas.

Para a formação discursiva que representa o sindicato (FD2), a greve é um instrumento legítimo, mas utilizado apenas em caso de esgotamento das negociações. Ou seja, para o sindicato, as negociações com o Governo do Estado foram esgotadas. A greve em questão, segundo o locutor representante do sindicato, foi desencadeada por uma tabela salarial, apresentada pelo governo, que foi apelidada de *Tabela Maldita 1*. Dentre outros porquês da greve, o sindicato elenca a posição do governador em relação à lei do piso, suas declarações polêmicas feitas em relação à carreira de professor e o seu não comparecimento às reuniões de negociação. Dentro da FD2, entende-se que greve não é algo que o sindicato gosta de realizar e que é possível conseguir avanços para a categoria sem a paralisação.

Composta pela professora autônoma, a FD4, que representa todos os professores, faz maiores encontros à representante do governo do que o locutor da FD2. Para a FD4, o governador não tinha boas intenções de resolver os problemas dos professores. Na formação discursiva, a greve é entendida com um instrumento que possibilita a conquista de ganhos para a categoria.

Para a formação discursiva que representa o Governo do Estado do Ceará (FD3), greve é legal em contextos que se aplicam. Para o locutor dessa formação discursiva, a secretária de educação, a greve em questão iniciou sem razão justa e gerou um conflito maior do que ela desejava. Na FD3, percebeu-se a opção de não fazer ataques diretos à categoria. O locutor tentava, até mesmo, uma certa aproximação com os participantes de formações discursivas opostas no debate, aceitando críticas e concordando quando podia. O papel da secretária na FD3, de amparo ao governo, foi cumprido nas tentativas de sempre explicar a versão do Estado e fazer defesa pessoal ao governador. A postura polida da secretária deixou o debate menos tenso e conflituoso se comparado ao primeiro programa. No entanto, o modo defensivo da secretária pode ser explicado pela grande repercussão na imprensa e, sobretudo, nas redes sociais das possíveis declarações do governador acerca da carreira do magistério e do confronto entre policiais militares e professores grevistas na Assembleia Legislativa.

4.5 Análise da conversação no debate sobre a greve

Nesta seção, não vamos mais nos deter no discurso em si, mas de que maneira o andamento da conversação contribui para a compreensão do discurso. Aqui, serão utilizados os fundamentos da Análise da Conversação, que trabalha com dados reais analisados em seus contextos naturais de ocorrência (Koch, 1997). Para isso, foram feitos recortes nos textos originais que expusessem situações que transmitissem como os debates foram conduzidos. Os trechos mostram a mediação do apresentador e a interação dos locutores em determinadas circunstâncias. No Anexo 3, o significado dos símbolos utilizados na transcrição pode ser encontrado.

Vamos começar com trechos do programa que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza (1º programa). Depois, vamos

analisar trechos do programa sobre a Greve dos Professores da Rede Estadual de Ensino do Ceará (2º programa).

4.5.1 A conversação no 1º programa

Neste programa, o mediador concedeu 17 vezes o turno aos locutores: seis vezes ao procurador geral do município, L2; cinco ao membro da direção do sindicato, L4; quatro ao coordenador de participação popular da Prefeitura de Fortaleza, L3; e duas ao advogado do sindicato, L5. Aqui, turno é aquilo que um falante faz ou diz enquanto tem a palavra, incluindo a possibilidade do silêncio (Marcuschi, 1998, p. 18).

Neste programa, há a predominância da polêmica e do conflito, fazendo haver muitas intervenções durante as falas. Dentre as intervenções, destaca-se o *assalto ao turno*, que ocorre quando um participante da conversação tenta tomar o turno fora do momento adequado, podendo ser eficaz ou não. Nos momentos de assalto, ocorre normalmente o fenômeno da *sobreposição de vozes*, isto é, por alguns instantes, dois ou mais participantes falam ao mesmo tempo, até que um deles desista e o outro fique definitivamente na posse do turno (Koch, 1997, p. 71).

Nos momentos em que não há assaltos, a conversação no debate segue as seguintes regras de Sacks, Schegloff e Jefferson (*apud* Marcuschi, 1998, p. 20): “o falante corrente escolhe o próximo falante, e este toma a palavra iniciando o próximo turno” e “o falante corrente para e o próximo falante obtém o turno pela auto-escolha”. No programa, essa escolha a que Sacks et al. se referem se dá, principalmente, a partir do mediador. Quando não, essa escolha é feita pelos próprios participantes.

No trecho seguinte, há uma situação conflituosa entre L2, procurador geral do município, e L5, advogado do sindicato.

(19) L1: *ela é a única pessoa com competência pra assiná...?*

L5: *[pelo estatuto é (+) como pelo município só o doutor L2²⁵ (+) e a prefeita (+) então (+) veja bem*

L2: *[não não (+) os procuradores também (+) mas esse problema é muito fácil doutor L5²⁶/ o senhor como advogado ou qualquer advogado constituído pelo sindicato (+) pode ir ao tribunal e se dar por intimado (+) por que o senhor não faz isso?*

L5: *[veja bem não não (+) mas veja bem PRIMEIRO*

L2: *[porque o senhor não quer ser intimado (+) claro/*

L5: *nã:::o doutô não (+) doutô você tá fazendo uma afirmação que (+) o senhor tá aí me acusando*

L2: *[não*

L5: *por favor (+) o senhor está indo além do que deve por favor por favor/*

L2: *[[não o senhor está dizendo que o senhor não pode ser intimado/*

²⁵ Fala o nome do procurador geral do município.

²⁶ Fala o nome do advogado do sindicado.

L1: não não (+) eu to deixando

L5: [[eu quero falá (+) eu quero falá deixa eu terminá

*L1: nós estamos indo bem aqui (+) a
tensão é inevitável*

*L5: [pronto (+) e eu quero dizer que tenho muito respeito por
Vossa Excelência*

L2: dá mesma forma (+) doutô L5²⁷

L5: agora veja bem (+) veja bem

L2: [[dá mesma forma]]

*L5: agora discordo (+) veja bem veja bem Agostinho (+) (+) o
que pra nois eh::: tanto: o que pra nois é inaceitável (+) (+) por
que que num município ao ter a liminar deferida: (+) num
trabalhou para sair logo o mandado e ir até o sindicato e
cumprir''*

Pela transcrição é percebida a tensão do debate nesse momento, principalmente através da sobreposição de turnos. De acordo do Marcuschi (1998), o caso de sobreposição mais comum é quando o interlocutor concorda ou discorda com o que o falante está falando. L2 e L5 assaltam os turnos um do outro para discordarem: L5 não concorda com a acusação de L2, bem como L2 não concorda quando L5 tenta se isentar.

Em momentos de polêmica, como esse, é grande a probabilidade de a conversação entrar em colapso, pois a regra básica da conversação de só falar apenas

²⁷ Fala o nome do advogado do sindicato.

um de cada vez (Marcuschi, 1998, p. 19) é quebrada, ocasionando bruscas tomadas de turno e, então, sobreposições e falas simultâneas. Para conseguir espaço de fala num desses momentos, L5 utilizou o que Marcuschi chama de marcador metalinguístico: “eu quero falar”, “deixa eu terminar”.

A postura do mediador em relação ao conflito foi de dizer que estaria “deixando” a agitação continuar e que “a tensão é inevitável”. Na verdade, ao dizer isso, L2 e L5 entenderam como uma repreensão do mediador e, após a intervenção de L1, percebe-se que logo apaziguaram a discussão.

Esse tipo de exaltação, que gera sobreposição e falas simultâneas, é prejudicial para o debate radiofônico, pois quando as vozes estão sobrepostas é difícil identificar o que está sendo falado e quem está falando. O rádio é fugaz e unissensorial (Kaplún, 2008), o ouvinte não vai poder escutar novamente o que foi dito e não vai poder ver imagens do locutor.

Ainda que exponha os sentimentos e as emoções em torno de uma temática, essa desordem conflituosa na conversação é ainda mais prejudicial para o ouvinte quando há mais locutores envolvidos. No trecho anterior, o conflito foi entre L2 e L5. No próximo, a tensão é entre L2, L3 e L4, tornando ainda mais difícil a compreensão para quem escuta apenas uma vez.

(20) *L1: /.../ agora eh:: L4²⁸ (+) ah ah ah::: qual/ hoje todas as escolas estão paradas? eu eu queria a versão da prefeitura e da do sindicato (+) todas as escolas estão para:das'' comé que tá o movimento''*

L4: nã::o (+) segundo a própria prefeitura né (+) (+) nós temos quan quan quantos por cento parado''

²⁸ Fala o nome da representante do sindicato.

L3: era 30 por cento (+) (+) ERA

L4: então a gente tá dentro da lei né''

L1: por que a lei diz o quê'' eh:: ah::

L4: e a gente num é serviço essencial (+) mas mesmo assim (+) se fosse

L3: ah não (+) eu entendo que educação é serviço essencial

*L2: [é serviço
essen/*

L3: aí nós temos uma discordância.

L4: [[nã::o nã:::o não não nós num vamos discutir isso não tá''

L2: [foi o argumento que o tribunal aceitou

L4: agora só to lhe dizendo o seguinte (+) se você tá dizendo

L3: (incompreensível) [a educação das pessoas (pobres) da cidade é essencial

L4: eu digo o contrário' eu digo o contrário

Em (20), quando os locutores começam a discutir se educação é um serviço essencial ou não, torna-se difícil a compreensão do ouvinte, que provavelmente perdeu alguma informação. No trecho, percebe-se que o mediador concedeu o turno a L4 (membro do sindicato), que por sua vez concedeu a L3 (coordenador de participação popular). O turno, então, volta automaticamente para L4. O mediador (L1) intervém e

faz uma pergunta a L4, que ignora e completa o enunciado anterior. A partir da afirmativa “e a gente não é serviço essencial, mas, mesmo assim, se fosse”, os demais locutores se sentem no direito de assaltar o turno. Os turnos foram assaltados provavelmente porque L4 afirmou algo que poderia lhe comprometer enquanto líder sindical da categoria dos professores. Logo, os demais locutores de uma formação discursiva, *em tese*, oposta não hesitaram em contra-atacar.

No trecho seguinte, veremos a reação do mediador em relação a uma tentativa de assalto de turno por L3 (coordenador de participação popular da prefeitura).

- (21) *L2: /.../ então eu só tenho a retribuir e dizer do imenso respeito que eu tenho pela atuação dele (+) mas dizer, doutor L5²⁹, que eu divirjo dessa questão (+) ou seja (+) já disse pro senhor (+) ou seja (+) a lei diz que a União (+) a União utiliza o MEC para a fixação desse valor' pronto' tá satisfeito o instrumento/ ah ah:::: ah:: o que o:: quando o MEC estabelece isso não há (+) há uma exigência que seja através claro de um instrumento normativo (+) um instrumento normativo o senhor sabe' pode ser lei' portaria' resolução' decreto' ou seja todas as espécies normativas que nós temos que estão lá no artigo 52 da ConstituiÇÃO (+) então para o município (+) quando se diz é a União (+) através de qual órgão'' do MEC CLARO (+) é o órgão como eu disse responsável pela política de educação.*

L3: [[Agostinho (+) isso é tão correto

L1: não' mas deixa eu voltar aqui agora (+) pra (+) L4³⁰ falar né'' porque ela tá calada aqui (+) ela tem que falar também agora (+) (+) essa questão L4 (+) das divergências que tem

²⁹ Fala o nome do advogado do sindicato.

³⁰ Fala o nome da representante do sindicato.

internamente no sindicato que foi mencionado pelo L3 (+) isso existe de fato''

Em (21), o representante da prefeitura (L3) quis defender a argumentação colocada por L2 (procurador), com quem divide a mesma formação discursiva, assaltando-lhe o turno. O mediador (L1) prontamente lhe negou a palavra e passou o turno para a representante do sindicato (L4), dando-lhe espaço para responder a acusações feitas anteriormente por L3.

De acordo com Marcuschi (1998), quem faz uma pergunta, escolhe o próximo a falar. Essa escolha ocorre através da evocação do nome do possível falante, de um gesto, um olhar ou pelo contexto e temática da pergunta. No Rádio Debate, a função do mediador (L1) é lançar perguntas aos convidados e conduzir as diversas sequências que geram essas perguntas, distribuindo os turnos de fala. No entanto, a distribuição dos turnos fica a critério de L1.

No capítulo 2, L1 afirmou que tenta estabelecer de maneira intuitiva a participação de cada um no que diz respeito à formação das vozes do programa. O mediador provavelmente percebeu que L3 (coordenador de participação popular) não traria novas informações aos argumentos de L2 (procurador geral do município) e que L4 (representante do sindicato) ficou sem direito de palavra perante graves acusações de L3 em relação às possíveis divergências internas do sindicato.

Neste programa, por mais que o apresentador tenha cedido o turno seis vezes ao procurador geral do município (L2) e apenas duas vezes ao advogado do sindicato (L5), não se pode dizer que L1 estava a favor da prefeitura ou contra o sindicato, ou vice-versa. As poucas perguntas a L5 pode justificar-se por sua representativa participação no debate por meio de tomadas de turno ou pela logística natural de sequências conversacionais que surgem na discussão.

O apresentador também concede cinco vezes a fala a L4 (membro da direção do sindicato) e quatro vezes ao coordenador de participação popular da prefeitura (L3). No entanto, percebe-se um jogo neutro entre concessão, negação e interrupção de fala por parte do mediador, que exerce o papel de “gestor da palavra”, proposto por Charaudeau (2007). Durante o debate, L1 só não negou o turno apenas para L4, o que é justificado pelo fato de a representante do sindicato se expressar de maneira mais sucinta se comparado aos outros participantes.

Durante o debate, foi percebida a dominância das falas de L2 (procurador geral do município). Frequentemente, L2 assaltava os turnos dos demais participantes, principalmente daqueles de outra formação discursiva, além de, por vezes, pedir ao mediador o direito de falar. Já L4 foi o locutor que menos apareceu, ainda que L1 (mediador) tenha lhe concedido cinco vezes o turno.

4.5.2 A conversação no 2º programa

Neste programa, o mediador concedeu o turno 10 vezes aos locutores: quatro para a secretária de Educação Básica do Estado do Ceará (L3); três ao membro da direção do sindicato (L2); e três à professora autônoma (L4). Neste programa, há menos intervenções e tomadas de turno. Os locutores falam em grandes blocos sem serem interrompidos com muita frequência. Os trechos apresentados a seguir irão mostrar um pouco da interação entre os locutores e a participação do mediador na concessão e interrupção das falas.

No próximo trecho, L3 (secretária de educação) fala sobre a sustentação do orçamento do estado, quando L1 (mediador) interrompe e passa a palavra para L2 (representante do sindicato).

(22) L3: /.../ então (+) pela proposta (+) eh: esse esse percentual (+) ele era calculado em cima do vencimento' do do do nível 1' e não do nível que o professor tava

L1: [certo (+) agora L3³¹

L3: então tinha esse questionamento que ESTÃO aí que o governo já tem afirmado' ah ah ah assim' estão À MESA novamente, pra que nós possamos fazer' né' os devido (+) as contas' né' sempre' porque nós lidamos com a sustentabilidade de um orçamento' isso aí a gente não pode (+) né' infelizmente

L1: fugir

L3: é (+) fugir disso (+) orçamento de pessoal, quem conhece um pouco de orçamento público sabe o que que é né' então

L1: [hein L2³² cê qué falar''

L2: quero (+) eu gostaria de falar um pouquinho

L3: [[bem questionável esse ponto

L1: eu tenho umas perguntas aqui

L2: [eu eu

³¹ Fala o nome da secretária de educação.

³² Fala o nome do representante do sindicato.

L1: depois da fala do L2³³ eu vou fazer' pra dar atenção ao ouvinte aqui

L2: eu acho que é necessário a gente esclarecer à sociedade (+) até porque estão ouvindo agora (+) fazer um breve histórico (+) porque chegamos até esse momento /.../

No momento da interrupção, L3 já dava sinais de que estaria concluindo sua fala. Para Marcuschi (1998), a conclusão de um enunciado, entonação baixa, pausa e hesitação são marcadores relevantes que indicam a conclusão do turno, entretanto, não são absolutos. Ainda que a fala de L3 (secretária de educação) no momento da interrupção apresentasse esses sinais, o uso do “então” marcava que o turno ainda não tinha se completado, resultando numa tomada de turno e em sobreposição de vozes provocada por L1 (mediador).

No momento da interrupção por L1, a secretária de educação já vinha falando durante cerca de 8 minutos em respostas a questionamentos lançados pelo mediador. Então, a interrupção teve o caráter de fazer a conversa seguir com outras opiniões. Ao conceder a palavra a L2 (representante do sindicato), o mediador não lançou um tema, o que fez com que o tópico sobre orçamento público mudasse para outro totalmente diferente, sobre o histórico que explicava a greve.

Em (23), L2 fala sobre a tabela salarial proposta pelo governo.

(23) *L2: /.../ se outro nível é 2 mil reais (+) era 200 reais, né' fica fixa (+) (+) era um valor fixo (+) era como se fosse do primeiro nível (+) 100' se o primeiro nível*

L1: [não seria mais percentual''

³³ Fala o nome do representante do sindicato novamente.

L2: não seria mais percentual' seria algo fixo (+) então isso é uma perda pra gente (+) então por isso é que nós somos contra isso (+) né'' (+) (+) o:::

L1: porque de todo jeito percentualmente você tem uma indexação'

L2: clã:::ro claro (+) então a gente não (+) mhm mhm essa tabela não tinha isso.

L3: [era percentual' mas sempre ao nível 1 (+) né''

L2: é (+) sempre ao nível UM

L3: se o nível (+) (+) quando aumentasse o o o::: a revisão de salário' o aumento de salário' teria também o aumento' mas sempre no nível 1 e não no nível que a pessoa tá

L2: [mas isso causaria uma perda enorme (+) né'' porque a gente não tem aqui' isso era algo absurdo' (+) outra coisa' as gratificações né' então não haveria mais o nível para mestrado' o nível para especializaç/ ganha uma gratificação' foi o que a professo:::ra:: (+) Rita né''

L4: Ritacy

L2: Ritacy falou /.../

Durante a fala do representante do sindicato (L2), o locutor recebe intervenções de seus interlocutores, não numa forma de tentar assaltar o turno ou de negar algo que está falando, mas de uma maneira a complementar sua fala. A secretária de educação

(L3), por exemplo, fala para explicar como era a tabela, e não para defendê-la, complementando a resposta de L2. No trecho, o mediador faz perguntas sobre o tópico em discussão, de forma a manter a sequência de turnos de L2.

No trecho seguinte, L3 (secretária de educação) é interrompida pelo mediador e tem seus argumentos contrapostos por L4 (professora autônoma).

(24) *L3: /.../ ainda é muito pouco' num é' porque (+) os professores da rede estadual (+) que na maioria deles (+) trabalha com o ensino médio (+) enfrentam grandes problemas com a base escolar fragilizada desses meninos' então*

L1: [ô, L3³⁴, eu lamentei cortar agora porque os outros

L4: [eu gostaria de responde::r

L1: eu só tenho mais 4 minutos' gostaria de...

L4: [ok (+) L3' eu sei que os computadores' a doação dos computadores vem de uma lei (+) o que eu questionei não foi isso' nem um professor vai ficar insatisfeito por seu aluno receber um computador

L3: [É (+) com certeza

L4: [o que eu estou falando é que esta propaganda surgiu imediatamente agora porque foi a mane::ira de contra ataca:::r do governo no momento, tendeu'' E E:: por falar em informação (+) você tem sempre tocado nesse ponto (+) você tocou na informação sobre

³⁴ Fala o nome da secretária de educação.

o orçamento (+) o orçamento (+) se o estado quiser (+) ele pode retirar algo de outra parte e colocar na educação (+) se nós temos um problema grave de educação' então esse orçamento tem que ser revisado (+) é preciso haver (+) isso inclusive conforme a própria Constituição

L1: mhm mhm

No momento da interrupção pelo mediador, a secretária (L3) expôs seus argumentos por um grande período de tempo, novamente, cerca de 10 minutos seguidos. Nesse período, o mediador faz perguntas, mas tenta interromper a secretária quatro vezes. Quando L1 (mediador) interrompe L3, a professora autônoma (L4) aproveita para tomar o turno e contrapor os argumentos de L3. Durante a fala de L4, o mediador tenta interrompê-la, emitindo sons guturais e não lexicalizados.

Durante os dois debates, percebe-se uma forte presença de recursos verbais, uma classe de marcadores própria da língua falada, como o “né” e o “não é”. De acordo com Marcuschi, esses recursos formam uma classe de palavras ou expressões altamente estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência, que “não contribuem propriamente com informações novas para o desenvolvimento do tópico, mas situam-no no contexto geral, particular ou pessoal da conversação” (Marcuschi, 1998, p. 63). O autor afirma que alguns recursos não são sequer lexicalizados, como “mm”, “anrram”, entre outros, também utilizados pelos outros locutores.

Neste programa, percebe-se a grande predominância das falas da secretária de educação. No entanto, essa predominância não se configura como uma parcialidade na condução do programa pelo mediador. Já perto do fim do debate, ao receber perguntas dos ouvintes, o mediador fala para a secretária: “você é a vidraça, obviamente, é aquela que representa o governo aqui. Tá no papel de vidraça. E haja pedra”. São muitas as acusações feitas ao governo, por isso a maior quantidade de perguntas é para a secretária (L3). No entanto, quando L3 tem a posse do turno, ela sabe como utilizá-lo, falando por longos períodos de tempo se comparado a seus interlocutores.

Os poucos questionamentos direcionados ao sindicato e os longos turnos de fala de L3 (secretária de educação), leva a perceber a dominância da representante do governo durante o debate. A forma polida em que agia contribuía para L3 continuar falando e para conseguir a empatia do ouvinte, diante da grande repercussão negativa do Governo do Estado no desenrolar dessa greve. L1 (mediador), no entanto, tentava interromper quando a secretária falava por muito tempo, mas nem sempre o assalto era eficaz.

5 Considerações finais

Neste trabalho, analisamos o discurso e a conversação de duas edições do programa Rádio Debate: uma que discutiu a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza e outra que debateu a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará. O objetivo era compreender como o discurso do debate radiofônico é construído pelas diversas vozes que compõem a produção de sentido sobre um tema polêmico, no caso, a greve.

Composto por diversas formações discursivas, o debate produziu diferentes pontos de vista sobre o tema greve. As FDs³⁵ que representavam as categorias profissionais dos professores concordam que ambas as greves só iniciaram porque haviam cessado as negociações, dentre outros motivos. Já as FDs que representavam o governo, nos dois programas, defendiam que ambas as greves eram injustificáveis nos contextos em que ocorriam.

Dentro das particularidades de cada programa, são encontradas diferenças e similaridades nas formações discursivas análogas, bem como na condução da conversação dos programas. Em comum, nas FDs que representavam os trabalhadores, encontramos o ponto de vista de legitimidade do instrumento greve e o sentimento de que é algo desgastante, utilizado apenas quando não há outra solução. Percebeu-se também a necessidade de afirmar, em ambos os programas, que o sindicato não “gosta” de greve.

A postura do Sindiute (1º programa) é mais agressiva se comparada à posição do sindicato Apeoc (2º programa). No entanto, consideramos que esse tipo de atitude durante o debate depende também do modo de agir dos interlocutores das demais

³⁵ Formações discursivas.

formações discursivas. Os representantes da prefeitura, no primeiro programa, atacam os integrantes do sindicato de maneira direta, não fazendo muito uso da polidez nas falas. Já no segundo programa, a representante do governo, secretária de educação básica, tem uma postura mais contida em relação ao membro do sindicato e à professora autônoma que estava presente.

O mediador, que compunha a FD1 em ambos os programas, representava a Rádio Universitária por meio do Rádio Debate. Poucas foram as vezes que o mediador colocou sua opinião diretamente. Ainda que possua um passado sindical e que atue num programa patrocinado por dois sindicatos e idealizado por um ex-presidente de sindicato, o mediador não privilegia uma formação discursiva em detrimento de outra. O que acontece no Rádio Debate, que pouco ocorre na mídia tradicional, é a concessão de espaço para o movimento sindical ter oportunidade de fala.

No primeiro programa, o mediador mostrou que considera greve desgastante, difícil e geradora de problemas físicos e emocionais. Percebe-se que o apresentador é contido e procura manter-se calmo diante da tensão dos outros participantes. No primeiro programa, os turnos foram concedidos em maior quantidade aos representantes da prefeitura, mas a diferença não foi significativa e não privilegiou ou mostrou concordância com nenhuma das partes: ponderou que “houve exagero” quando necessário e afirmou duas vezes “o clima tá tenso”, numa forma de conter os ânimos dos convidados. No segundo programa, os turnos foram concedidos de maneira praticamente igual pelo mediador.

Em relação à conversação, os programas possuem algo em comum: as estratégias utilizadas no discurso vão definir a maneira como a conversação é conduzida. No primeiro programa, por diversas vezes os locutores não utilizam recursos de polidez e fazem acusações de forma deliberada num programa ao vivo. Por isso, a conversação do primeiro programa ocorre de maneira conflituosa, havendo diversos assaltos a turnos, sobreposição de vozes e falas simultâneas, o que prejudica o entendimento do ouvinte, mas mostra a situação de conflito no contexto de uma greve.

No segundo programa, também há conflito, mas os locutores utilizam mais da polidez e se mostram mais abertos a opiniões divergentes, o que gera uma conversação mais fluida, com poucas interrupções. Aqui, os locutores falam em grandes blocos sustentados por diferentes perguntas do mediador. A quebra se dá, geralmente, pelo próprio mediador, que percebe a necessidade de iniciar outra questão com outro locutor. O segundo programa possui poucas sobreposições de vozes, o que facilita o entendimento do ouvinte e aponta que a circunstância *parece* ser menos tensa.

Ainda que a distribuição de turnos pelo mediador tenha sido considerada homogênea, percebe-se a predominância das falas de representantes do governo em ambos os programas. No primeiro programa, o procurador geral do município expôs seus argumentos mais vezes do que os demais participantes. Para alcançar essa predominância, o locutor utilizou a eloquência que provavelmente adquiriu na sua profissão, além de assaltos a turnos e pedidos ao mediador de concessão de fala, que foram duas vezes negados.

No segundo programa, houve um grande domínio das falas da secretária de Educação Básica. A locutora não se utilizava da eloquência nem de constantes assaltos a turnos, mas da polidez, que abriu espaço para suas falas. Foi percebido também que quando lhe era concedido um turno, a secretária tentava utilizá-lo ao máximo, falando por longos minutos. Em um dos seus blocos de fala, ela utilizou uma sequência de 10 minutos. A polidez utilizada pela secretária pode ser considerada como uma estratégia, de modo a não ocasionar conflito durante o debate, pois, naquele contexto de greve, a imagem do Governo do Estado já estava bastante prejudicada pela repercussão das possíveis declarações negativas do governador a respeito da carreira do magistério e do confronto entre policiais e grevistas na Assembleia Legislativa.

De acordo com os resultados da análise, percebemos que o funcionamento do debate radiofônico depende de todos os envolvidos no processo, começando pela seleção das temáticas. Ao escolher um tema, o produtor deve refletir sobre como vai ser feita a seleção dos convidados daquele programa. Uma escolha que não preze pelos múltiplos lados de uma temática e não contemple diferentes formações discursivas gera

um discurso pobre em relação à diversidade das vozes. A questão tem destaque maior quando o debate gira em torno de um tema polêmico.

Quando tema e convidados estão selecionados, cabe ao mediador pensar em como a fala de cada locutor se comporta no debate. Ao distribuir os turnos, deve ser levado em conta a possível predominância das vozes e os assaltos a turnos. A partir da experiência do Rádio Debate, consideramos que o mediador não precisa ser uma figura passiva. Na verdade, o mediador, ainda que aparentemente se mantenha distanciado, ele conduz o debate, fazendo o papel de “gestor da palavra”, proposto por Charaudeau (2007). Diversas vezes, ainda que maneira contida, L1 troca experiências sobre a greve com os outros locutores e lança comentários sobre o debate, sem roubar a cena de seus interlocutores.

A partir desses resultados sobre as relações de forças que o debate radiofônico proporciona, entendemos que o objeto, uma vez analisado, permanece para novas abordagens. Esta análise não é absoluta, e sim parte de todo um processo produção com suas circunstâncias próprias. “Todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos” (Orlandi, 2000, p. 64). Cada novo olhar sobre o *corpus* conduzirá a novos resultados por outros analistas em outras conjunturas.

O Rádio Debate, até o momento de conclusão desta pesquisa, não foi objeto de outras investigações. Entendemos que ele não se esgota em uma única análise, abrindo caminho para outras muitas pesquisas neste campo ainda tão pouco explorado que é o do radiojornalismo. Nossa abordagem teve foco no discurso do debate radiofônico, deixando de lado muitas outras questões que não caberiam neste trabalho monográfico. Fizemos uma análise que se debruçou sobre a linguagem, ficando apenas na superficialidade das questões do campo do Jornalismo, como a construção da pauta, as rotinas produtivas e os procedimentos jornalísticos, que podem dar origem a outras pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIRNI, Zélia. Rotinas produtivas do jornalismo em Brasília. In: PORTO, S. D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

ALMEIDA, Alda de. *O gênero debate e o mito da superficialidade no rádio: a experiência do programa Além da Notícia*. Estudos em Jornalismo e Mídia, 2004. Disponível em: www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1897/1806. Acesso em 2 jul. 2012.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2010.

_____. *Estética da criação verbal*. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARBOSA FILHO, André. *Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio*. São Paulo: Paulinas, 2003.

BLOIS, Marlene. *Rádio educativo no Brasil: uma história em construção*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_blois.pdf>. Acesso em 2 jul. 2012.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2007.

CORBUCCI, Paulo Roberto. *As universidades federais: gastos, desempenho, eficiência e produtividade*. Texto para discussão n. 752. Brasília: Ipea, 2000. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2000/td_752.pdf>. Acesso em 2 jul. 2012.

DEUS, Sandra de. *Rádios das universidades federais: função pública e compromisso laboratorial*. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2003. Disponível em: <www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP06_de>

us.pdf>. Acesso em 2 jul. 2012.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 1993.

KAPLÚN, Mario. A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, vol. II, 2008.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 1997.

LIMA, Raimundo Nonato de. *Dialogismo, polifonia e argumentação: efeitos de objetividade/imparcialidade na notícia radiofônica*. 2002. 172 f.. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 1997.

MARCUSCHI, Antônio Luiz. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 1998.

MCLEISH, Robert. *Produção de rádio: um guia abrangente de produção radiofônica*. São Paulo: Summus, 2001.

MEDITSCH, Eduardo. *O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo*. Florianópolis: Insular, Editora da UFSC, 2001.

MEDITSCH, Eduardo; BETTI, Juliana Gobbi. Kaplún e o rádio a serviço da emancipação. In: MEDITSCH, E.; ZUCULOTO, V. (Org.). *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, vol. II, 2008.

OLIVEIRA, Dennis de. A classe operária como minoria: análise do discurso do Sindicato dos Químicos de Guarulhos. In: FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). *O impasse da comunicação sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens*. São Paulo: Cebela, 1995.

OLIVEIRA, Jair António de. *Polidez e identidade: a virtude do simulacro*. Bocc, 2005. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/oliveira-jair-polidez-identidade.pdf>>. Acesso em 2 jul. 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2000.

PRADO, Emílio. *Estrutura da informação radiofônica*. São Paulo: Summus, 1989.

VELEZ, Maria Margarita Londoño. *As folhas do diário: um estudo dos gêneros jornalísticos e mudanças na Folha de S. Paulo*. 1985. 180 f.. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Sites

Decreto Nº 5.396. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5396.htm>. Acesso em 17 mai. 2012.

Lei Nº 11.738. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11738.htm>. Acesso em: 4 jun. 2012.

Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em 12 mai. 2012.

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Ceará. Disponível em: <www.prex.ufc.br/index.php?option=com_content&task=view&id=106&Itemid=99>. Acesso em 17 mai. 2012.

“Professor deve trabalhar por amor, não por dinheiro”, diz Cid. Último Segundo.

Disponível em:

<ultimosegundo.ig.com.br/brasil/ce/professor+deve+trabalhar+por+amor+nao+por+dinheiro+diz+cid/n1597184673225.html>. Acesso em: 4 de jun. 2012.

Documentos

MAMEDE, Paulo. *Assessoria de imprensa* – uma proposta para ousar. Fortaleza, 1995.
(Documento pertencente aos arquivos da Rádio Universitária FM).

Rádio FM Universitária – proposta programa de debate. Fortaleza, ca. 1995.
(Documento pertencente aos arquivos da Rádio Universitária FM).

ANEXOS

ANEXO 1

FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA

REGIMENTO DA RÁDIO UNIVERSITÁRIA (FM), APROVADO PELO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA, NA REUNIÃO DE 07 DE OUTUBRO DE 1980.

Art.1º. A FUNDAÇÃO CEARENSE DE PESQUISA E CULTURA, foi criada pela Universidade Federal do Ceará e instituída como órgão privado através da escritura pública de 18 de janeiro de 1977, no Cartório do 1º Ofício de Notas, da Comarca de Fortaleza. Livro nº 7-D, manterá nos mesmos termos dos Arts. 5º, §§ 1º e 2º, e 8º de seu Estatuto, uma emissora de Radiodifusão em Frequência Modulada, que se regerá por este Regimento, pelo Estatuto da Fundação e pela legislação pertinente em vigor.

Parágrafo único - A Emissora adotará, como de fantasia, o nome de “Radio Universitária (FM)”.

Art. 2º. A Emissora funcionará sob a responsabilidade da Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, não se permitindo que pessoas outras, físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, sobre ela exercem qualquer tipo de controle, direto ou indireto.

Art. 3º. A emissora dedicar-se-á, sem finalidades comerciais, a uma programação de caráter sócio-educativo-cultural, perseguindo, sobretudo, os seguintes objetivos:

- d) estimular, na Comunidade, a memória e o registro das manifestações culturais do Ceará, no intuito de gerar soluções criativas para a

resolução dos problemas comunitários, em consonância com a tradição cultural;

- e) provocar, na Comunidade, por meio da informação e do debate crítico, sobre os problemas que a afligem ou os eventos a que ela assiste, atitudes de reflexão e criatividade que a induzam a mudanças de comportamento;
- f) prestar à população, principalmente à carente sob o prisma sócio-educativo, informações sobre técnica e condutas de utilidade social, produzidas com a orientação de especialistas das Instituições de Ensino Superior do Estado Ceará.

Art. 4º. Na realização dos objetivos mencionados no artigo anterior, a Emissora procurará atender às diretrizes da política nacional de educação e cultura, fixadas pelo Ministério de Educação e Cultura, e, ao mesmo tempo, emprestar amplitude e substância às iniciativas dessa natureza que se manifestem nas Instituições de Ensino Superior localizadas na área geográfica por ela alcançada, às quais, a qualquer tempo, ficará aberto espaço à participação.

CAPÍTULO II

Estrutura Administrativa

Art. 5º. A Emissora será administrada pelos seguintes órgãos, subordinados, na estrutura administrativa da Fundação, à Secretaria Executiva e ao Conselho Curador, nos planos executivo e deliberativo, respectivamente:

- I. - Conselho Diretor;
- II. - Conselho de Programação;
- III.- Setores Especializados.

Art. 6º. O Conselho Diretor, órgão superior de administração específica da Emissora, será composta de 5 (cinco) membros, designados pelo Secretário Executivo da Fundação, dentre docentes das Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará que, em convênio com a Fundação, hajam-se comprometido a uma participação efetiva e contínua na programação da Rádio Universitária (FM).

Parágrafo único - Dentre os membros do Conselho Diretor, o Secretário Executivo da Fundação designará um Diretor Executivo a quem incubirão as tarefas da rotina administrativa da Emissora, nos termos deste Regimento, e, ao mesmo tempo, a presidência das reuniões do Conselho Diretor e do Conselho de Programação.

Art. 7º. São Competências do Conselho Diretor:

- a) exercer, nos termos deste Regimento, a administração dos serviços gerais específicos da Emissora;
- b) elaborar planos gerais e plurianuais de ação administrativa da Emissora, submetendo-os à aprovação da Secretaria Executiva e do Conselho Curador da Fundação;
- c) emitir normas disciplinadoras do funcionamento interno da Emissora;
- d) realizar a seleção e a avaliação do pessoal técnico e administrativo da Emissora, fazendo a Secretaria Executiva da Fundação indicações para fins de contratação ou rescisão contratual;
- e) manifestar-se, quer pela apresentação de propostas quer pela emissão de pareceres, nos casos de administração de pessoal da Emissora, junto à Secretaria Executiva da Fundação;
- f) manter informada a Secretaria Executiva da Fundação sobre as atividades desenvolvidas no âmbito da Emissora, oferecendo subsídios à elaboração de relatórios e de propostas orçamentárias a serem encaminhados ao Conselho Curador da Fundação;
- g) assessorar a Secretaria Executiva da Fundação na elaboração e execução de projetos de crescimento quantitativo e qualitativo da entidade, no que tange a serviços de radiodifusão;
- h) cumprir e fazer cumprir este Regimento, o Estatuto da Fundação e a legislação pertinente em vigor.

Art. 8º. O Conselho de Programação, órgão de natureza consultiva, subordinado ao Conselho Diretor, será composto de 5 (cinco) membros, designados pelo Secretário Executivo da Fundação, escolhidos entre docentes efetivamente vinculados às iniciativas técnico-sócio-educativas e culturais nas Instituições de Ensino

Superior do Estado do Ceará que, em convênio com a Fundação, hajam-se comprometido a uma efetiva e contínua participação na programação da Emissora.

Art. 9º. São competências do Conselho de Programação:

- a) definir a filosofia de ação pedagógico-cultural da Emissora, estabelecendo-lhe as linhas de programação e submetendo-as ao Conselho Diretor;
- b) programar e executar, com assistências dos setores especializados, cursos de natureza tele-educativa;
- c) promover a articulação entre a emissora e as comunidades acadêmicas das Instituições de Ensino Superior que participem da programação da Emissora;
- d) promover estudos e propor medidas que objetivem a divulgação, a expansão e a qualidade maior do sistema de radiodifusão;
- e) assessorar a administração da Emissora, em seus diversos níveis, em assuntos relacionados com a educação e a cultura;
- f) exercer outras atividades inerentes à sua natureza, decorrentes de normas a serem emitidas pelo Conselho Diretor.

Art. 10. Os servidores especializados de radiodifusão serão realizados pelos seguintes setores, subordinados ao Conselho Diretor:

- I. - Setor de Produção;
- II. - Setor de Apoio Técnico;
- III.- Setor de Engenharia.

Art. 11. Ao Setor de Produção compete:

- a) elaborar a programação diária da Emissora;
- b) supervisionar a execução dos programas e os horários de emissão;

- c) produzir e realizar programas de natureza sócio-educativos e culturais, obedientes à linha de programação da Emissora.
- d) assistir o Conselho Diretor e o Conselho de Programação em assuntos relacionados com a produção e a realização de programas de radiodifusão;
- e) exercer outras atividades inerentes ao setor e decorrentes de normas a serem emitidas pelo Conselho Diretor.

Art. 12. Ao Setor de Apoio Técnico compete:

- a) planejar, coordenar, controlar e avaliar as atividades relacionadas com a produção de recursos de radiodifusão;
- b) executar serviços (de datilografia, mecanização e outros), necessários à produção e realização de programas radiofônicos;
- c) organizar, coordenar e controlar o funcionamento da biblioteca, da discoteca e dos arquivos do material produzido;
- d) responsabilizar-se pela manutenção e guarda de discos, fitas magnéticas e, enfim, de todo material confiado ao setor;
- e) assistir professores e especialistas no planejamento e na utilização adequada dos recursos de radiodifusão;
- f) analisar e verificar a viabilidade técnica de produção dos recursos solicitados nos roteiros;
- g) executar outras tarefas inerentes ao Setor e decorrentes de normas a serem emitidas pelo Conselho Diretor.

Art. 13. Ao Setor de Engenharia compete:

- a) assegurar a manutenção técnica permanente, bem como a continuidade e a credibilidade, perante o público, da programação da Emissora;

- b) supervisionar o desempenho dos funcionários do Setor;
- c) assessorar o Conselho Diretor no que se refere ao planejamento e à execução de projetos de expansão da Emissora;
- d) acompanhar permanentemente as inovações tecnológicas, métodos, sistemas de operação e a qualidade técnica dos equipamentos da radiodifusão;
- e) exercer outras atribuições inerentes ao Setor e decorrentes de normas a serem emitidas pelo Conselho Diretor.

CAPÍTULO III

Disposições Gerais e Finais

Art. 14. A Programação produzida na Emissora será mantida à disposição do Ministério de Educação e Cultura para fins de veiculação em emissoras educativas de outro municípios, Estados, Territórios e da União.

Art. 15. Extinta a Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura, os bens e direitos que constituírem o patrimônio da Emissora passarão a integrar, nos termos do que dispõe o Art. 8º da Fundação, o acervo patrimonial de uma nova fundação, que terá a finalidade exclusiva de produzir e veicular programas de radiodifusão.

Art. 16. O presente Regimento poderá ser alterado mediante proposta do Conselho Diretor da Emissora à Secretaria Executiva e aprovação pelo Conselho Curador da Fundação.

Art. 17. O presente Regimento entrará em vigor a partir da sua publicação no DIÁRIO OFICIAL.

Aprovado na sessão de 07 de outubro de 1980.

ANEXO 2

Transcrição do programa Rádio Debate sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Municipal de Ensino de Fortaleza (exibido no dia 17.06.2011)

Agostinho: Bom dia, ouvintes da Rádio Universitária, são 11 horas e 30 minutos, estamos entrando no ar e hoje nós vamos discutir a greve dos professores da rede municipal de ensino, que se arrasta desde o final de abril de 2011. A principal reivindicação da categoria é o pagamento do piso salarial, que foi mantido pelo Supremo Tribunal Federal, o STF. Os professores também pedem eleições diretas para diretores das escolas municipais, correção do plano de cargos, carreiras e salários e prestação de contas do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, Fundeb. Na semana passada, houve um confronto entre os grevistas e a guarda municipal. Os professores barraram a entrada dos vereadores no portão de entrada e a guarda municipal usou spray de pimenta e de gás lacrimogêneo para dispersar os manifestantes. Na última quarta-feira, dia 15, a Justiça do Ceará declarou a ilegalidade da greve em ação pedida pela Procuradoria Geral do Município. Para falar sobre o assunto, eu estou recebendo aqui na Rádio Universitária FM, o Doutor Martônio Mont'Alverne, que é Procurador Geral do Município, o Elmano Freitas, que é Coordenador de Participação Popular da Prefeitura de Fortaleza, que ainda não chegou, tá a caminho daqui. Está aqui conosco também a Silvana Oliveira, que é da Direção Colegiada do Sindicato Único dos Trabalhadores da Educação, Sindiute, e também o Doutor Valdecy Alves, que é advogado do Sindiute. Aos três, muito obrigado pela presença. Daqui a pouco o Elmano tá chegando. Eu vou começar pela Silvana, perguntando por que os professores ainda insistem na greve, tendo em vista a decretação da ilegalidade e há a informação de que a Prefeitura está já consolidando o pagamento do piso.

Silvana: Bom, bom dia pra todos, boa tarde, né? Já é boa tarde?

Agostinho: Não, é bom dia ainda.

Silvana: Bom dia? E... eu queria dizer que o piso que a Prefeitura apresenta, ele não existe. O piso nosso é 1.587.

Agostinho: O valor que vocês estão reivindicando?

Silvana: O valor do piso real. O que é o valor do piso? O valor do piso é 950 em 2008, e os reajustes custo-aluno de 2009, 2010 e 2011. Então, nós estamos lutando por uma lei que foi aprovada pelo presidente Lula e reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal. Então, a gente não está lutando por um reajuste comum, a gente tá lutando por uma lei e que é uma lei do Partido dos Trabalhadores, porque eu também sou do Partido dos Trabalhadores. Então, assim, a gente não entende porque a Prefeita, que é do Partido dos Trabalhadores, ela nega esse direito aos professores. E tá acontecendo que cada vez que ela ameaça os professores, tá ficando igual a bolo, quanto mais ela bate, mais aparece gente, mais incha. Porque que a gente não entende o que ela está querendo fazer. Mais um desmando dela.

Agostinho: Agora, qual o valor que a Prefeitura está efetivamente pagando? O que é que a Prefeitura reconhece como piso?

Silvana: Bom, o que ela tá dizendo que quer pagar, ela tá tirando da nossa gratificação, 15%. Nós temos 50% de gratificação, ela pega esses 50% tira 15, joga no VB, que é o salário base da gente...

Agostinho: Certo.

Silvana: E diz que tá pagando o piso. Ora, se ela tira e coloca no VB, e todos os descontos incidem em cima do VB...

Agostinho: Certo.

Silvana: Do salário base... Então, quando chegar a folha desse mês de julho, né, que é referente a junho, a gente vai tá ganhando menos do que a gente tava ganhando nos meses anteriores.

Agostinho: Unrrum. Bom, está aqui conosco o Doutor Francisco Mont'Alverne, que é o Procurador Geral do Município. Mont'Alverne como é que você responde a essas reivindicações e às ponderações aqui feitas pela Silvana?

Mont'Alverne: Bom dia, bom aos ouvintes da Rádio Universitária, bom dia Agostinho, bom dia Silvana, bom dia ao doutor Valdecy Alves, advogado do sindicato. Antes de mais nada, Agostinho, eu gostaria de me estender um pouco mais na resposta às formulações que a Silvana faz e para dizer no primeiro momento o seguinte, o que eu sempre tenho repetido, e até porque foi mencionado aqui o fato do Partido dos Trabalhadores está no Governo, o que é verdade, a Lei do Piso é de um governo do Partido dos Trabalhadores. Eu também, claro, sou filiado do Partido dos Trabalhadores e dizer, num primeiro momento, o seguinte: uma greve num estado autoritário de serviço público como nós tínhamos há 20 anos atrás e, que eu mesmo quando militante do PT ajudava e os próprios militantes do PT, tem um significado, porque é uma greve contra o estado autoritário, então a greve ela tinha esse significado positivo para a democracia. Uma greve do servidor público, na verdade, num Estado democrático como o nosso, diligente, intervencionista, onde se tem uma Constituição com força dirigente nesse sentido, ela adquire uma outra conotação, além do mais em Governos eleitos com ampla liberdade de manifestação, de pensamento, de ideias e de associação.

Agostinho: Agora, Dr. Mont'Alverne, o piso que a Prefeitura quer pagar, qual é o valor?

Mont'Alverne: Calma, eu vou chegar lá, porque essa inclusive faz parte da argumentação do pedido de ilegalidade de greve formulado pela Procuradoria Geral do Município, pelo Município de Fortaleza. É baseado nesse critério e baseado no critério, sobretudo, de que num estado democrático, como o nosso, o interesse público prevalece, na verdade, sobre o interesse localizado. Portanto, não tem nada absolutamente de anormal, ou seja, era até esperado, o sindicato, os advogados sabem

disso e aqueles que observam sabem disso, de quando existe esse eventual choque de conflito, o interesse público prevalece. Então, esse é o momento, esse é o motivo, fundamento, na verdade, do requerimento do município de Fortaleza, sobre a legalidade da greve. [Agostinho começa a falar ao mesmo tempo]

Agostinho: Bom, a Justiça reconheceu a ilegalidade, né?

Mont'Alverne: Claro! E a justiça reconheceu a ilegalidade e o sindicato insiste, na verdade, em não cumprir e, naturalmente, claro, da mesma maneira como quando o sindicato alega que o município de Fortaleza... Outros sindicatos, não só o Sindiute, mas o Sindfor, alega o descumprimento do Município de Fortaleza, o primeiro sindicato é o primeiro, inclusive, a requerer a minha prisão, como já foi requerida algumas vezes. E isso, em cogitar prisão por descumprimento de lideranças sindical, sequer o Município de Fortaleza cogita, eu gostaria de deixar isso claro. [Agostinho corta] Segundo, sobre o piso...

Agostinho: Sobre o piso...

Mont'Alverne: O valor que o sindicato apresenta, tá certo, é um valor, é verdade, de 1.587 para 2012. O problema é que o sindicato não aceita de que o piso de 2008 foi fixado para o de 2009, e a variação de 2009 para valer em 2010, e a de 2010 para valer em 2011, essa é a primeira divergência que existe. O sindicato não aceita esta argumentação. Ainda que assim seja, o sindicato tem 50% de regência de classe, fora os adicionais por titulação e que, portanto, nós ultrapassamos esse valor, ou seja, nós temos 32 níveis para o grupo magistério superior e nós temos o mesmo número de níveis para o grupo magistério de nível médio, que são os professores mais antigos que não tem a graduação como era... Passou-se a exigência da LDB a partir de 1996. E nesse sentido temos 56% dos docentes que recebem o incentivo do adicional por especialização, fora os 50%.

Agostinho: Agora, essa informação que a Silvana deu, do desconto de 15%, é isso é? De 15% para o valor base.

Mont'Alverne: Mas os descontos, os descontos...

Agostinho: Não, mas essa informação que ela deu, que eles receberiam menos que vem ganhando após o reajuste...

Mont'Alverne: Não é verdade, não é verdade. Se se fizer as contas, se se fizer as contas com as tabelas, não correspondem a verdade.

Agostinho fala: Eu vou pedir pro...

Mont'Alverne: Eu gostaria ainda de concluir...

Agostinho: Sim, pois não.

Mont'Alverne: Agostinho, por favor...

Agostinho: Não, pra gente por a coisa pra andar aqui...

Mont'Alverne: Perfeito, perfeito. O que o sindicato, as contas que o sindicato faz, ela parte de uma premissa, no nosso entendimento equivocada, porque este valor do piso é para 2012 e não é para 2011. Essa é a divergência que o sindicato faz, fora as outras, gostaria de dizer que não foram poucas as vezes que o Sindiute foi recebido no Gabinete da Prefeita com a presença da própria Prefeita e nós sabemos da importância dos procuradores, inclusive para assinatura de várias leis de incentivo aos professores. Eu mesmo me lembro de duas ocasiões, ainda no Gabinete da Vila União, onde a Prefeita disse: “se for por vantagem a professores vocês viram aqui várias vezes”, inclusive estava a liderança Gardênia, nessa ocasião, estavam várias lideranças do Sindiute no Gabinete da Prefeita. E os professores, a valorização do professor, da educação pública de qualidade é uma meta da atual gestão. Agora, a Prefeita é governo, a presidenta Dilma é governo, o Governador é governo. O Partido dos Trabalhadores na sua pluralidade, na sua saudável pluralidade, responsável pela vitalidade, ele está no

governo, mas o governo, o partido, o governo é de todos, o governo não é do partido. Então, isso é que o município com responsabilidade tem que administrar as finanças públicas, daí esse impasse todo.

Agostinho: Eu queria ouvir o Dr. Valdecy...

Valdecy: Pois não.

Agostinho: Sobre essas argumentações que faz o Dr. Mont'Alverne...

Valdecy: Ok.

Agostinho: No que diz respeito à aplicação do piso pra 2011/2012, né, e essas contas que são feitas aí. Qual o entendimento que o sindicato tem em relação a essas contas?

Valdecy: Bom dia a todos os ouvintes do programa, né. Bom dia, procurador, Silvana, presidente do sindicato, doutor [incompreensível], que nos acompanha em assessoria, Mara, que tá nos acompanhando e filmando aqui. Olha, Agostinho, né, primeira coisa que a gente queria falar é o seguinte, o valor do piso, né. Olha, há um grande equívoco do município de Fortaleza do ponto de vista de adotar o piso que diz que o MEC fixa e também no entendimento jurídico da procuradoria, a gente respeita o que eles defendem, porém é um grande equívoco, né, e só gera ilegalidade e a grande causa de toda essa tensão e de tudo que está acontecendo, porque a questão é bem simples, né. O que tá em jogo, na verdade, se a gente for esmiuçar, n'ê nem o valor do piso, é qual é o índice de reajuste do piso, é aí que tá o nóculo da questão. Então, você tem que em 2008, o valor do piso é 950 reais e este piso, criado pela União, foi confirmado pelo Supremo, no sentido que compete à União criar o piso. Bom, 950, esse é o valor válido a partir de janeiro de 2009. O reajuste do piso está previsto onde? Na lei do piso... Tá no artigo 5º, parágrafo 2º da lei do piso. Lá tá a regra que é básica, que qualquer pessoa leiga, não precisa ser advogado, para compreender lendo, vai compreender isso.

Agostinho: E o que é que diz o...?

Valdecy: Diz o seguinte: que o piso será reajustado em janeiro de cada ano. Então, a data base de janeiro de cada ano tá na lei federal, e pelo que? Pelo reajuste do índice do valor aluno... E este índice do valor aluno é publicado pelo MEC. A competência do MEC é para publicar até 31 de dezembro qual é o índice do valor aluno. Aí você tem as portarias do MEC, então quando você pega a portaria de 2008, de dezembro de 2008, e a última portaria que fixou o valor aluno pra 2011, o valor aluno que você diminui pra ver qual é a variação do valor aluno é 52,72%. Aí você atualiza o piso, a regra tá lá. Agora, o que que acontece, não sabemos por que o MEC não se limita a fazer o que é da sua competência, inclusive, o poder do MEC, a portaria... O poder que dá competência ao MEC pra emitir a portaria tá no artigo 15 da lei do Fundeb, lei federal 11.494. Eu até desafio o procurador, que eu admiro e respeito como jurista, não é, a dizer qual é a lei, qual é a norma que diz que o MEC tem competência pra fixar piso. Porque ontem eu vi o Elmano na televisão mostrando o site do MEC que tem...

Agostinho: É o Elmano Freitas, né?

Valdecy: O Elmano, que devia tá aqui até pra ajudar o procurador...

Agostinho: Não, ele foi convidado...

Valdecy: ... a explicar as coisas, porque não explica direito, porque o MEC publica no site dele um comunicado, não é nem portaria, até porque o MEC não tem poder de fixar piso. Por que? Porque o Supremo já disse que é a União e não tem na lei dizendo que é o MEC. E a maneira que o MEC divulga isso é mais absurda ainda, é uma publicação qualquer... Então, assim...

Agostinho: Agora...

Valdecy: Este piso... Só concluindo Agostinho...

Agostinho: Pois não.

Valdecy: Este piso que nós estamos pedindo e é matéria do nosso dissídio, nós temos um dissídio também... Tá? O município tá com prazo de 5 dias, que eu creio, né, doutor Mont'Alverne, que acaba amanhã pro município se pronunciar, fazer a contestação...

Mont'Alverne: Segunda-feira, doutor Valdecy.

Valdecy: Ah, porque termina no sábado, né? Aí se prorroga.

Mont'Alverne: Segunda-feira.

Valdecy: 1.450,85, ô Agostinho. E isto é o que tá na lei. Então, assim, nós estamos defendendo com a nossa luta é o próprio princípio da legalidade, é a Constituição, enquanto que o município tá atropelando a Constituição, o princípio da legalidade, juntamente com o MEC. Agora, eu deixo uma pergunta pro procurador, quando ele for falar: nos diga qual é a norma, nós queremos lei, porque nós não estamos num país de ponta de rua, nós estamos num país que é um estado democrático de direito, tem que ter lei, que nos diga qual é a lei que dá competência ao MEC para fixar piso... E dois, como é que o MEC criou esse piso, através de quê?

Agostinho: Agora esse valor que você mencionou, 1.485...

Valdecy: 1.450 e 85 centavos.

Agostinho: 1.450 e 85 centavos. Então, o piso seria esse?

Valdecy: O piso mínimo legal.

Agostinho: Ah, o piso mínimo legal...

Valdecy: O piso mínimo legal. Agora, que que fizeram aqui? Bom, aqui em Fortaleza, criaram um piso de Fortaleza de 1.187,97, embasado num piso pirata, esse piso do MEC

é um piso pirata, inclusive é tão escandaloso, ô Agostinho, é tão vergonhoso esse piso do MEC, que o cálculo pra chegar a 1.187 usaram o valor aluno do ano passado, só que esse valor aluno foi reajustado agora em abril com o consolidado, que mesmo o MEC, se fosse pra ser honesto, ele deveria, já que houve uma correção do valor aluno prá 2010, inclusive muitos municípios estão recebendo a diferença, sequer aplicou, porque ele deveria, mesmo o piso pirata dele, pra poder tá aí publicado, deveria reajustar, porque houve um reajuste pra 2010. Era pra ser mil... O piso pirata era pra ser 1.283. Então, a Prefeitura erra quando adota um piso pirata, um piso pirata ultrapassado e não atualizado e publicado no MEC como um comunicado. Nós estamos em defesa não só do direito da categoria como também do estado democrático de direito, que nós não podemos admitir aqui que quem não tem competência ande criando piso pirata, piso pirata desatualizado, e é isto que embasa a tese do município.

Agostinho: Doutor Mont'Alverne, a questão de valores... Esse valor de 1.587 que é reivindicado. E o valor...

Mont'Alverne: Para 2012...

Agostinho: 2012.

Mont'Alverne: Para 2012, como é feito o cálculo do MEC...

Agostinho: E o que é que a prefeitura quer pagar hoje?

Mont'Alverne: O problema, eu vou... Com todo respeito doutor Valde... A nossa divergência, ao doutor Valdecy... Claro, qualquer argumentação é legítima, nós estamos num debate, num ambiente democrático e de dizer: ora, se a legislação diz que a União Federal é competente para isso, na verdade nesta forma, a qual é o órgão da União Federal responsável pela execução da política educacional, no nível do chamado ensino infantil e ensino fundamental e ensino médio e ensino superior até a graduação, é o MEC, na pós-graduação, claro, o Ministério da Educação tem a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Então, esses não são órgãos da

União? É a União se manifestando a respeito disso. Então, nos causa estranheza a argumentação do doutor Valdecy, ou seja, de repudiar aquilo que o MEC estabelece, porque o MEC é o órgão responsável pela política, pela definição da política de educação.

Agostinho: Agora, quem é que vai intermediar essa diferença de pensamento do...?

Mont'Alverne: Bom, agora, no atual momento, eu gostaria de deixar claro, é... Desde, praticamente, quando a Prefeita Luizianne Lins assumiu, desde 2005, nós já temos aí mais de 220 dias de greve dos professores. Nós entendemos que a greve é um instrumento perfeitamente legítimo, isso aí não é problema nenhum, como também o sindicato tem todo direito de fazer suas manifestações. Nesse, nesse... Durante esse período todo, a Prefeitura até onde se sabe sempre negociou, a Secretaria de Educação, de Administração, de Finanças, sempre negociou com o Sindiute, não só com o Sindiute, mas com as outras categorias. E quando não foi possível a um consenso, a construção de um consenso de acordo, as questões foram pra justiça como várias que nós temos de toda ordem, que foi pro poder judiciário. Então, nesse caso, no que pese... Nós tivemos várias negociações, ainda estamos abertos a várias negociações e temos falado isso nas nossas ações, mas agora o impasse, eu creio que vai ser resolvido pelo poder judiciário.

Agostinho: Eu tenho duas perguntas aqui pro... Antes, eu vou passar prá Silvana... Eu quero registrar aqui o telefonema da Guaraciara e também do Paulo Rubens. Já já, Guaraciara e Paulo, eu faço as perguntas de vocês ao procurador. Silvana, essa questão das negociações, qual é o clima hoje? E, por exemplo, vocês vão manter a greve mesmo? Vão voltar a aula, vão seguir, vão ser submetidos a decisão da justiça no que diz respeito a aplicação de multa diária, salvo engano, no valor de R\$ 10 mil, é isso?

Silvana: Bom, é o que tá dizendo na imprensa...

Agostinho: Certo.

Silvana: A gente ainda não recebeu formalmente o pedido de ilegalidade.

Agostinho: Tá certo.

Silvana: Inclusive, porque...

Agostinho: Pedido não, já a decretação, né?

Silvana: É, a decretação, é. Já... A gente não teve acesso a isso, ninguém... A pessoa responsável para assinar esse documento, inclusive nem aqui está, ela está num congresso em Brasília, tá certo? Então, assim, a gente não teve acesso ainda e então ela ainda não voga, a lei só voga, começa, a partir da hora que...

Agostinho: Que ela é publicada no Diário Oficial, né?

Silvana: É. A nossa, a nossa...

Agostinho: Num é não, doutor...?

Mont'Alverne: Não, a decisão pode ser a decisão com a publicação da decisão, independentemente da, independentemente da intimação, do responsável legal pelo sindicato, pode está onde estiver, mas a decisão for publicada no Diário Oficial ela passa a valer.

Valdecy: Eu queria complementar aqui porque eu acho importante. Eu vejo assim, o que chama a atenção...

Mont'Alverne: Ou o representante legal do sindicato, que é o doutor Valdecy, que está aqui...

Valdecy: Mas tem um detalhe...

Mont'Alverne: ...Que pode ser intimado.

Valdecy: Não, não posso ser intimado.

Mont'Alverne: Pode, doutor Valdecy, o senhor é o representante legal do sindicato e o senhor pode participar de uma audiência no TJ.

Valdecy: Não, não posso! Porque tinha procuração nos autos. [falam ao mesmo tempo]

Mont'Alverne: Então, a procuração é realmente... [rindo]

Valdecy: O dissídio de vocês, nós sequer fomos intimados. Veja bem...

Mont'Alverne: não tem problema. [rindo]

Valdecy: Mas eu gostaria de deixar claro só um detalhe, Agostinho, que é muito importante. Veja só, o nobre procurador, né, colocava que o sindicato desobedece a justiça, não é verdade.

Mont'Alverne: Não, momento, um momento, doutor Valdecy. Eu não falei isso, eu não falei isso...

Valdecy: Por favor... [falam ao mesmo tempo]

Mont'Alverne: Eu disse que eu esperava que com a decisão da ilegalidade, quando o sindicato oficialmente tomar conhecimento, ele é obrigado a cumprir a decisão judicial.

Valdecy: Então, veja bem...

Mont'Alverne: Em nenhum momento eu insinuei que o sindicato vai descumprir a decisão...

Valdecy: Pronto, veja bem.

Mont'Alverne: Calma, deixe-me concluir, doutor Valdecy.

Valdecy: Ok, conclua.

Mont'Alverne: O que eu deixei claro foi que em diversos momentos, quando o município de Fortaleza foi acusado de descumprimento de ordem judicial, eu já tive, eu, o procurador geral do município, pessoa física, tive requerimento da minha prisão da parte no caso, não do Sindiute, do Sindfor. Esta hipótese, eu estou dizendo e repito, foi o contrário, o município não vai requerer prisão de liderança sindical de jeito nenhum. Agora, o município espera que com bom-senso, ou seja, a final trata-se de uma decisão judicial, o sindicato cumpra, que é o que nós queremos, o que não vai impedir de negociar. Foram essas as minhas palavras, doutor Valdecy.

Valdecy: Tá ok, ficou claro, então, doutor Mont'Alverne, ficou claro. Mas, nesse caso, é o seguinte. Agostinho, veja bem.

Agostinho: Certo.

Valdecy: O município... Primeiro a ilegalidade da greve não foi julgada ainda, nós temos uma liminar, onde só foi ouvido o município com a tese dele e o desembargador com base só unilateral do município, sem nos ouvir deu a liminar, ou seja, o julgamento de mérito ainda vai acontecer ainda.

Agostinho: Mas esse julgamento de mérito pode demorar? Quanto tempo?

Mont'Alverne: Mas enquanto isso vale a liminar.

Valdecy: Não, pronto, é isso que eu queria chegar, Agostinho, o que é importante. Então, veja bem, hoje a expedição do mandato de intimação do Sindiute, eu estou

acompanhando pelo sistema, o oficial foi hoje ao sindicato, não encontrou a Ana, porque a Ana...

Agostinho: Oficial de justiça?

Valdecy: Oficial de justiça. Hoje é que ele foi. Agora, o que aconteceu? O que causou toda essa balburdia, desde a declaração de greve? Foi a postura da Secretaria Municipal de Educação. A secretária foi à televisão, logo em seguida, né, tentando, o que eu acho que é um desastre, intimar diretamente pela televisão a categoria, inclusive ameaçando demitir o pessoal de estágio probatório, que eles escolheram o pessoal de estágio probatório pra Cristo. Então, não só divulgaram a liminar como já anteciparam que iam demitir o pessoal do estágio probatório, criando um clima de um terror psicológico insustentável. O que o sindicato disse pra categoria? Olha, nós não tivemos acesso a liminar, nós estamos esperando a intimação até pra poder saber qual é o despacho do desembargador, mas na verdade, a atitude do Poder Executivo... Eu entendo que é uma interferência no Poder Judiciário, porque deveria ter esperado primeiro a gente ser intimado, mas não, já pegou a liminar que... Porque o doutor Mont'Alverne, mais do que eu, pela sabedoria jurídica dele sabe, que numa relação processual só se completa quando o réu é citado. Nós, até hoje, agora de manhã é que nós recebemos uma ligação, pela primeira vez, que o oficial foi ao sindicato e ninguém ia tá lá esperando, se a Ana tivesse lá, tinha assinado, né. Se ele for talvez... Ela tá pra Brasília hoje por conta do encontro da...

Agostinho: Ela é a única pessoa com competência pra assinar...?

Valdecy: Pelo estatuto é, como pelo município só o doutor Martônio e a prefeita. Então, veja bem...

Mont'Alverne: Não, não, os procuradores também, mas esse problema é muito fácil, doutor Valdecy. O senhor como advogado, ou qualquer advogado constituído pelo sindicato, pode ir ao tribunal e se dar por intimado. Por que o senhor não faz isso?

Valdecy: Não, mas veja bem, primeiro...

Mont'Alverne: Porque o senhor não quer ser intimado, claro.

Valdecy: Não, doutor, não, você está fazendo um a afirmação que... o senhor tá aí me acusando, por favor, o senhor está indo além do que deve, por favor, por favor.

Mont'Alverne: Não, não, o senhor está dizendo que o senhor não pode ser intimado.

Agostinho: Não, não, eu to deixando...

Valdecy: Eu quero falar, eu quero falar, deixa eu terminar...

Agostinho: Nós estamos indo bem aqui. A tensão é inevitável...

Valdecy: Eu quero dizer que tenho muito respeito por Vossa Excelência.

Mont'Alverne: Dá mesma forma, doutor Valdecy...

Valdecy: Agora veja bem, veja bem. Agora discordo. Veja bem, veja bem, Agostinho, o que pra nós é inaceitável, por que o município ao ter a liminar deferida não trabalhou para sair logo o mandato e ir até o sindicato e cumprir? Porque, na verdade, juridicamente não existe ainda ilegalidade da greve, juridicamente, existe que a imprensa dá a notícia em tempo real, mas juridicamente tem o direito processual civil tem que ser cumprido, então nós temos que ser intimados. Hoje que o oficial foi. Então, na verdade, pra nós, nós só vamos ter as 48 horas que o desembargador deu pra deliberar ainda, se vamos ou não ser multado, depois que for intimados. Então, na verdade, o que prá nós, a gente repudia veementemente é a postura da secretária de ir pra mídia, numa entrevista terrível, já dizendo a decisão com força de intimação e, pior, já dizendo que ia demitir, isso tá nos jornais tudinho, quem tá em estágio probatório como se as pessoas fossem coisas, porque quem é concursado tem direito a ampla defesa, tem direito ao contraditório, tem direito ao devido processo legal... Eu falo

disso, com a minha humildade, diante de um constitucionalista que é o doutor, que entende mais do que eu, pelo tempo que tem de aprendizado, que tem doutorado na Europa... Mas, veja bem, jamais poderiam ter feito o que fizeram, é isso, a indignação da categoria nesse momento, nós não estamos contra a justiça, nós não estamos passando por cima do estado de direito, nós estamos esperando ainda e hoje, pela primeira vez, pela manhã, hoje, pela primeira vez, o oficial foi. Agora, eu não tenho procuração nesses autos, até porque o Sindiute tem bem 12 advogados. No dissídio que nós entramos, eu sou o advogado. Só que na hora que intimar, na hora que intimar a nossa secretária geral, automaticamente o prazo dispara, o jurídico é chamado.

Agostinho: A pessoa do Sindiute responsável é a secretária geral? Qual o nome dela?

Valdecy: É a Ana, a Ana estava ontem na...

Agostinho: Ana?

Valdecy: A Ana Cristina Guilherme, ela estava ontem lá em frente à Secretaria na caminhada, inclusive nós aguardávamos, nós tínhamos avaliado que ontem ela ía ser intimada lá, tanto é que a gente disse: “olha, Ana, a intimação...”, que ela estava lá pública... “Olha, Ana, a intimação vai chegar”, inclusive eu estava muito ansioso para receber o despacho, porque a gente quer saber como é, pra quem é que a multa vai, se tiver que ter... Se ele mandou ou não descontar, porque é comum, nos dissídios de greve, o desembargador ao final dizer assim, “se não voltar suspende o pagamento”. Há muitas vezes, teve um despacho no município de Quixeré recentemente, foi o desembargador Fernando Ximenes, ele colocou no despacho, mandou suspender a greve, julgou a greve ilegal e disse: “a partir de agora pode suspender o pagamento”. Até isso a gente quer ver, procurador, nós não tivemos acesso. Agora, deixamos aqui registrado, assim, um repúdio à postura absurda de intimidar e intimar, interferir no poder judiciário da secretaria da educação.

Agostinho: Bom, são 11:56, eu tenho que chamar o intervalo. Então, eu vou chamar logo, porque a gente dá continuidade. Já chegou aqui o Elmano Freitas, não é isso? Que é o coordenador de participação popular da Prefeitura de Fortaleza. Inclusive a Silvana e o doutor Valdecy fizeram aqui a procuração de ouvi-lo aqui, pra saber qual é o pensamento mais concreto, já que você, me parece, é quem tá no corpo a corpo dessa negociação representando a Prefeitura de Fortaleza. Amigos e amigas são 11:56, eu volto já já.

[Intervalo]

Agostinho: Amigos e amigas da Rádio Universitária, são 11 horas e 59 minutos, estamos aqui discutindo hoje a greve dos professores da rede municipal de ensino. Eu estou tendo o prazer de receber hoje aqui o Dr. Martônio Mont'Alverne, que é o procurador geral do município, o Elmano Freitas, que o Coordenador de participação popular da Prefeitura de Fortaleza, a Silvana Oliveira, da direção colegiada do sindicato único dos trabalhadores de educação, o Sindiute, e também o doutor Valdecy Alves, que é o advogado do Sindiute. Eu tenho duas perguntas aqui do Paulo Roberto e da Guaraciara que eu vou fazer agora. O Elmano vai responder as perguntas. A Guaraciara quer saber, pergunta ao procurador, pergunta a vocês da Prefeitura, “por que a Luiziane Lins insiste em continuar com as indicações nas diretorias das escolas”? Ela diz que não há eleições diretas nas escolas. E o professor Paulo Rubens pergunta a vocês, no caso ao procurador especificamente, “por que a Prefeitura de Fortaleza não pede auxílio ao Governo Federal para implantar o piso dos professores”? Elmano...

Elmano: Primeiro, boa tarde aos ouvintes, aos colegas da mesa. Nós gostaríamos de inicialmente fazer alguns esclarecimentos por parte da Prefeitura que consideramos muito importantes, porque neste processo todo é fundamental restabelecer a verdade e restabelecer a situação real dos professores de Fortaleza. Primeiro, a lei do piso estabelece um regramento para professores de nível médio 40 horas. Fortaleza tem algo em torno de apenas 300 professores nesta condição, num total de mais de 11 mil. Fortaleza tem 362 professores de nível médio que, após a aprovação da lei na Câmara Municipal, estarão ganhando no mínimo 1.635. Tem 4.579 professores graduados que

irão receber entre 1.942 e 3.589. Irão receber, professores que recebem, podendo chegar a mais de 4 mil no final da carreira. Tem 5.932 professores com especialização, que irão receber no salário desse mês entre 2.423 e 4.390. E tem 209 professores com mestrado, que irão receber entre 2.921 mais ou entre 2.921 e 4.255. Isto é contra cheque desses professores, portanto a ampla maioria dos professores, mais de 95% deles, na verdade, recebem entre 1.942 e 4.255. Eu estou falando de professores 40 horas, porque há contratos com a Prefeitura com horas 20 horas. Segunda coisa: por que que é o MEC que define o piso? Eu estava ouvindo e vi o doutor Valdecy dizendo que não há lei que diga... Por uma razão óbvia. A maior fonte de pagamento de professores é o Fundeb, e a lei diz que o reajuste do piso do professor tem como critério o custo aluno. Quem define o custo aluno, quem tem condições de avaliar o custo aluno de um ano para o outro...

Agostinho: É o MEC.

Elmano: É o Ministério da Educação. E é ele que por portaria faz isso. Portanto, a lei estabeleceu o valor inicial quando foi aprovada e disse que tem o custo aluno. Como é que funciona o estado brasileiro? Através de orçamento. Como é que é a lei orçamentária? Eu faço orçamento esse ano para ser executado

Agostinho: Ano que vem.

Elmano: ...ano que vem. Então, o que é que o MEC faz? O MEC diz o custo aluno de 2009 para 2010 foi tanto, foi 15%, foi 10%... Portanto, ele dá este referencial percentual pra que os estados e os municípios, ao elaborar suas leis orçamentárias, para o ano seguinte, garantam esse reajuste e é isto que o sindicato não admite e, infelizmente, de maneira irresponsável, disse pra sua categoria que o piso era 1.450 e sabe que não é verdade e por uma disputa interna dentro do sindicato, pra saber quem é o mais radical, fica a dizer que é 1.450, porque não tem coragem de dizer que é 1.187. A Prefeitura não paga 1.187, a Prefeitura paga para 95% entre 1.942 e 4.255 e isso não é o fim da carreira, isto é professor que está em referência concreta. O fim da carreira em Fortaleza hoje, no plano, pra quem tem mestrado é 5.397, pra quem tem doutorado é 6.274. É maior do que um professor da Universidade Federal do Ceará.

Agostinho diz: Com certeza, porque eu sou professor da Universidade... Agora...

Mont'Alverne: Mas doutor... Agostinho...

Agostinho: Não, vamos passar a palavra, para dar um equilíbrio. Depois eu volto com vocês.

Mont'Alverne: É porque eu ainda queria falar sobre as palavras do doutor Valdecy.

Agostinho: Sim, mas você vai ter oportunidade. Vamos, doutor Valdecy...

Valdecy: Veja bem, eu lamento muito...

Agostinho: [incompreensível] ...e a questão do valor.

Valdecy: Eu lamento muito o Ermano fazer um julgamento assim... Por exemplo, o município defende que a tese é de 1.187. Eu tenho uma tese, a gente respeita, mas num vamos em nenhum momento chamar essa tese de irresponsável. Agora, na hora que o Elmano qualifica...

Elmano: Não é a tese, é a ação do sindicato.

Valdecy: ...o nosso direito de... Porque nós entendemos tanto o que é isso, Agostinho, que nós entramos com o dissídio, inclusive fundamentando direitinho... E veja bem, o Elmano quando coloca valores absolutos, né, de que paga mil e tanto, num sei quê, veja só, o Supremo já disse, o vencimento base é uma coisa, remuneração é outra. Então, ele tá falando de remuneração...

Elmano: Não.

Valdecy: ...que é o vencimento mais a regência de classe, mais anuênio e etc. Então, veja só, o vencimento básico, 950, o Supremo diz que era o vencimento básico. Aí o que a gente faz: a lei do Fundeb, ela é clara, ela é clara, no artigo 15 da lei do Fundeb, que a portaria vai dizer qual é o valor aluno, mas eu gostaria que o Elmano, já que trouxe tanto papel aí, tá com tanta vontade de dizer as coisas, diga pra nós em que lei ou portaria diz que compete ao MEC criar piso. A lei do Fundeb, artigo 15, diz que cabe ao MEC publicar a portaria do reajuste, que não é nem, ele segue a economia, porque como a fonte do Fundeb tem vários impostos, dependendo do crescimento da economia...

Agostinho: Mas aí, Valdecy...

Valdecy: Então, que ele diga aqui pra os ouvintes, que lei dá poder ao MEC de fixar piso. E outra coisa, e como o MEC fixou esse piso aí de 1.187. Fixou através de quê, de portaria? Ele diga o número da portaria, porque ou a gente sai do princípio da legalidade ou todo mundo começa a achar as coisas e em vez do princípio da legalidade, vamos ter o princípio do achismo. Então, assim, pode até ser que ele tenha, né. Agora, uma coisa é certa, a gente, nós respeitamos essa tese do município, que não é nem do município não, essa tese é um parecer da AGU. Eles apenas estão copiando e seguindo e nós respeitamos, agora é preciso que ele respeite também a nossa tese, nós temos uma tese jurídica, baseada em lei e tudo que a gente pede a gente cita o artigo, cita a lei e o parágrafo. Agora, vir dizer que a gente sabe que é isso e que nós somos irresponsáveis, não. Ele tenha calma aí e respeite, porque nós estamos respeitando.

Agostinho: Certo, eu acho também que houve um exagero aí nessa questão da irresponsabilidade. O clima tá tenso. Doutor Mont'Alverne, o senhor quer falar sobre isso?

Mont'Alverne: Gostaria. Gostaria de dizer, agradecer as palavras do doutor Valdecy a meu respeito. Eu também conheço a militância forte, referência do doutor Valdecy Alves, inclusive, doutor Valdecy, destaco a defesa que o senhor faz de seus clientes, principalmente na Sessão do Tribunal de Justiça, quer dizer o doutor... Eu fui da Ordem dos Advogados do Brasil e, nessa condição, a gente da secção do Ceará, então, a gente

acompanha a atividade dos diversos segmentos dos advogados e todos nós sabemos da importância do doutor Valdecy. Então, eu só tenho a retribuir e dizer do imenso respeito que eu tenho pela atuação dele. Mas dizer, doutor Valdecy, que eu divirjo dessa questão, ou seja, já disse pro senhor, ou seja, a lei diz que a União, a União utiliza o MEC para a fixação desse valor. Pronto, tá satisfeito o instrumento. Quando o MEC estabelece isso não há... Há uma exigência que seja através, claro, de um instrumento normativo, um instrumento normativo o senhor sabe, pode ser lei, portaria, resolução, decreto, ou seja, todas as espécies normativas que nós temos que estão lá no artigo 52 da Constituição. Então, para o município, quando se diz é a União, através de qual órgão? Do MEC, claro que o órgão, como eu disse, responsável pela política de educação.

Elmano: Agostinho, isso é tão correto...

Agostinho: Não, mas deixa eu voltar aqui agora pra Silvana falar, né, porque ela tá calada aqui, ela tem que falar também. Agora, essa questão, Silvana, das divergências que tem internamente no sindicato que foi mencionado pelo Elmano. Isso existe de fato?

Silvana: Claro que não, de maneira nenhuma. Eu acho engraçado é que o pessoal tá lá na Secretaria de Educação ou lá Prefeitura de Fortaleza e dá conta do que acontece... Será que tem alguém infiltrado lá no sindicato da parte da prefeita? Porque ela lançou uma chapa inclusive na época das eleições pro sindicato e lançaram uma chapa lá na prefeitura, né, querendo derrubar o sindicato, porque é só o que eles sabem fazer. Agora, é o único sindicato real que luta pela categoria. Se você fizer uma retrospectiva aí, você vai ver que nesses anos que a prefeita foi, as duas vezes que ela foi eleita, né, nós fizemos 5 greves. Agora, você acha que é importante pra gente fazer greve? É um desgaste, eu tô aqui com um problema respiratório...

Agostinho: Respiratório, emocional, etc, é difícil.

Silvana: É um desgaste. Agora, a gente não pode ver uma coisa que a gente lutou tanto, né, durante tanto tempo que é a lei do piso, sair pelos dedos, esvaír-se sem a gente nem

conseguir pegar, né. Ela sabe que é lei, ela sabe que tem cumprir e ela tem o poder. A gente tá vendo, ela tá ameaçando, né, todo mundo. Eu tô com uma blusa aqui que você pode dizer, que tá dizendo aqui, que a gente tem família, a gente tem filho, né. Inclusive, eu tenho netos. Então, assim, como é que a gente pode deixar que ela chegue pra todo mundo ou compre todo mundo ou use o poder que ela tem e a gente ficar calado? Os professores não querem mais aguentar os desmandos da prefeita. Ela tem cumprir, é uma lei. Nós, nós, trabalhadores, a única coisa que a gente acredita ainda é na lei.

Agostinho: Certo. Agora, as perguntas do ouvinte, do Paulo Rubens, a questão do auxílio do Governo Federal, não é possível pedir?

Elmano: Não, é possível, e é exatamente aí que se fica claro a contradição do sindicato, porque o sindicato apresentou essa proposta que a prefeitura solicitasse ao MEC que o MEC complementar e, de fato, a lei prevê uma possibilidade do MEC repassar recursos pro município, caso ele não possa pagar o valor do piso.

Agostinho: Nesse caso em particular, qual o entendimento do MEC em relação a Fortaleza?

Elmano: Ora, o MEC vai complementar aquele valor de piso que ele estabelece, que é o de 1.187. Então, veja, o sindicato diz que o MEC que não tem competência para definir o piso, mas ao mesmo tempo quer que eu peça ao MEC a complementação para o piso, que é o próprio MEC que define. Então, fica claro que quem define o valor, não é o valor em si do piso, o MEC define o percentual da correção...

Agostinho: Que é o valor aluno.

Elmano: ...do valor estabelecido na época da lei. Então, é evidente que, quando o MEC vai complementar, ele usa como referência o valor a partir dos percentuais de reajuste da lei do piso.

Agostinho: Agora, Elmano, e a questão das indicações nas diretorias das escolas? Foi a pergunta da Guaraciara.

Elmano: Primeiro, o que é que nós temos na lei orgânica do município? A previsão de uma participação comunitária e de uma consulta. A lei orgânica do município não prevê eleição de diretor, a lei orgânica prevê uma consulta à comunidade, é o que tá previsto em nossa lei orgânica. O que nós estamos discutindo em nosso governo é a formatação desta consulta, como é que seria a combinação dessa consulta com critérios técnicos para o que é mais importante dessa direção, é a garantia de um projeto político pedagógico e a garantia de uma qualidade da escola. Mas não há, e é isso que nós temos que atentar para uma outra ponta desse debate, é que eu tenho 11 mil professores que, nos últimos 5 anos do governo da prefeita Luiziane Lins, tiveram além da inflação algo em torno de 80% de aumento real. Mas há uma outra ponta, de 200 mil famílias, que tem seus filhos que, nos últimos 5 anos, tiveram um ano letivo a menos de aula em virtude das greves. Portanto, nós temos que combinar o avanço dos direitos dos professores que, na ampla maioria, já estavam em sala de aula, não aderiram à greve, e combinar isso com a qualidade da escola, e não há como ter melhoria física, melhoria da alimentação escolar, como aconteceu em Fortaleza... Não há qualidade se não tiver o professor na sala de aula.

Agostinho: Aproveitando...

Mont'Alverne: Agostinho, só prá complementar a resposta do ouvinte, o Supremo Tribunal Federal decidiu, há uns dois atrás, que o cargo de diretor de escola é um cargo comissionado. Então, deixou ao ente público a possibilidade de dizer “tudo bem”. Se o ente público pregou, governo do estado ou a prefeitura quiser proceder a escolha, tem nenhum problema, mas se quiser a nomeação também pode fazê-lo. Então, é nesse sentido, ou seja, há ainda essa decisão do Supremo Tribunal Federal. Ainda assim, mesmo assim, a Prefeitura de Fortaleza elabora esse processo a que o Elmano se refere.

Agostinho: Que é a consulta que tá prevista no... Qual é o documento?

Elmano e Mont'Alverne: Na lei orgânica do município.

Agostinho: Na lei orgânica do município. Agora, Silvana, hoje todas as escolas estão paradas? Eu queria a versão da prefeitura e do sindicato. Todas as escolas estão paradas? Como é que tá o movimento?

Silvana: Não, segundo a própria prefeitura, né, nós temos quantos por cento parados?

Elmano: Era 30%, era.

Silvana: Então, a gente está dentro da lei, né.

Agostinho: Por que a lei diz o quê?

Silvana: E a gente não é serviço essencial, mas mesmo assim, se fosse...

Elmano: Eu entendo que educação é serviço essencial. Aí nós temos uma discordância.

Mont'Alverne: Foi o argumento que o tribunal aceitou. [Todos falam ao mesmo tempo. Algumas palavras ficam incompreensíveis]

Silvana: Não, não, não, nós não vamos discutir isso não, tá? Agora, eu só tô lhe dizendo o seguinte... [Todos falam ao mesmo tempo. Algumas palavras ficam incompreensíveis]

Elmano: A educação das pessoas pobres da cidade é essencial. [Todos falam ao mesmo tempo. Algumas palavras ficam incompreensíveis]

Silvana: Eu digo o contrário, eu digo o contrário. [Todos falam ao mesmo tempo. Algumas palavras ficam incompreensíveis]

Agostinho: Qual é o percentual que o sindicato...?

Silvana: Eu acho que 80% das escolas estão paradas entre parcial e total.

Agostinho: Urrum.

Silvana: Certo?

Agostinho: E a versão, Elmano, da Prefeitura?

Elmano: A nossa versão de ontem é que tinha algo em torno de 60 escolas paradas.

Agostinho: Como é que vocês fazem essa sondagem?

Elmano: Não, é porque nós temos lista de presença nas escolas dos professores.

Agostinho: Sim.

Elmano: E a lista de presença está... Evidentemente, ela é fornecida as unidades de pessoal, que, portanto, nós temos com o ter a informação dos professores que estão presentes ou não na sala da aula.

Agostinho: Mas não pode haver a greve branca? O professor vai, assina a folha e fica inativo?

Elmano: Não, porque o critério nesse caso da presença é ele ir para a sala de aula.

Agostinho: Ele ir para a sala de aula, né? Agora, bom e aí me parece que o impasse aqui, doutor Valdecy...

Valdecy: Ham...

Agostinho: ...é a questão com quem que vocês estão, digamos, negociando, se é com a prefeitura ou é com o MEC. Porque, para o ouvinte, ficou... Então, o problema está no MEC? É competência do MEC?

Valdecy: Veja bem, na verdade o nosso dissídio jurídico, do Sindiute, o desembargador vai julgar o mérito. A gente pede exatamente pra ele fixar qual é o piso, qual o índice de reajuste, qual o valor que vai ser. Esse é o objetivo do dissídio. O nosso dissídio jurídico, o município tem prazo até amanhã pra fazer a defesa, que deverá ser... Já adiantou que é o mesmo da AGU, que a gente respeita, né, embora discorde totalmente. E a partir de segunda-feira eu vou ter 3 dias pra falar sobre a defesa do município. Em seguida, o ministério público, e vai a seção de julgamento do dissídio.

Agostinho: Certo.

Valdecy: Neste julgamento, o desembargador julgará o mérito. Aí sim, aí...

Agostinho: Aí ele vai definir quem é...

Valdecy: Aí ele vai dizer qual é o piso, se é aquele que o MEC publicou lá, publicou como um comunicado não é nem uma portaria, tá lá como uma informação qualquer, jogada no site. Então... Mas neste caso as duas teses vão ser apreciadas, tanto a tese do município, que a gente respeita, apesar do parecer da AGU, embora discordemos completamente. Agora, uma coisa que não podemos esquecer aqui, Agostinho, que tá passando em branco aqui, é o seguinte: a mesma lei do piso, ela prevê 1/3 da jornada para atividade extra classe. Para o ouvinte entender, o que é essa atividade extra-classe? É o tempo que o professor tem que ter pra estudar, ou pra se aperfeiçoar...

Agostinho: Pra preparar aula...

Valdecy: ...pra planejar, que é preparar aula, e pra corrigir as... Os redações, os testes, que seria a avaliação. Hoje, o professor de Fortaleza, ele vai pra casa, ele tá corrigindo as provas dos alunos, ele tá planejando aula em casa. Então...

Agostinho: Não, todo professor tem uma sobrecarga de trabalho...

Valdecy: Então... Uma sobrecarga... Só que...

Agostinho: Todo professor. Eu sei, porque eu sou professor.

Valdecy: Mas só que a lei do piso... Este artigo da lei do piso, que prevê 1/3 da jornada pra atividade extra-classe, foi objeto da ADI 4167. Os governadores que ajuizaram a ADI, que é a Ação Direta de Inconstitucionalidade, pediam que o Supremo julgasse esse artigo inconstitucional. Logo, se fosse julgado inconstitucional, taria banido do sistema jurídico, o que que ocorreu? Os governadores só alcançaram 5 votos, tinha que ter 6 pela constituição pra ser julgado inconstitucional. Logo, como não foi julgado inconstitucional, permanece a lei. A prefeitura não dá esse 1/3 e numa lei absurda, aprovada aí, que tem vícios que nós entendemos tanto material quanto formal, é o entendimento nosso, claro, que o procurador vai discordar, a gente vai respeitar...

Agostinho: Foi a lei que a câmara votou?

Valdecy: A lei que a câmara votou... Um desserviço, inclusive, para a democracia... Veja bem, prevê 1/5 pra a partir do 2º semestre de 2012. Veja bem, nós temos uma lei federal. A questão do valor do piso nós podemos até debater, como fizemos aqui, o Elmano colocou a tese, o nobre procurador coloca a tese, nós até podemos discutir tanto é que tem teses diferentes, porém não há como negar que este 1/3 tá valendo. A lei federal não precisa que o Supremo diga que ela tá valendo, pelo contrário, eles teriam que ter 6 votos dizendo que ela não vale. O que que acontece? No nosso entendimento, a violação a esta lei federal é acintosa e esta lei, que é uma lei federal, e este ponto que passou e não foi julgado inconstitucional, tinha que ser cumprido. Neste país, Agostinho, existe os direitos e existe as garantias. Então, quando você viola um direito, você começa a tá a margem da lei.

Agostinho: Agora, eu gostaria de ouvir o doutor Mont'Alverne sobre o seu ponto de vista da lei.

Mont'Alverne: Pronto, pronto, perfeitamente. Doutor Valdecy... O doutor Valdecy fez uma explicação muito boa do que aconteceu no julgamento do Supremo Tribunal Federal, mas ele esqueceu, gostaria de reiterar, doutor Valdecy, de dizer o seguinte: quando o supremo disse que o aspecto da lei que teve sua constitucionalidade arguida por alguns governadores a respeito de um 1/3 da carga horária para dedicação da atividade extra-classe, exatamente pelo motivos que o doutor Valdecy disse, pela ausência de um voto, não teve efeito vinculante. O supremo, na decisão, foi claro em dizer, “eu não posso obrigar”, e, como não houve maioria necessária, o Supremo entendeu, “eu não posso obrigar a Estados e Municípios a adotarem 1/3 em virtude do pacto federativo”. Significa o quê? Que essa decisão tá valendo, mas ela não é obrigatória, porque o Supremo entende o quê? Isso depende da disposição de cada município, acertadamente, porque não é o Supremo Tribunal Federal que vai, de repente, da noite pro dia, impor isso. Por exemplo, a um município que, por exemplo, não tem como fazer um concurso. Imaginemos um município que já está no seu limite de despesa com pessoal, se vê deparado com uma obrigatoriedade dessas do Supremo, porque, se eu vou deixar o professor 1/3, com tempo para dedicação, eu tenho que colocar outro, mas eu não posso fazer concurso porque eu estou no meu limite da responsabilidade fiscal. Então, acertadamente, o Supremo não deu efeito vinculante a isso. E o quê que acontece na lei que o doutor Valdecy questiona? É todo direito dele questionar a lei que foi aprovada pela Câmara Municipal, mas ela estabelece 1/5 do período para o professor pra planejamento em atividade

[Voz não identificada]: ...40 horas.

Mont'Alverne: ...e estabelece uma comissão com o sindicato para discutir isso. Eu gostaria de dizer, Agostinho, eu também sou professor, e eu entendo perfeitamente a necessidade do tempo de planejamento. Eu trabalho com planejamento, com orientação de alunos, com atividade extraclasse, enfim como todos nós, e entendo perfeitamente e acho legítima a reivindicação. Agora, o sindicato terá que entender, por sua vez, que,

para que eu faça isso, eu preciso de um planejamento e eu preciso de colocar novos professores, eu preciso por novos professores e isso significa impacto financeiro e econômico. Isso tem que ter planejamento.

Agostinho: A lei estabelece esse 1/5 pra que período?

Mont'Alverne: Pra agora, já a partir de agora.

Elmano: Agosto de 2012.

Mont'Alverne: Agosto de 2012 e a formação de uma comissão para se atingir, para se chegar, não da noite pro dia, porque não há condições disso, mas para se atingir, inclusive, a reivindicação do sindicato de deixar o professor...

Elmano: Agostinho...

Mont'Alverne: ...com 1/3 do seu tempo dedicado a atividade de preparação de aula.

Agostinho: Pois não, Elmano.

Elmano: Só prá comentar o quanto a Prefeitura de Fortaleza considera essa questão importante... Quando nós entramos, os professores de Fortaleza faziam o planejamento em dois sábados. Foi nesse governo que, contratando mais de 3 mil professores por concurso, esses dois sábados deixaram de existir para os professores de Fortaleza. Os professores sabem disso. E nós temos o compromisso de avançar, realizando os concursos para alcançar 1/3 nas condições que o município tem e nos comprometemos em agosto de 2012, avançar para 1/5 e numa comissão, participação da comissão de educação da câmara e do sindicato, vendo as possibilidades financeiras do município realizar ainda outros concursos para que, evidentemente, eu possa ter mais professores na rede e aquele professor que em vez de tá na aula ele possa fazer um planejamento...

Valdecy: Agostinho, um esclarecimento sobre esse ponto...

Agostinho: Pois não, Valdecy.

Valdecy: ...que o Elmano acabou de colocar. Elmano...

Agostinho: Eu tenho a pergunta aqui de um ouvinte, depois eu faço.

Valdecy: Ok, tudo bem. Eu só queria fazer um esclarecimento aqui. Veja só, o professor de Fortaleza tem uma lei de 84, estatuto do magistério. Nesse estatuto, a jornada prevista é de 240 horas. Agora, que nesse projeto que tá sendo questionado aí é que a prefeitura adaptou a jornada para 40 horas. Quando tinha planejamento aos sábados era porque a jornada aqui era 240 horas, a maior jornada do Brasil.

Agostinho: Mas 240 horas por semana?

Valdecy: Não, por mês.

Agostinho: Ah, por mês, sim.

Valdecy: Mas 48 horas por semana. A jornada de Fortaleza, claro isso é verdade, eles estão agora...

Mont'Alverne: Antes da Constituição de 88, que diminuiu a jornada para 44 horas.

Valdecy: A lei é de 84, porém, de 2005 prá cá, agora que vieram adequar a jornada do professor à lei do piso que diz que é no máximo 40 horas. Mas é importante que se coloque que o estatuto do magistério que, claro, é de 84, isso é verdade, né, mas, não, nós já vimos pedindo, nós já estamos pedindo, via pauta, né, Silvana, há vários, desde 2006, pra adequar a jornada daqui à lei do piso. Mas até a pouco eram 48 horas semanais.

Elmano: Portanto, o projeto da câmara teve avanço quanto à jornada.

Agostinho: Agora, Silvana...

Valdecy: Não teve avanço, adequou à federal. Agora, claro, em virtude do que era o estatuto realmente, de 84, não foi vocês fizeram, isso aí é verdade, houve esse avanço...

Mont'Alverne: Mas foi na gestão que foi adequada.

[Todos falam ao mesmo tempo. Incompreensível]

Agostinho: Silvana... Qual, qual... Silvana, qual a dificuldade? O sindicato não aceita a tese de criar uma comissão para implantação gradativa da lei?

Silvana: Não, a gente não teve essa proposta não. Estou sabendo dela agora, exatamente agora no ar.

Mont'Alverne: Não, tá na lei, está na lei.

Silvana: A gente não teve... Ele falou que desde o começo... Já disseram várias pessoas da gestão da Luiziane que a gente negociava. Não é verdade. A única pessoa que esteve presente na negociação da gente foi o Vaumik, que a gente entende que não é da Secretaria de Educação.

Agostinho: Vaumik é secretário de...?

Silvana: De administração. [Vários falam] Tá certo?

Agostinho: Tá.

Silvana: Uma ou outra vez que aconteceu, ia uma pessoa da Educação, representada pela doutora Marti³⁶. Tá certo? Mas, na verdade, eles não tinham autonomia para

³⁶ Não se sabe quem é.

decidir. Então, uma das últimas vezes a gente entrou 9 horas da manhã e saiu 9 e meia da noite, sem almoçar, de dentro da Prefeitura de Fortaleza, pro Vaumik dizer que tinha liberado o café pros professores na escola. Inclusive sem o açúcar, né, porque só liberou o café, o açúcar não. Então, assim, não é verdade que a gente teve pessoas da Secretaria de Educação pra negociar. A secretária de educação, ela nunca falou, esse ano, esse ano e o outro com o sindicato. Tá certo? É uma questão até que a gente acha que é de posicionamento, que não suporta professor mesmo... A gente chegou a essa conclusão porque ela, na verdade, ela não é professora, né. E as pessoas que nos procuraram para negociar são pessoas que não dizem respeito à pasta da educação. Quer dizer, a gente conversava longamente, extensamente...

Agostinho: Quer dizer, vocês não conhecem a interlocução das pessoas que foram destacadas...?

Silvana: Não, de maneira nenhuma. Nem a Luiziane, ele falou que a Luiziane... No começo, ele falou, o doutor Mont'Alverne falou que a Luizianne tinha contactado com os professores, tinham recebido... Eu queria saber dele qual foi o ano.

Agostinho: Vocês nunca tiveram audiência com ela?

Silvana: Não, não.

Mont'Alverne: Tiveram, tiveram. Eu estive presente num dos últimos atos...

Silvana: Em que ano?

Mont'Alverne: Com a gardênia, em 2009, um pouco antes da mudança do paço...

Silvana: Nós estamos em 2011.

Mont'Alverne: Não, não, foi só um dos que eu tive. Eu tive vários. E depois ainda a prefeita recebeu os professores para assinatura dessa da redução da jornada de trabalho.

E a prefeita, estávamos todos lá, essa foi só um a das vezes... Ou seja, estava Gardênia, estava lideranças do Sindiute...

Agostinho: Agora, geralmente, essas reuniões não têm atas?

Mont'Alverne: Porque foram solenidades, foram solenidades.

Agostinho: Quando tem as pessoas, você... É feito uma ata e, ao final, as pessoas assinam, dizendo que estão de acordo com aquilo que ... [Incompreensível] controle.

Valdecy: Agostinho, aproveitando...

Agostinho: Eu fui presidente de sindicato e eu sei como é que é isso. Então, você documentalmente sabe quem estava na reunião e como foi o procedimento de negociação...

Valdecy: Isso, isso. Mas, Agostinho, eu queria aqui aproveitar o seu programa, até que é interessante, já que o município coloca essa história de negociar tão importante, nós também achamos que é. Eu estava falando com o doutor Gerson, lá na PRT, né, falando desse impasse que tem, né. Aí o doutor Gerson... Inclusive, doutor Martônio, ele disse, “olha, se o município aceitar uma reunião pra continuar negociando”. Inclusive, eu tô dizendo até aqui no ar... Ele disse que marcaria para segunda-feira, não é nada oficial, mas a gente conversando, que eu estava vindo prá cá, ele disse, “olha, se o município...”.

Agostinho: Isso quem por gentileza?

Valdecy: Doutor Gerson Marques, procurador federal da PRT. Ele está disposto a marcar uma reunião, que apesar de estar os dissídios aí, a gente tem sempre que procurar uma solução, é assim que a gente pensa...

Agostinho: Sim, claro. Tem uma solução [Incompreensível] e um solução política.

Valdecy: Doutor Gerson, diante disso, ele se colocou à disposição, se o município concordar, para segunda-feira, três hora, marcar uma audiência com a Secretaria de Educação. Eu tô até colocando isso no ar no seu programa, até porque foi ontem, né, aí já tentou falar com o município, mas não conseguiu... Porque a gente entende que estamos na luta, está judicializado, mas nada impede de negociar. Inclusive, o município tá falando que negociou, então a gente quer que continue negociando. Estaremos aqui... E quem nos ouviu, o Elmano e o doutor. Martômio, ver se estariam dispostos a ir na segunda-feira e aí a gente marcaria... Inclusive, a gente está colocando isso no seu programa.

Agostinho: Olha, eu só quero fazer... Eu só tenho mais três minutos e tem duas questões aqui que foram levantadas por ouvintes. A Professora Dulce Santana diz que a escola que ela trabalha... Muito obrigado, Dulce, pelo seu telefonema. A escola que ela trabalha nunca entrou em greve, mas, “mesmo assim, falta professores em sala de aula, pois a prefeitura não substitui os professores afastados”. Elmano, rapidamente como é que você responde a isso? Ou Mont’Alverne.

Mont’Alverne: Agostinho, só rapidamente a respeito dessa proposta. Nós iremos conversar com o doutor Gerson...

Agostinho: Sim, isso, a proposta do doutor Gerson Marques...

Mont’Alverne: ... que eu também estou... Mesmo não tendo sido intimado oficialmente, não é obstáculo para mim isso, diferentemente da postura do sindicato, eu irei. Agora, se segunda-feira os professores estiverem em sala de aula.

Agostinho: Certo

Mont’Alverne: Eu irei conversar com o doutor Gerson.

Valdecy: Só tem assembleia na terça, doutor.

Elmano: Agostinho, eu queria só esclarecer, que a professora Ana Maria é professora da Universidade Federal do Ceará...

Mont'Alverne: O ... [incompreensível] do sindicato aceita? [Valdecy também fala ao mesmo tempo].

Elmano: ...tem uma vida dedicada à educação... Portanto, eu tô dizendo aqui que essa professora, professora Ana Maria, é professora dessa universidade e nós colocamos a SAM na negociação, porque a SAM tem a visão global de todos os servidores. E nós...

Agostinho: Quem?

Elmano: A Secretaria de Administração, ela administra todos os servidores, então nós não temos... Pra evitar uma distorção entre uma categoria da prefeitura e outra que há uma gratificação numa área do governo e não criar em outra, ou criar com critérios diferentes, pra ter uma isonomia quanto aos servidores como um todo...

Agostinho: Oh, por gentileza, eu tenho mais uma pergunta, a última pergunta, que é as professoras Rafaela e Beatriz.... Disseram que “os professores em estágios probatórios estão sofrendo pressões psicológicas para voltar às escolas”. Elas relataram que “muitos professores estão sendo ameaçados de terem os pontos de frequência cortados”. Qual é a posição da prefeitura? Essa questão de ameaça que foi mencionado...

Mont'Alverne: Eu, eu, eu acho que ameaça não há... Agora, a questão de cortar os pontos parados, isto está na legislação de greve, o próprio mandato de injunção que serviu de base para o ajuizamento do dissídio do Sindiute perante o tribunal de justiça fala disso. Aplica-se a lei de greve. Então, aqueles que fizeram greve, ou seja, até agora não houve nenhum corte de salário, nem nada, mas todos sabem, todos sabemos, que é perfeitamente legal o desconto dos dias parados.

Agostinho: Pois não, eu quero terminar aqui...

Mont'Alverne: Eu gostaria de responder ao sindicato a pergunta que eu fiz, ou seja, nós vamos ao Dr. Gerson. Agora, o sindicato retorna segunda-feira às aulas? Eu estarei lá com a maior boa vontade...

Valdecy: Pronto. Agostinho, Agostinho, é impossível atender, porque só tem assembleia na terça, agora. Então, como é que a Silvana e eu vamos deliberar por uma assembleia? Nós temos assembleia, nós não temos competência para passar por cima de uma deliberação hoje que foi pela continuidade da greve... Agora, quando a gente for intimado, nós vamos ter uma assembleia para definir, volta ou não volta. Agora, assim, em relação à história do estágio probatório, assim, a gente queria dizer o seguinte: primeiro, o desconto... Desconto alguns municípios mais conservadores de vez em quando descontam... Então, não sei porque Fortaleza está fazendo isto... Agora, quando você, a greve acaba, que ela vai acabar, que ela não é eterna, vai ter que acabar, a gente vai discutir... Uma coisa é voltar, quando discutir a volta que um dia vai voltar, não sabe quando... E repor as aulas. Nós só vamos aceitar repor as aulas com pagamento, você pode até descontar, mas nós vamos manter a unidade, a gente deixaria até isso aqui para evitar futuros acirramentos, né, dizer pro município o que? Que primeiro: calendário de reposição que vai ter que ter, não tem como não repor. Nós queremos fazer isso democraticamente. Se a secretária tentar fazer um calendário punitivo, ela vai encontrar resistência da categoria. Nós não queremos impor calendário também não, a gente quer apenas sentar e fazer um calendário comum acordo. Isso é um recado da categoria. Dois...

Agostinho: Isso pra Secretaria de Educação?

Valdecy: Secretaria de Educação. A questão do desconto do salário, claro, tá no mandato de injunção dele, como o doutor Martônio colocou, está. Agora, geralmente, quando você discute a reposição, a gente também... Primeiro, que tem que ter um calendário de comum acordo e, segundo, só repõe se pagar, até porque os professores são obrigados a dar 200 dias letivo de aula. Então, se vai repor, tem que pagar. Então, assim, o que a gente gostaria, assim, um pedido que eu faria ao Elmano, ao Dr.

Martônio, né... Já tá demais acirrado, porque que a gente, pelo menos naquilo que não puder resolver, não acirre, porque a categoria tá muito firme e a gente não quer confusão, né. Agora, é claro, assim que for intimado, doutor Martônio, Elmano, nós vamos ter uma assembleia pra debater isso...

Mont'Alverne: Quer dizer que o senhor vai ainda discutir a decisão judicial numa assembleia?

Valdecy: Não, não é que eu vou discutir. Eu vou levar pra assembleia, que eu nem recebi... Aí nós vamos dizer “olha vai acontecer isso, isso”...

Mont'Alverne: Mas... Então, a decisão judicial não será cumprida imediatamente?

Valdecy: Não, não. Nós não dissemos isso...

Mont'Alverne: Ham... Só para entender, doutor Valdecy.

Valdecy: Quem tem a palavra para dar início a greve e o fim... Que se a categoria quiser diz assim, “nós vamos continuar, vamos pagar a multa”. Isso é um problema nosso. A palavra final é da categoria...

Mont'Alverne: Ah, sim. Ah, perfeito.

Valdecy: Agora, claro, né, doutor, nós vamos debater, nós não temos nenhuma decisão...

Agostinho: Certo. Oh, infelizmente, o programa já estourou quase três minutos. Quero agradecer aqui a participação do doutor Martônio Mont'Alverne, doutor Elmano Freitas, a Silvana Oliveira e também do doutor Valdecy Alves. Muito obrigado pela presença, viu? E quero elogiar a elegância da discussão que houve aqui. Amigos e amigas, eu volto na semana que vem. Um abraço e até lá.

Transcrição do programa Rádio Debate sobre a Greve dos Professores da Rede Pública Estadual de Ensino do Ceará (exibido no dia 06.10.2011)

Agostinho: Bom dia, ouvintes da Rádio Universitária, são 11 horas e 31 minutos. Hoje, nós vamos discutir a greve dos professores da rede estadual aqui do estado do Ceará. Estão aqui em nossos estúdios, a secretaria estadual da educação básica Izolda Cela, o André Sabino, que é membro da direção do sindicato Apeoc, e a Ritacy de Azevedo, professora autônoma de língua portuguesa, literatura e redação e mestre em literatura pela Universidade Federal do Ceará. Os ouvintes podem participar enviando perguntas através do telefone 3366-7474. Lembramos ainda que a rádio universitária é transmitida pela internet, o site da emissora é www.radiouniversitariafm.com.br. A Ritacy de Azevedo, ela escreveu, ela vai participar do programa, porque ela escreveu uma carta, publicada pelo jornal O Povo. Né isso, Ritacy?

Ritacy: Isso.

Agostinho: Em que você faz uma série de ponderações ao Governador sobre a questão da educação no Estado do Ceará. Então, você está aqui, digamos, como uma livre observadora, participando dessa discussão, pra ajudar, contribuir a entender o problema da educação. Bom, a greve não acabou, né? Então, vamos começar pelo André. A greve não acabou, né?

André: Não, ainda não.

Agostinho: E vocês votaram o quê na última assembleia?

André: Na última assembleia não houve votação, né, na verdade, não se deliberou pelo final da greve, porque a gente, na audiência que nós tivemos com o Ivo, a gente fez...

Agostinho: O Ivo Gomes, que é o...

André: Ivo Gomes. A gente fez um acordo lá, pra que não fosse votado nem a continuidade nem a suspensão para que a gente tivesse até esse final de semana para maturar melhor alguma proposta... Hoje nós temos uma nova reunião, acho que vai ser com o Ivo de novo, né, porque parece que o Governador não chegou ainda, né, Ivo de novo, então, nós vamos continuar...

Agostinho: Então, qual é o grande impasse? Que depois eu vou pegar a versão da Izolda.

André: Bem, o grande impasse é o seguinte...

Agostinho: Segundo você.

André diz: É. Nós, o sindicato Apeoc, tem uma proposta há dois anos, tá no site do sindicato, que é uma proposta que a gente quer o seguinte: que o piso seja implantado no atual plano existente...

Agostinho: Sim.

André: É 12066, certo? Então, nossa carreira é de 1 a 30, então de 1 a 12 é quem tem nível médio, 13 a 30 é o pessoal graduado e aí variando, quem é especialista, né...

Agostinho: Você tá falando dos níveis, né, de progressão?

André: É, cada nível com 5% de interstício.

Agostinho diz: Sim. Certo, então, a nossa proposta é, a gente defende o que a CNTE defende que é um piso de R\$ 1.597,87, que ele fosse aplicado nessa tabela, certo?

Agostinho: Sim.

André: Porém, né, a Izolda depois vai falar os problemas, né, o governo não concorda com essa proposta. E aí se criou um impasse, né. A gente, quando foi no final de julho, o governador apresentou uma tabela, que nós chamamos de A Tabela Maldita 1, né, e que desencadeou todo o processo de greve. E aí nós estamos há dois meses nessa greve tentando mediar alguma coisa e nós avançamos em alguns pontos, né, por exemplo, nas últimas reuniões com o governo a questão de 1/3 de planejamento, que está na lei do piso, o governador, no início, até antes da greve, e, até mesmo...

Agostinho: Agride, inclusive... A inconstitucionalidade da lei...

André: Pois é, o governador sempre se posicionava contra a questão do planejamento de 1/3, mas de umas últimas reuniões pra cá, ele já vê a possibilidade de implantar esse planejamento 1/3, né, mesmo que seja de forma escalonada. E aí a gente concorda nesse ponto, né, acho que pode ser um avanço, mas a forma como vai ser escalonada é que a gente ainda vai discutir pra poder amarrar. E na última reunião na nossa avaliação, de quem tava lá...

Agostinho: A última reunião foi quando? Anteontem?

André: Foi antes de ontem. Até foi uma proposta que não partiu do sindicato Apeoc, partiu de outros membros do comando, professores de base que foi, que é a questão de tentar fazer o piso escalonado também, né, o valor escalonado como foi feito na Uece, né, e como ficou acertado em Minas Gerais, na greve de Minas Gerais. Então, o Ivo disse que é a favor de que haja ganhos, que seja implantado o piso numa tabela que dê alguma repercussão e pode ser, né, a gente ainda vai ver como é que a gente pode ver, não é algo certo ainda, até porque não discuti com a categoria, mas lá no dia da audiência ficou com a disposição, até por parte do governo, de uma possibilidade de se pagar o piso, o valor, né, de forma escalonada. Então, dependendo da conversa de hoje, né, se houver alguns avanços, né, a gente sabe que alguns colegas professores ficam nos cobrando, “ah, vocês tem que trazer uma tabela”. A gente sabe que pras pessoas não é muito claro isso, não dá pra gente trazer uma tabela pronta...

Agostinho: Sim.

André: Na verdade, o que nós estamos conversando nessas reuniões de negociações, enfim, encontros é tentar ficar de acordo com os pontos básicos. A tabela em si, a negociação é um outro processo, é um processo que vai que a gente propõe que dure até 30 dias, né, e que durante esses 30 dias a gente possa aprofundar e tirar uma tabela em conjunto, né, nós, o comando de greve, a comissão de professores, e o governo.

Agostinho: Certo. Deixa eu ouvir a professora Izolda. Izolda, esse clima de... Obviamente que há a versão do estado... E ele, aqui, acho que foi bem sucinto e explicou. Você teria alguma coisa a acrescentar?

Izolda: Bom, tenho, tenho sim. Eu quero, assim, eu quero começar por essa... Toda essa questão tem algo fundamental que nos une, que une a todos, os bem intencionados, né. Assim, a categoria, os que defendem os legítimos interesses dos professores. Nos une a importante pauta nacional que se coloca, né, com muito vigor, com relação a condição dos professores da educação básica, principalmente, né. Então, eu acho que esse é um momento importante que a gente vive, né, essa questão da lei, da própria lei do piso com as suas questões pouco claras, com seus processos não tão, vamos dizer assim, republicanos e tal, mas, de todo o modo, veio prá dar um incremento importante a essa condição. Só prá você ter uma ideia, Agostinho e aos ouvintes também, aos companheiros aqui, em torno de 60 professores no Brasil, considerando todas as redes públicas, muito especialmente às redes municipais, em torno de 60% não recebiam ainda aquele valor que foi estipulado como piso nacional, os 950 à época e tal. Pra você ver como realmente há disparidade e há condição difícil ainda com relação a essa questão. O quê que são os desafios aí dessa comunicação e eu acho que gerou aí um conflito até bem maior do que o que, talvez, do que eu desejava, do que o que... Não sei, acho que alguns erros, de parte a parte, e também, eu acho, que para além da ação legítima do sindicato, o aproveitamento também político, politiquero, partidário, que eu acho que, sem dúvidas, a gente vê isso acontecendo nesse momento. Mas, assim...

Agostinho: Mas isso todo movimento tem.

Izolda: É, exatamente, mas eu acho que contamina, né, a questão... Mas, assim, o que que dentro do que nos une, o quê que foi o desafio? A proposta apresentada pelo sindicato, pela CNTE, né, inicialmente, é defendida para todo o Brasil e que o sindicato, claro, difundiu junto à categoria...

Agostinho: CNTE é a...?

Izolda: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

Agostinho: Certo.

Izolda: Ela gerava um impacto em torno de 170% na folha de pagamento. Então, assim, não é preciso ser um especialista em orçamento, né, pra ter uma visão de que isso é, assim, não tem uma base de sustentação, do ponto de vista orçamentário. A questão não é...

Agostinho: Esse 170% seria com a massa de quantos professores?

Izolda: Ah, dos 36 mil professores, tanto ativos como inativos, né...

Agostinho: Do Estado?

Izolda: Porque... Do Estado, o Estado,

Agostinho: Então, teria o impacto de 170%?

Izolda: 170%. A folha de pessoal da Secretaria de Educação, ela representa mais de 26% da folha de pessoal do Estado com o um todo.

Agostinho: Quer dizer, tá a 1% do gasto previsto constitucionalmente.

Izolda: Então, é, assim, é um grande, né. Então, não se trata aqui, assim, do governo concordar ou não concordar, se trata de sustentabilidade ou não. Então, essa questão... Quando o governo apresentou uma proposta em julho, no final de julho, depois do período de negociações, de alguns encontros, né, depois de encontros, inclusive, em que o governador atendeu a importantes pautas sindicais, apresentadas no início desse ano, que eu posso depois, se a gente tiver tempo, oportunidade de escrever... Num contexto de negociação, o governo apresentou uma proposta, que tinha uma lógica, qual era a lógica, assim, a questão mais forte da proposta? Era uma elevação do salário inicial, do salário de entrada, porque hoje, se nós compararmos o salário de entrada do professor de nível superior... Hoje só entra nível superior, né, os concursos são feitos, claro, para nível superior pra demanda do estado. Então, se compararmos o salário inicial do professor, que é 1.400 reais hoje, o vencimento base mais 10% de regência, há uma diferença muito grande entre esse valor e o valor médio hoje pago à categoria que é em torno de 2.600 reais, se nós considerarmos a mediana, que é aquele valor da maioria dos que estão em atividade hoje ganham, considerando também os inativos, esse valor ainda é um pouco superior, fica em torno de 2.800 reais. Eu não estou dizendo que esse valor é ideal, nem que estamos perto do ideal, de maneira nenhuma, eu só estou dizendo que, dentro desse contexto, o valor do salário de entrada, ele é ainda mais puxado pra baixo, né. Então, o governo tinha essa proposta, na proposta constava isso, né, de elevar de 1.400 pra 2.000 e isso não teria repercussão imediata na carreira, nos outros professores, né, isso foi uma coisa que fortemente, assim, bateu, assim, com as expectativas da categoria, que era de realmente ter algum ganho real, né, assim, talvez se não fosse aquele do impacto fabuloso, mas alguma coisa, né, algum ganho real que, realmente, a grande parte da categoria não tinha, ganho real de imediato, mas nessa proposta também tinha um outro elemento, assim, que considerávamos muito importante, que era uma reivindicação também posta, né, nas conversas com relação a revisão do plano, que era o seguinte: hoje, pela regra atual, nós temos a grande maioria dos professores, como a gente usa o termo com eles assim, embarreirados no nível 24 da carreira, a carreira vai até o nível 30. Eles estão embarreirados no nível 24 por quê? Em torno de 8 mil professores, por quê? Pra passar de nível, ele teria que ter mestrado, obrigatoriamente, ele teria que ter mestrado, então...

Agostinho: A titulação...

Izolda: Exatamente. Então, nós, essa proposta tirava essa, essa, com esse condicionante... Então, o professor, o bom professor, aquele professor que tá ali pra ajudar sua escola e tal, ele pode sim seguir e progredir, né.

Agostinho: Independente de ter mestrado ou não?

Izolda: Para os ouvintes, né, assim, quando a gente chama de progressão, subida de nível, isso tem uma repercussão salarial. E, bom, se resumindo, essa proposta foi fortemente questionada pela categoria, inclusive por conta de outros elementos, de outras mudanças de algumas regras, a fórmula de calcular regência... Foi acrescentado, hoje não tem, hoje a titulação, ela serve de condicionante para progressão, nós retiramos essa regra de condicionamento e incluímos uma gratificação de titulação, que é uma coisa bem comum nas carreiras, que a gente já vê hoje, muito mais a titulação entrando como incentivo, como gratificação, e não como...

Agostinho: Quer dizer, pelo que eu estou entendendo... Quer dizer, a pessoa poderia progredir até o nível máximo...

Izolda: Anrram.

Agostinho: Independente da titulação...

Izolda: Independente da titulação.

Agostinho: Se ele alcançasse a titulação, a qualquer tempo, aquele que tá na ativa, ele incorporaria a gratificação?

Izolda: Ela incorporaria, ele ganharia uma gratificação, que é é uma gratificação, mas é algo que entra ali no, assim... Contabilizado para a aposentadoria, inclusive, viu? Não é gratificação descartável não. Agora, questionou-se, né, o percentual que foi baixo e tal,

alguns pontos questionáveis, tudo bem. Sabe qual foi a atitude do governo? Na primeira semana, estávamos no contexto de negociação, pela primeira vez o governo estabelece um tipo de negociação com o sindicato com planilhas à mesa. Vamos conversar com números, com números de orçamento, e depois eu posso dizer o quê que é o investimento em educação deste governo do estado. E planilhas à mesa, o quê que é gasto com o quê. Hoje, a própria assessoria do sindicato tem e, hoje, assim, nós já temos um significativo sistema de transparência tanto a nível federal, como também estadual, que pra quem sabe procurar encontra, inclusive números de gastos e tal e tal e tal. Então, nesse contexto foi deflagrada a greve, e, na primeira semana, qual foi a posição do governo? Retira-se a proposta, inclusive da boca do próprio governador, como se diz, ouviu-se assim, “vamos começar do zero”. E nós, na Secretaria de Educação, numa audiência com o Ministério Público, com o sindicato, nós assinamos um termo de audiência comprometendo o governo, nos comprometendo com o não envio da proposta para a Assembleia Legislativa. O sindicato encaminharia imediatamente a suspensão da greve, pra que nós retomássemos a mesa de negociação. E, essa questão da suspensão da greve, Agostinho, ouvintes, pra nós é uma questão fundamental, sabe? Porque, assim, reconhecemos, reconheço, não é, a questão da greve como instrumento legal, de luta das categorias e tal e tal, em contextos, né, que se apliquem. O quê que nós vimos e o quê que nós procuramos, assim, inclusive com atores como o ministério público, outros atores inclusive, assim, quê que nós procurávamos? Apoio e diálogo pra isso. O contexto que vivíamos não justificaria uma greve, porque tinha negociação. O que o estado, a forma como o estado vem tratando a pauta do sindicato junto às questões de melhorias para os professores, o portfólio que nós temos com relação a isso, não nos credencia para merecer descrédito não, muito pelo contrário, sabe? Muito pelo contrário. Então, o contexto, nós tínhamos o contexto em que o sindicato poderia retomar essa questão, a suspensão da greve, pra que nós não causemos prejuízos irrecuperáveis aos alunos, porque em certa medida eles são irrecuperáveis. O sindicato às vezes, “ah, professora, mas as aulas são repostas e tal”. É, a gente vai remediando, mas tem uma medida de realmente prejuízo, que é irrecuperável, minha visão é essa. E nós poderíamos, naquele momento, ter retomado uma mesa de negociação e tal. Infelizmente não é isso, não aconteceu e, assim, e algumas questões de acirramento de diferenças e de os não ditos, né, que foram atribuídos ao governo, de repente o governo

disse isso, disse aquilo e tal, sem que as pessoas ouvissem, ou sem que as pessoas tivessem presenciado isso...

Agostinho: Agora, o...

Izolda: E tudo isso, né, termina gerando, gerando um sentimento de sofrimento pra categoria, ou de, sei lá, de menos valia, como se fosse da parte... Então, nós vivemos isso, eu acho que como... Percebi isso nas palavras do André, que tá aqui, né, representando o sindicato, e, se eu percebi certo, quero reforçar isso: eu acho que nós estamos num momento de alternativa, sabe? Assim, chegando, conversando, seguimos conversando, a abertura das negociações para a elaboração de uma nova proposta, ela será feita com a suspensão da greve, isso sim, isso é alguma coisa já reafirmada... E eu tenho a expectativa positiva de que, em breve, nós possamos sim sentar à mesa pra dentro do que é das informações, não das informações, mas da realidade que nós temos, nós podemos chegar a uma proposta que atenda da melhor maneira.

Agostinho: Ritacy, você escreveu uma carta, né?

Ritacy: Isso.

Agostinho: A Ritacy é professora autônoma de língua portuguesa, literatura e redação. Bom, nessa carta você lista aqui 4 pontos que a produção achou importante você ter oportunidade de confrontar seus pontos de vista. Bom, você menciona aqui a questão do... Que você votou no governador Cid Gomes...

Ritacy: Votei.

Agostinho: Votou na presidente Dilma...

Ritacy: Votei, e não porque confiasse no mandato, mas votei porque ele apoiava Dilma. Então, de todos os que se propunha a governar o estado, eu achei a proposta...

Agostinho: Agora, de forma resumida, porque eu tô aqui com ela, quais os quatro pontos que você acha que deve ser observado?

Ritacy: Eu, escutando as palavras da Izolda, né, fico me remetendo, eu não sou professora da rede pública, nunca fui, por opção, mas me remeto o que os meus colegas estão reclamando... Eles se queixam, por exemplo, de que o que se pretende pra eles por serem mestres é um acréscimo de 170 reais, isso é humilhante.

Agostinho: Quer dizer, me explica isso aí, alguém que conquistaria o título de mestre passaria a ter uma gratificação de 170 reais?

Ritacy: Isso, 170 reais. O número de professores mestres é diminuto. Então, de 36 mil professores, quantos teriam esse acréscimo insignificante? O número de professores a quem o governador disse que daria o piso, se não me engano, é de 250 professores, os que têm ensino médio. E os outros professores?

Agostinho: Da massa de 36 mil, né?

Ritacy: Da massa de 36 mil. Como dizer que os professores devem voltar para negociar? Isso é uma pressão, isso não deve ocorrer. Os diretores das escolas públicas do estado estão sendo chamados um a um para conversa com a Seduc. Isso não é correto, eles não tem poder de... O poder, claro, quando eles estão sozinhos, vai diminuir, o poder de argumentação. Se os professores voltarem, a meu ver, eles não terão praticamente nada ganho, vai ser insignificante o que eles virão a ter. Então, eu vim pra fazer um apelo, né, a sociedade toda tem que se comprometer com essa causa dos professores, a educação é a base do País. Países como a Coreia do Norte têm crescido significativamente, porque tem dado atenção à educação. É uma chaga a educação pública no Estado do Ceará. E não concordo, né, com as palavras da Izolda de que o governo tem realmente agido da melhor forma e de que tem sido atribuído palavras a ele que ele não chegou a dizer. É conhecido que muitas categorias já são insatisfeitas com o governo do estado. A categoria dos médicos, por exemplo, em diversos momentos, realmente, o governador não se conteve nas suas palavras, inclusive

ele chegou a se desculpar, querendo dizer que o fato de nos mandar para escola privada foi uma força de expressão. O professor que quisesse ganhar mais deveria procurar o ensino privado, ou seja, nesse momento ele assina a incapacidade da escola pública de formar os alunos do Ceará. Então, é absurdo isso, eu venho só me solidarizar com meus colegas, não tenho realmente nenhum interesse partidário, não acredito que quem esteja incutido, quem tem se empenhado em participar, em ajudar, em conscientizar, seja por interesse partidário. Não nego que deva haver alguém, certamente, mas a maioria das pessoas estão preocupadas, realmente, com a condição do aluno da escola pública. E aproveito até prá fazer uma crítica já a forma de o governador tentar resolver. Ele não tem boa intenção de resolver do professor, tanto que ele poderia estar negociando antes do retorno do professor, mas ele está investindo em propagandas, tentando ludibriar as famílias, ludibriar as pessoas, ludibriar os alunos, prometendo, por exemplo, computadores nesse momento. O aluno... O computador é acessório, computador é acessório. Eu tô dizendo isso por que eu vi a propaganda, não foi alguém que me falou. Computador é acessório, o aluno tem que ter escola de qualidade e professor bem pago. O professor, o professor que ganha 2.600, a quem a Izolda se referiu, é só professor mestre. Então, os professores são muito mal pagos.

Agostinho: Unrrum. Bom, deixa eu pedir um intervalo...

Ritacy: Ou um professor que tenha muito tempo, né, de carreira...

Agostinho: Certo.

Ritacy: Com certeza, mas é muito duro pros outros. Estão trabalhando igualmente.

Agostinho: Ritacy, eu queria saber se você concluiu aí a sua...

Ritacy: Conclui, conclui.

Agostinho: Porque eu quero voltar com a Izolda e o André aqui depois do intervalo.

Assis, por gentileza.

[Intervalo]

Agostinho: Amigos e amigas da Rádio Universitária, são 11 horas e 58 minutos, estamos hoje discutindo a greve dos professores da rede pública estadual. Estou tendo o prazer de receber aqui o André Sabino, que é membro da direção do sindicato estadual dos professores, Apeoc, também está conosco aqui a professora Ritacy de Azevedo Teles, que tá aqui como observadora, ela que é professora autônoma de língua portuguesa, literatura e redação e mestre em literatura pela UFC. Ela escreveu uma carta que foi endereçada ao governador, levantando pontos, e a produção achou importante destacar esses pontos aqui para enriquecer esse debate. Está conosco também aqui a professora Izolda Cela, que é secretária de educação básica aqui do estado. É com ela que eu volto agora, porque foram feitas algumas colocações pela professora Ritacy. Você gostaria de responder, né? Depois eu volto com o André.

Izolda: Não é nem assim uma...

Agostinho: Um contraponto, né?

Izolda: É, uma resposta, assim, específica, mas, assim, de alguns pontos que foram falados, na verdade, assim, tem também algumas coisas assim a nível de esclarecimento. A lei do piso, ela determina o valor mínimo a ser recebido por um professor, não é, no ofício de professor, mesmo que ele tenha a partir do nível médio. Por exemplo, um professor pode nem ter nível superior, né, assim, um professor de nível médio que ingressa numa carreira, que esteja numa carreira de professor ou mesmo como contrato temporário, ele tem que receber no mínimo o valor da lei do piso. O Estado do Ceará com aquela, com uma... Isso foi, inclusive, algo informado e, assim, né, bastante defendido pelo governo junto ao comando de greve, numas das oito ou nove vezes, né, em que de alguma maneira, com diferentes interlocutores do governo, se reuniu. Mas consta inclusive em ata, é que o governo estava exatamente assim, aguardando e chamando e aberto pra se retomar imediatamente a negociação de uma nova proposta. Agora, essa nova proposta, ela precisa ser construída, vamos dizer assim, a quatro mãos:

governo e representação e sindicato. A muitas mãos, na verdade, porque a categoria, ela precisa ser envolvida. Então...

Agostinho: Como já disse o André, essa tabela vai ser objeto de um período de negociação.

Izolda: Sim.

Agostinho: O ponto central, me parece, é que o governo não dá andamento a negociação, enquanto a greve não for suspensa, né?

Izolda: A condição de suspensão da greve.

Agostinho: Então, quer dizer, e esse, essa...

Izolda: Mas eu quero só...

Agostinho: Hum...

Izolda: ...explicar um pouco, assim, o quê que foi essa... Porque, assim, o governo, o governo... Existia na rede estadual, ainda, um grupo de professores de nível médio que ainda não recebiam, que a condição de remuneração deles não atendia ao que foi determinado e julgado pelo Supremo como piso. Piso como vencimento básico, né, pra quem entende um pouco, assim, dessa questão da remuneração...

Agostinho: Quantos são esses professores?

Izolda: São 130 professores na ativa e um grupo de professores, eu penso, não tô aqui com o número certo, mas eu acho que é em torno de 4 mil, 5 mil, já inativos, já aposentados. Ativos, professores em atividade, eram em torno de 130 professores, dos 25 mil ativos. Então, esses professores, eles ainda não recebiam, no conjunto da remuneração deles, eles já recebiam o valor determinado como piso, o vencimento base

mais gratificação, mais verbas, mais complementação e tal. Eles já recebiam no conjunto da remuneração. Mas o governo estava devendo uma correção daquela situação deles, porque o vencimento base, o piso, tem que ser no vencimento base, sem envolver as gratificações. Então, aquela... A lei para corrigir essa situação, ela foi enviada, inclusive pelo... Como houve um retardamento dessa retomada da negociação pra pensar uma proposta, talvez global, né, geral, no mesmo momento, nós precisamos corrigir essa situação, porque o estado, a rigor, como se diz, na forma da lei, o estado estava descumprindo uma lei federal. Com essa correção da situação desses professores, desses 130 em atividade e também dos inativos, o estado fica absolutamente adimplente com essa determinação da lei, ainda...

Agostinho: Desses 130?

Izolda: Exatamente. Ainda, claro, agora, com isso eu não estou desconsiderando a expectativa e a importância de que este momento, não é, e a lei, a lei do piso e essa questão toda que se coloca pra nós aqui no estado e pra todo o Brasil, ela possa estar, assim... Ela possa ser um veículo de uma melhoria, de uma valorização pra categoria como um todo.

Agostinho: Agora, o ponto que a Ritacy colocou dos 170 reais pra quem ganha mestrado.

Izolda: Ah, é! Pronto, isso aí, foi, assim... Hoje, hoje, pela regra de hoje, quem tem mestrado... E aí, vamo, vamo, sabe? Vamo colocar as coisas, assim, nos devidos, nas devidas informações, porque, às vezes, a gente, né, toma ali uma emoção, uma coisa, assim... Se o professor hoje, ele está no nível é 24, como eu falei, ele...

Agostinho: Vai até trinta, né?

Izolda: Vai até 30. Ele fica ali. Se ele ainda tiver 12 anos de profissão, ele fica ali naquele nível. Certo? Ele não progride. Mas se ele fizer mestrado, ele progride para o nível 25 O quê que significa isso? Significa 5% a mais do que ele ganha atualmente. Se,

por exemplo, ele no nível 24, onde ele está, se ele ganha 2.500, 2.600, né, dependendo do professor e de algumas particularidades também da condição ali de cada um... Ele vai ganhar 5% de 2.500 reais. Que é quanto? Vamos colocar 2.500.

Ritacy: 125 reais.

Agostinho: 125 reais.

Izolda: É isso...

Agostinho: Tá abaixo de 170.

Izolda: Pronto, é isso que acontece hoje por essa regra atual. Não fomos nós que inventamos isso. Pela regra atual, o que acontece com o professor quando ele faz mestrado é simplesmente uma progressão pro nível seguinte, e isso, em termos salariais, representa 5%.

Agostinho: Quer dizer, a proposta do governo era retirar...

Izolda: A proposta do governo era retirar essa questão da titulação como barreira de progressão. Ou seja, o professor que não tem mestrado, né, e que tá ali, fazendo bem...

Agostinho: Ele poderia progredir até 30?

Izolda: Poderia progredir até 30, né. No caso da outra tabela, nos números que foram colocados...

Agostinho: E teria uma gratificação quando ele fizesse um mestrado?

Izolda: E se ele fizer um mestrado, ele não é impedido de progredir, ele segue progredindo. Se ele fizer um mestrado, ele teria 10% de... 10% nera, André, naquela proposta? Ele teria 10% de acréscimo no seu salário. Agora, isso foi um dos pontos

questionados, “ah, esses percentuais tão baixos”, né... Esse percentual é calculado, inclusive, pela primeira regra, pela proposta que foi descartada, né? Eu tô falando aqui de uma proposta que, na verdade, né, foi questionada e foi retirada. Então, pela proposta, esse percentual, ele era calculado em cima do vencimento, do nível 1, e não do nível que o professor tava...

Agostinho: Certo. Agora, Izolda...

Izolda: Então, tinha esse questionamento, que estão aí, que o governo já tem afirmado... Assim, estão à mesa novamente pra que nós possamos fazer, né, os devidos... As contas, né, sempre, porque nós lidamos com a sustentabilidade de um orçamento. Isso aí a gente não pode, infelizmente...

Agostinho: Fugir.

Izolda: É, fugir disso. Orçamento de pessoal, quem conhece um pouco de orçamento público sabe o que que é, né, então...

Agostinho: Hein, André, você quer falar?

André: Quero. Eu gostaria de falar um pouquinho.

Agostinho: Eu tenho umas perguntas aqui...

André: Eu, eu...

Agostinho: Depois da fala do André eu vou fazer pra dar atenção ao ouvinte aqui.

André: Eu acho que é necessário a gente esclarecer à sociedade, até porque estão ouvindo agora, fazer um breve histórico, porque chegamos até esse momento. Em 2008, a lei do piso foi votada por unanimidade pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Lula. Isso em julho. Em outubro, logo após as eleições, 5 governadores

entraram, né, no STF, contra, um deles o Cid. Então, o Cid Gomes se posicionou contra a lei do piso naquele momento, né. E isso causou uma greve, inclusive, no final de 2008, né, e logo depois ele criou o plano pirata, que nós chamamos, né, muito parecido com esse agora, que foi pra assembleia, para garantir o valor monetário para que aquelas pessoas que ganhavam abaixo, mas não repercutia pra todo mundo. E fez assim... Durante a greve, fez diversas declarações, né, que deram combustível à greve, né. E é o seguinte: nós fizemos diversas reuniões com esse governo, né. Nós do sindicato Apeoc, a gente concorda que a greve é um instrumento legítimo, claro, mas nós primamos, né, por todas as negociações, esgotando todas as negociações para que iniciasse uma greve. E nós, desde abril, quando o Supremo decidiu que a lei era constitucional, até o final de julho, nós fizemos várias reuniões. Às vezes, as reuniões eram canceladas, porque o governador simplesmente viajava, né. E aí a categoria começou a ter raiva, porque ele marcava a reunião e viajava, né. Então, a categoria começou a ter raiva. No final de julho, apresentou essa tabela. Essa tabela, ela, eu concordo com a Izolda, que tinha um ponto positivo que era essa questão do embarreiramento. Acho que era a única coisa positiva nessa tabela, porque acabava com esse embarreiramento, acho que é algo que a gente tem que fazer nessa nova tabela que a gente tem que conseguir acabar com esse embarreiramento. Agora, a regência de classe que hoje é 10% do valor, né. Se o cara ganha mil reais, era mais 100. Se outro nível é 2 mil reais, era 200 reais, né. Fica fixa, era um valor fixo, era como se fosse do primeiro nível, 100. Se o primeiro nível...

Agostinho: Não seria mais percentual?

André: Não seria mais percentual, seria algo fixo. Então, isso é uma perda pra gente, por isso é que nós somos contra isso, né. O...

Agostinho: Porque, de todo jeito, percentualmente você tem uma indexação.

André: Claro, claro. Então, a gente não... Essa tabela não tinha isso.

Izolda: Era percentual, mas sempre ao nível 1, né?

André: É, sempre ao nível 1.

Izolda: Se o nível... Quando aumentasse a revisão de salário, aumento de salário, teria também o aumento, mas sempre no nível 1 e não no nível que a pessoa tá.

André: Mas isso causaria uma perda enorme, né, porque a gente não tem aqui. Isso era algo absurdo. Outra coisa, as gratificações, né. Então, não haveria mais o nível para mestrado, o nível para especialização, ganha uma gratificação, foi o que a professora Rita... Rita, né?

Ritacy: Ritacy.

André: ...falou. Era algo absurdo pra gente, porque um professor especialista vai ganhar 90 reais a mais, e a gente sabe que 90 reais não paga nenhum curso de especialização. Mestrado, 180. E o doutor ganharia mais 270 reais. Então, isso pra gente era um absurdo, por isso é que nós repudiamos aquela tabela e iniciamos o processo de greve, porque...

Agostinho: Mas qual era a proposta dos professores pra essa questão?

André: Mas... Assim, nós tínhamos a nossa proposta, como eu já falei no início, é uma proposta baseada no atual plano, só que colando o piso repercutindo na atual, como está hoje na lei 12.066, né. E, assim, a gente, mesmo sem fazer greve, a gente conseguiu muitas coisas mesmo. Então, não é porque nós gostamos de greve, né, nós conseguimos progressões, duas progressões que o governo nos devia, conseguimos nivelamento do professor temporário, né, vai ganhar o mesmo que um probatório nível 13, porque quem é graduado já entra no nível 13, né. A questão do vale alimentação, estamos agora pelejando também os 300 de Esparta, que nós brincamos, são os 300 concursados, que ainda não foram convocados ainda. Então, nós conseguimos de fato muitas conquistas sem greve, mas nós fomos obrigados a fazer a greve por causa dessa tabela que o governador disse que ia mandar. Então, graças à greve é que ele não mandou, né.

Agostinho: Agora, me explica uma coisa...

André: Só pra concluir...

Agostinho: Certo.

André: Então, assim, o que aconteceu agora, na semana passada, com aquela confusão na assembleia legislativa, é que mais uma vez o governo, ele disse que ia mandar uma proposta que a gente não concordava, porque separava o nível médio do nível superior, né. Nós pedimos ao governo que não mandasse, ele disse que ia mandar, né, e causou aquele tumulto todo e a gente aproveita até pra repudiar, né, a forma como o Choque, né, tratou os professores lá. Tinha três professores em greve de fome e o Choque foi pra cima do pessoal que tava em greve de fome e o rapaz, os dois que foram mais, digamos assim, que apanharam mais, foram justamente porque estavam defendendo o pessoal na greve de fome. E nós também agora tem essa questão da punição, das punições, né, como a colega falou, né. Ah, ah, tão pedindo, vamos fazer um processo administrativo para tirar, ex... Como é? Enfim...

Agostinho: Expurgar.

André: É, tirar os professores que tão na greve... Então, isso...

Agostinho: Isso tá em andamento?

André: É. Tá, está em andamento. A Seduc hoje... Ontem mesmo, vários diretores foram levar livro de ponto pra Seduc pra poder ver aqueles professores que tão, que não tão indo dar aula, que tão participando da greve. Então, é uma coisa que a gente tá querendo levar à mesa também, mesa de negociação, pra que não haja punição aos professores que exerceram o livre direito de fazer greve. Então, né, é isso...

Agostinho: Deixa em voltar pra Ritacy...

André: Claro.

Ritacy: Ou seja, não são informações infundadas, né? Realmente tudo isso ocorre. Os abusos são indubitáveis, professores foram surrados, espancados, humilhados... A intenção não é boa, porque se houvesse intenção de se negociar com a categoria não se chamaria diretor por diretor. Não existe boa intenção, porque se assim fosse, se negociaria antes do retorno. Se os professores voltarem, o governador sabe muito bem que pra eles reorganizarem uma segunda greve vai ser praticamente impossível. Então, como é que se justifica essa atitude do governo de exigir o retorno pra poder se negociar? Isso é um desrespeito ao direito dos professores.

Agostinho: Bom, deixa eu voltar aqui na Izolda. Izolda tem algumas perguntas aqui, que você é a vidraça, obviamente, é aquela que representa o governo aqui, né. Tá no papel de vidraça. E haja pedra. Então, via Twitter, a Irene Jucá fez uma pergunta, a Cristina Silveira também fez pergunta e também o professor Celso Lima Valente. Eu vou fazer as perguntas e você pode responder rapidamente a elas se você quiser.

Izolda: Tá bom.

Agostinho: A Cristina Silveira ela pergunta, “o que a secretária Izolda Cela acha da declaração de Cid Gomes feita no Twitter afirmando que não colocaria seus filhos em escola pública”. Ele fez essa declaração?

Izolda: Bom, eu não li não, mas, se tá no Twitter, não sei...

Agostinho: Você leu está mensagem, Ritacy?

Ritacy: Não, eu não li, mas também não ouvi... Não li...

Agostinho: Bom, de todo o jeito, está feita a pergunta da Cristina Silveira aqui. A outra pergunta da Irene Jucá é o seguinte: “Por que a Seduc não reivindica mais recursos para o orçamento para educação, ao invés de inibir a luta dos professores?”. Quer dizer, o

estado está gastando esses 26% aí da receita. É possível aumentar esse quantitativo pra educação?

Izolda: É uma pergunta importante.

Agostinho: É possível aumentar?

Izolda: Bom, essa questão relacionada ao investimento... O Estado do Ceará, em 2010, e tem alguns números... Assim, eu faço... A professora Ritacy se referiu, assim, a uma questão numa propaganda e eu lembrei: tem uma... A veiculação, eu não sei se a senhora se referiu a isso... Pois é, mas...

Agostinho: Não, mas, inclusive, responde até a próxima pergunta, que é do professor Celso Lima. Não, porque aí você já responde tudo. Primeiro, ele levanta três pontos, o professor Celso. Aos três eu agradeço o telefonema pra cá. “Como o governo pode ter boas intenções se ele não cumpre o que promete?”. Segundo: “Cadê os notebooks que (que ele tá mencionando) iriam para as escolas públicas, como foi prometido na campanha eleitoral?”. E terceiro: “Como Cid Gomes pode ter boas intenções se ele recorreu a inconstitucionalidade do piso nacional?”. Professor Celso Lima Valente.

Izolda: Bom, então, a conversa é comprida aqui. [risos]

Agostinho: Certo, certo.

Izolda: Assim, porque eu preciso... Mas eu acho que todas as questões, assim, bem importantes. Primeiro: essa questão da lei do piso e, por mais... Eu não, sabe? Eu não... Eu entendo perfeitamente a comoção de uma manchete ou de uma informação que diz assim: “o governo do estado do Ceará entrou contra a lei do piso”. Isso, sabe, é... Tem uma... Tem uma, né, uma força aí e tal e tal. Por mais que se explique que, em nenhum momento, o questionamento foi feito com relação a lei do piso, a valores e tal. O governo, né, e, no caso, o governador, né. Isso sim ele falou, né, da sua responsabilidade perante a defesa do espaço federativo. Do espaço, assim, que se considerava, né, pela

leitura, né, de diversos especialistas, de PGE's de todo o País, de uma interferência do governo federal e de uma lei federal naquilo que é competência de estados e municípios. E, às vezes, o questionamento disso é muito bom, quando é do interesse, né, quando a pessoa... Quando, às vezes, é algo que não agrada muito e tal, aí a defesa do espaço federativo já fica sendo algo como se com outras intenções e tal. E é muito complicado mesmo, uma lei federal que define, que determina, a, por exemplo, entrar no mérito de carga horária de professores. Isso é complicado, sabe, Agostinho? Isso é complicado, independente... Eu num to... Eu to falando assim da perspectiva, do conhecimento e tal da gestão, mas não é difícil, assim, uma pessoa perceber isso analisando bem direitinho os contextos que as administrações enfrentam com relação a isso, principalmente as municipais, porque o Estado do Ceará, a rede estadual já tem, já tinha, inclusive antes da lei, já 20% da carga horária de professores, do professor. Professor que tem 40 horas, 8 horas já é fora de sala de aula, né.

Agostinho: Seria perto de 1/3?

Izolda: É. Pra completar o terço tem aí um desafio, com certeza nós temos de fazer um combinado de escalonamento disso e tal e tal. Mas o questionamento do governo não foi com relação à lei do piso, foi com relação a essa interferência, inclusive nós, na Secretaria de Educação, nós temos e já temos efetivado isso em algumas escolas, uma alteração da regra de lotação de professores pra dar mais tempo ao professor na escola. Cenário ideal pra nós: um professor em uma escola com a sua carga horária toda em uma escola no máximo em duas, sabe? Cenário ideal pro professor ter a condição de conhecer melhor os alunos, pra não ficar com aquela coisa de... Sei lá, tem professor que tem 20 turmas, 30 turmas, dependendo do tipo de disciplina que ele ensina. Como é que um professor desse trabalha bem, né? É muito difícil. Então, já era uma mobilização da Secretaria, né... Claro que isso não é uma coisa muito fácil, porque essa relação aluno/professor, né, ela precisa ser pesada e tal, no tal dos orçamentos e da forma como a gente tem que lidar com eles, mas isso já era uma coisa absolutamente compreensível e tal...

Agostinho: Agora, Izolda...

Izolda: Agora...

Agostinho: Ham...

Izolda: Uma questão assim... O governo, sabe, o governo do estado e, aqui eu digo, eu sempre digo, tamo muito longe, longe mesmo do ideal, mas este governo tem no seu histórico aí da gestão passada e, né, pretendemos que se fortaleça nesses anos dessa gestão, um grande empenho em melhorar a condição de funcionamento das escolas em todos os sentidos, não é só empenho não...

Agostinho: A questão dos notebooks e a questão da publicidade.

Izolda: Pronto, pronto. Vou já... Nós temos uma ordem, nós temos uma ordem de investimento *record*. Em todas as áreas que se considere importante pra melhorar as escolas, pra dar mais, melhores, condições de trabalho aos professores e pra dar um atendimento mais decente à população, em todas, seja construção de novas escolas, seja reforma das escolas que tão aí... E temos problemas ainda que nos assombra, seja na duplicação de equipamentos, como laboratórios de informática, laboratório de ciências, quadras cobertas... No que toca a questão do professor, pela primeira vez numa série histórica aí de décadas, os professores tiveram aumento real de salário, além da reposição da inflação durante os três anos. O quarto ano não teve por conta da lei eleitoral... Os professores tiveram aumento de salário, o que dá uma diferença significativa do histórico deles de aumento pra trás, porque tinham anos que não recebia nem nada, né, os servidores. E uma diferença, inclusive, entre o professor e os outros servidores. Não tô dizendo que tá muito bem, obrigada, longe disso, tá? Agora, outra coisa, o governo garantiu aos professores progressão excepcional, durante os quatro anos, referente aos quatro anos. O André aqui, do sindicato, citou as duas desse ano, referente a 2009 e 2010. Às vezes, eu brinco, até brinco, né, com o sindicato, dizendo assim: essa palavra retroativo vocês não tinham, isso aí não tinha nem no calendário de vocês. Eu digo isso brincando, mas o quê que era? Os professores não tinham direitos, mesmo quando o retroativo devia ser assumido, eles não tinham esse direito, pra trás, no

histórico deles, eles sabem disso. Esse governo garantiu, por exemplo, as duas progressões especiais agora, referente aos anos de 2009 e 2010, como os devidos retroativos que está sendo pagos em parcelas agora até novembro. O governo assumiu o apoio, isso só não foi pra frente em função dessa interrupção aí, mas eu acho que a gente retoma logo em seguida, um auxílio financeiro para compra de computadores para o professor. Metade o professor, um financiamento, também se garantiu um financiamento na caixa econômica com algumas... Assim, uma situação melhor de pagamento e a metade o governo, a outra metade o governo entra. Além disso, nós temos a questão do vale alimentação que deixava de lado a grande maioria dos professores. Deixava de fora a grande maioria dos professores. A ampliação do teto de vale alimentação incluiu mais de 7 mil professores, que é um auxílio importante, porque às vezes o professor precisa gastar do seu bolso, porque não pode ir prá casa e tal e tal e tal...

Agostinho: Agora, o... Não, a gente, a gente... É inegável...

Izolda: Então...

Agostinho: Hum...

Izolda: Nós temos, nós temos uma agenda que, claro, nós não conseguimos resolver tudo ao mesmo tempo e com a intensidade que a realidade exige, mas é um esforço...

Agostinho: Agora...

Izolda: E só pra terminar... Essa questão de computadores pros alunos, só um esclarecimento também, professora, isso não é uma coisa de propaganda de agora não, sabe? Essa ação ela acontece desde o ano de 2008, é uma lei estadual que garante aos alunos que alcancem uma média...

Agostinho: Escolar?

Izolda: ...uma média suficiente, né, uma média, assim, em torno de... Seria o quê? Isso, nas avaliações externas, seria em torno, assim, o aluno que chega ao equivalente a 6,5 - 7, né. Em português e matemática, ele ganha um computador. Isso é uma coisa também muito interessante de se ver, porque na primeira edição desse prêmio, referente à avaliação de 2008, apenas 600 alunos ganharam. Nessa edição de 2010 já são, se eu não me engano, mais de 4 mil computadores garantidos aos alunos que receberam que alcançaram... Ainda é muito pouco, né, porque os professores da rede estadual que, na maioria deles, trabalha com o ensino médio enfrentam grandes problemas com a base escolar fragilizada desses meninos...

Agostinho: Ô, Izolda, eu lamentei cortar agora, porque os outros... Porque eu só tenho mais 4 minutos, gostaria de...

Ritacy: Izolda, eu sei que os computadores, a doação dos computadores vem de uma lei. O que eu questioneei não foi isso, nem um professor vai ficar insatisfeito por seu aluno receber um computador...

Izolda: É, com certeza.

Ritacy: O que eu estou falando é que esta propaganda surgiu imediatamente agora, porque foi a maneira de contra atacar do governo no momento, entendeu? E, por falar em formação, você tem sempre tocado nesse ponto, você tocou na informação sobre o orçamento. O orçamento, se o estado quiser, ele pode retirar algo de outra parte e colocar na educação. Se nós temos um problema grave de educação, então esse orçamento tem que ser revisto. É preciso haver... Isso, inclusive, conforme a própria Constituição.

Agostinho: [Tenta falar]

Ritacy: Outro detalhe importante, ninguém questiona aqui o fato de o estado realmente ter investido em construções, é o que ele mais faz. Você veja que lá na Washington

Soares, por exemplo, existe uma construção faraônica e o governador não mede esforços para esse tipo de construção...

[Voz não identificada]: É.

Ritacy: Mas nós temos um problema seríssimo é na parte humana. Então, ele realmente faz delegacias com grandes fachadas, ele pode até estar mexendo nas escolas, fazendo realmente alguma reforma, mas as pessoas que trabalham precisam realmente ser remuneradas dignamente.

Izolda: Unrrum.

Ritacy: Então, é preciso que ele reveja os valores que ele está priorizando. Os professores correm um grave risco, é assim que eu quero encerrar, se retornarem não vão ter realmente as suas conquistas, porque a intenção já foi percebida, não é das melhores... Eu deixo aqui, assim, minha solidariedade com meus colegas e faço um apelo pra sociedade observar isso, que os alunos ganhem computadores, mas que os pais queiram dos seus filhos progresso no conhecimento, na formação humana, na formação cultural, na formação ética, inclusive no momento em que o país precisa que o professor seja revisto e que até pesquisas já demonstraram que poucos jovem estão querendo agora...

Agostinho: Ser professor. Ninguém tem essa ambição.

Ritacy: ...ser professor. É preciso que o professor não apanhe, é preciso que ele seja respeitado, que ele tenha direito a sua negociação no momento certo. O País tem que rever tudo isso e o nosso governador, infelizmente, não tem demonstrado o mínimo interesse por participar desse processo.

Agostinho: Ô, André, eu gostaria que você falasse rapidamente pra terminar logo com a Izolda, porque eu também... Porque eu só tenho mais três minutos.

André: Certo. Não eu, a gente gostaria de agradecer aqui o espaço, né, e dizer que a nossa greve, é uma greve...

Agostinho: A greve continua?

André: A greve continua, né...

Agostinho: Falando objetivamente, vocês tem um assembleia...?

André: Amanhã nós temos uma assembleia, amanhã...

Agostinho: Que horas?

André: Amanhã, às 15 horas no Paulo Sarasate, certo? A gente vai ter uma reunião hoje com o governo, vamos ver se avança alguma coisa...

Agostinho: Hoje à tarde?

André: Hoje à tarde. Se alguns pontos, né, ficarem mais claros, como eu disse na reunião passada o seguinte: que enquanto o governo não trouxer uma proposta concreta... Não uma tabela já dizendo como é que vai ser, mas uma proposta mais concreta, o quê que ele quer fazer de fato mesmo, algo que a gente possa levar isso pra categoria, né, algo no papel mesmo... Enquanto o governo não fizer isso, essas reuniões ficam, sabe, infrutíferas, né? E aí a gente, assim, a gente avalia que essa greve tá sendo uma greve vitoriosa porque nós em relação a outros estados que também tiveram greve, nós estamos...

Agostinho: São quantos dias já?

André: Eu não sei o total, mas já passou de 2 meses, né? Hoje são 6, né...

Agostinho: É possível repor essas aulas?

André: É sim, é possível repor. Isso aí gente tem que repor, né. [risos] A gente tem que repor. A gente vê que é vitoriosa, porque em relação aos outros estados a gente teve um avanço maior aqui. Tem estados que fizeram greve para ter negociação. Nós tivemos várias negociações, inclusive de um governo que dizia que não negociava em greve. Nós conseguimos várias vezes com o governador. Oficialmente foram duas vezes, outras vezes, né o sindicato também conversou com ele, por exemplo, em Camocim, em outros lugares, né.

Izolda: Muitas vezes.

André: Muitas vezes, é. Nós impedimos o plano maldito, a tabela maldita 1, né, infelizmente a tabela maldita 2 passou o rolo compressor do governo na assembleia, passou. A gente pede até que o governo, governador ele vete, porque não é legal pra nós termos 2 tabelas, uma pro médio e uma pro superior, isso pra gente é ruim, né? E também a categoria mostrou força. Os jovens, os professores que entraram nos últimos concursos, são aqueles professores que estão mais em linha de frente. Então, esse pessoal tá com muita vontade de lutar. Um pessoal que, por essa tabela maldita, seriam beneficiados, porque passariam de 1.300 pra 2.000, mas mesmo assim foram contra. Por quê? Porque não adianta só você beneficiar o início de carreira, o início, é a carreira toda. Você é o canto da sereia, você ia ganhar agora mas depois você iria perder. Então, o pessoal não acatou. A gente quer, sim, uma carreira digna que valorize o professor, porque, se nas campanhas eleitorais dizem que educação é prioridade, agora é o momento de mostrar, valorizando o professor que a educação é sim prioridade.

Agostinho: Izolda, você tem um minuto...

Izolda: Bom... [risos] Eu quero só dizer assim, que o quê o Ceará investe em educação somente o teto de investimento do Ceará em educação chegou a 29,5% e é o que o governador se comprometeu, não é, prá nós trabalharmos em cima disso... A nova proposta chega a 29,5%, somente seis estados no Brasil chegam a esse teto, alguns superam um pouquinho com 30, 31, os mais ricos como, por exemplo, São Paulo e o

Distrito Federal. Então, isso precisa de educação muito, né, e o governo mostra isso em números. Agora, precisa também de saúde, precisa também de segurança, precisa de apoio pro homem do campo, precisa das obras estruturais... Os recursos do orçamento de pessoal não é um orçamento, por exemplo, desse tipo de orçamento que paga grandes obras, como, por exemplo, o aquário, como, por exemplo, o centro de convenções, não é. Esses recursos aí são recursos carimbados, são recursos captados pelo governo, inclusive pelo crédito que tem. Orçamento de pessoal é um orçamento que vem unicamente de impostos, ou seja, arrecadação, tesouro...

André: Izolda, a gente até convida o governo a lutar a favor... Viu, Izolda? A gente até convida o governo a lutar a favor de mais recursos, como, por exemplo, os 10% do PIB, os 50% do pré-sal, o PNE. A gente convida o governo pra que a gente faça uma campanha a favor disso, né... E isso não é uma coisa que o governo tenha uma... Mas eu acho assim, sabe...

Izolda: Com certeza, essa é uma das nossas... Com certeza. [André, Izolda e Agostinho falam ao mesmo tempo] Mas Agostinho, assim... Eu não queria deixar de dar uma palavra final, assim, minha, no sentido, assim, de dizer aos professores que o momento é de nós termos, sabe, renovarmos as nossas esperanças, a nossa confiança na negociação, no diálogo, que nós possamos superar essa crise e que nós possamos e que a representação da categoria aceite o bom desafio de sentar-se à mesa pra construir conosco uma proposta, inclusive com observadores externos... Eu acho que o momento é esse de superar esse problema e diminuirmos aí a conta, que quem tá pagando mesmo são os alunos.

Agostinho: Oh, são 12:31, eu vou encerrar o programa. Eu quero fazer um convite ao governador Cid Gomes, se pudesse marcar um debate com ele, aqui no Rádio Debate, gostaria de fazer uma grande entrevista com ele e alguns pontos que alguns ouvintes levantam, né, ele é que tem que dar a resposta. Eu acho que alguns momentos o temperamento por ação dele, por boatos que se cria...

Izolda: E por distorção.

Agostinho: Por distorção...

Izolda: Bom, grande parte distorção.

Agostinho: ...e algumas afirmações que foram feitas e que ficam pra responder. A Lúcia Oliveira, por exemplo, ligou pra cá fazendo um comentário que, sinceramente, não vou fazer... Lúcia, peço desculpas, porque não tem... Que fala aqui que o governador usa dois helicópteros, não dá... Isso a Izolda não vai responder, ela não é chefe do setor de transporte. Amigos e amigas eu fico por aqui, são 12:32, volto amanhã. Um abraço e até lá.

ANEXO 3

Símbolos para transcrição de conversações³⁷

1. Falas simultâneas: [[

Quando dois falantes iniciam ao mesmo tempo um turno, usam-se *colchetes duplos* no início do turno simultâneo.

2. Sobreposição de vozes: [

Quando a concomitância de falas não se dá desde o início do turno, mas a partir de um certo ponto, marca-se, no local, com um *colchete simples* abrindo.

3. Sobreposição localizada: []

Quando a sobreposição ocorre num dado ponto do turno e não forma novo turno, usa-se um *colchete abrindo e outro fechando*.

4. Pausas: (+)

Em pausas pequenas usa-se um sinal (+) para cada 0.5 segundos.

5. Dúvidas e suposições: ()

Quando parte da fala não é entendida, marca-se o local com parênteses, tendo-se duas opções: (a) indicá-los com a expressão “incompreensível” ou (b) escrever neles o que se supõe ter ouvido.

6. Truncamentos bruscos: /

Quando o falante corta uma unidade, pode-se marcar o fato com uma barra.

7. Ênfase ou acento forte: MAIÚSCULA

³⁷ Adaptado de: MARCUSCHI, Luiz Antônio. Análise da conversação. São Paulo: Ática, 1998, p. 10 – 13.

Quando uma sílaba ou uma palavra é pronunciada com ênfase ou recebe acento mais forte que o habitual, indica-se o fato escrevendo a realização com maiúsculas.

8. Alongamento de vogal: :::

Quando ocorre um alongamento de vogal, coloca-se uma marca de *dois-pontos* para indicá-lo. Os dois-pontos podem ser repetidos, a depender da duração.

9. Comentários do analista: (())

Para comentar algo que ocorre, usam-se parênteses duplos no local da ocorrência.

Exemplo: ((risos))

10. Sinais de entonação: ” ’ ,

Usam-se: *aspas duplas* – para uma subida rápida (corresponde mais ou menos a uma interrogação); *aspa simples* – para uma subida leve (corresponde algo parecido com virgulo ou ponto-e-vírgula); *aspas simples abaixo da linha* – para descida leve ou brusca.

11. Repetições: reduplicação de letra ou sílaba

Para repetições, reduplica-se a parte repetida. Exemplo: ca ca ca cada um.

12. Indicação de eliminação: /.../

Reticências entre duas barras indicam um corte na produção de alguém.